

LUIS ANTONIO HANGAI

**CADA UM NO SEU QUADRO: OS LIMITES DA COMUNICAÇÃO NA
CONVERSAÇÃO DO MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO**

**CURITIBA
PPGCOM / UFPR
2014**

LUIS ANTONIO HANGAI

**CADA UM NO SEU QUADRO: OS LIMITES DA COMUNICAÇÃO NA
CONVERSAÇÃO DO MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, no Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio

CURITIBA
PPGCOM / UFPR

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS ANTONIO HANGAI

CADA UM NO SEU QUADRO: OS LIMITES DA COMUNICAÇÃO NA CONVERSAÇÃO DO MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio,
Professora Orientadora (UFPR)

Prof. Dra. Celsi Brönstrup Silvestrin,
Professora PPGCom (UFPR)

Prof. Dra. Vera Regina Veiga França,
Professora convidada (UFMG)

Curitiba, 26 de fevereiro de 2014

Dedico este trabalho aos meus sobrinhos:

Gabriela e Alonso

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Clarice e Luiz, pelo inestimável e sempre presente apoio às minhas ideias, planos e opiniões, bem como por todo suporte espiritual e sustento afetivo a mim ofertado desde muito antes de eu optar por realizar um curso de pós-graduação. Eles nunca deixaram de acreditar em mim.

Agradeço, em especial, minha orientadora, conselheira e amiga, Kelly Prudencio, que esteve sempre ao meu lado, impulsionando meus estudos com o raro dom de estimular em seus alunos o princípio do pensamento sólido, sistemático e independente.

Agradeço a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, com destaque para a professora Celsi Silvestrin, pelos ensinamentos prestados que, sem dúvida, serão incorporados em estudos vindouros e mesmo pela vida afora.

Agradeço aos colegas de turma, sobretudo Wesley Dalcol Leite e José Geraldo da Silva Junior, por proporcionarem diálogos e debates que em muito contribuíram para minha formação intelectual e construção de senso crítico nestes dois anos de curso.

Por fim, um agradecimento às minhas irmãs Maisa, Daniela e Gustavo – este que eu considero como irmão – por estarem sempre presentes e fornecerem a perene amizade que só a família é capaz de construir.

*"Se você vai tentar, vá até o fim
caso contrário, nem comece"*

Charles Bukowski

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma investigação empírica sobre a construção de enquadramento coletivo por parte de um grupo social politicamente mobilizado. Trata-se de um estudo de caso do Movimento Paraná Sem Corrupção, uma iniciativa de origem institucional articulada pelo Ministério Público do Paraná – em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Grupo Paranaense de Comunicação – cuja proposta é promover combate à corrupção. A análise centra-se no processo interno de comunicação do grupo no qual os atores envolvidos, no curso de suas interações, estabelecem seu adversário político e suas estratégias de ações. A abordagem adotada baseia-se numa perspectiva de comunicação interacionista, na fenomenologia social, na institucionalização, na etnometodologia e no processo de enquadramento. O objetivo é gerar um quadro teórico que enfoque a construção de estratégias pelos membros do grupo em seus momentos de conversação. O método empregado foi a Análise de Conversação Etnometodológica de modo a averiguar os princípios norteadores do grupo bem como suas relações internas de poder e assimetrias de conhecimento que condicionam a produção do enquadramento coletivo.

Palavras-chave: Comunicação; Mobilização Política; Enquadramento; Análise da Conversação Etnometodológica

ABSTRACT

It is proposed in this work a empirical research on the construction of collective framework by politically mobilized social groups. This is a case study of Movimento Paraná Sem Corrupção, an institutional initiative articulated by the Ministério Público do Paraná - in partnership with the State Department of Education of Paraná and Grupo Paranaense de Comunicação - whose purpose is to promote a fight against corruption. The analysis focuses on the internal process of group communication in which the actors involved in the course of their interactions establish their political opponents and their strategies for action. The approach adopted is based on an interactionist perspective of communication, social phenomenology, institutionalization, ethnomethodology and the framing process. The aim of this is to generate a theoretical framework that focuses on building strategies by group members in their moments of conversation. The method employed was ethnomethodological Conversation Analysis in order to determine the guiding principles of the group as well as its internal power relations and asymmetries of knowledge that influence the production of collective framework .

Keywords: Communication, Political Mobilization, Framing Process, Conversation Analysis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	12
2 COMUNICAÇÃO, (IN)DEFINIÇÃO E PARADIGMAS	19
2.1 COMUNICAÇÃO CIRCULAR	27
2.2 COMUNICAÇÃO TAMBÉM É INTERAÇÃO	31
3 INSTITUCIONALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO MPRSC	37
3.1 MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO: CONTEXTO E LINHAS GERAIS.....	37
3.2 ÂMBITO COMUNICATIVO COMPARTILHADO	46
3.3 ESTOQUES DE CONHECIMENTO E INSTITUIÇÕES	51
3.4 PRODUZINDO O ENQUADRAMENTO COLETIVO	56
4 A CONVERSAÇÃO COMO UNIDADE DE ANÁLISE NA COMUNICAÇÃO	63
4.1 ORIGEM ETNOMETODOLÓGICA DA ACE	64
4.2 SISTEMÁTICA ELEMENTAR DE TURNOS DE FALA	66
4.3 CONCEITOS CENTRAIS: SEQUENCIALIDADE, ADJACÊNCIA E REPARO.....	69
4.4 CONVERSAS INSTITUCIONAIS	72
5 A INVISIBILIDADE DA CORRUPÇÃO	77
5.1 CADA UM NO SEU QUADRO	78
5.1 ASSIMETRIAS E RELAÇÕES DE PODER.....	90
5.1 ENCAIXE DE OPERAÇÕES	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	112

APRESENTAÇÃO

Tem sido um prazeroso e desafiador caminho, com alguns desvios e incertezas no meio do percurso.

No início do mestrado no começo de 2012, minha primeira pretensão era pesquisar alguns temas clássicos da teoria política, em especial a esfera pública (habermasiana) e opinião pública. A ideia inicial era articular estes conceitos com o arcabouço teórico da comunicação, sobretudo do jornalismo, e investigar um objeto que relacionasse o discurso midiático e o contexto democrático. Não cheguei a estabelecer um objeto sólido neste sentido, embora tenha apresentado trabalhos finais para as disciplinas do programa e artigos em congressos e seminários – basicamente explorações teóricas. Apesar de ainda nutrir interesse por estes tópicos, operou-se uma mudança de trajeto (e de interesse) em meados daquele ano.

Ao iniciar as leituras de Goffman, Schutz, Blumer, Berger e Luckmann, além do contato inicial com a etnometodologia de Garfinkel e a Análise da Conversação, percebi que a Comunicação Social não se limita à publicação de mensagens por meio de aparatos técnicos e que a interface entre comunicação e política não se constitui unicamente em uma justaposição entre mídia e democracia, mas também poderia ensejar estudos de aspecto “microsociológico”. Não cheguei a examinar isso em nenhuma obra específica, mas acredito que as leituras acumuladas proporcionaram esta interpretação. Acreditei, então, ser possível analisar como ocorre a construção de um grupo social politicamente mobilizado – que naturalmente se expõe a público através de suas ações coletivas ou pelas mídias – do ponto de vista interno, isto é, situado no período de articulação antecedente à publicização de suas ações políticas.

Logo se tornou claro que para isso seria necessário centralizar o estudo na comunicação, mas numa comunicação interacional, numa comunicação concebida como trocas simbólicas e não apenas transmissão de informações. Pressupus que lideranças de um grupo social, ao conversarem sobre como vão agir coletivamente, devem necessariamente se comunicar e neste processo revelam suas diferenças (de poder, conhecimento, interesses e motivações) e semelhanças que os unem ou separam em torno de uma causa. Por mais que isso me parecesse óbvio, transformar essa questão em objeto de pesquisa (em Comunicação) exigiu um grande esforço. Talvez porque a proximidade tão justa com a sociologia poderia alçar este trabalho a uma disciplina que

não fosse propriamente da comunicação – por isso a reflexão que abre o primeiro capítulo – ou talvez porque não consegui encontrar, durante minhas pesquisas bibliográficas, nenhum outro trabalho que se assemelhasse aos meus métodos e objetivos. Se por um lado isso tem a vantagem de gerar uma suposta aura de “originalidade” ao estudo, por outro corre-se o risco de situar a pesquisa muito longe do foco de interesses do campo da Comunicação. Um risco que aceitei.

Compreendi que este trabalho requiritava uma pesquisa empírica de campo. Afinal, analisar conversas e interações demanda uma coleta de dados de fonte primária. Este tipo de fonte, na maioria dos casos, não está disponível na internet, na biblioteca, em arquivos ou outro qualquer banco de dados. Raramente as reuniões internas de um grupo vêm a público, mesmo quando eventualmente forem registradas e documentadas. Por se tratar de um grupo social com finalidades políticas, a possibilidade de investir em grupo focal nem sequer foi cogitada. Seria preciso encontrar um grupo mobilizado que me permitisse participar de suas reuniões e registrá-las em áudio, com a menor interferência possível do pesquisador.

Após alguns dias de busca (em que considerei e descartei grupos e movimentos sociais), em agosto de 2012, deparei-me com o Movimento Paraná Sem Corrupção (MPRSC), que me recebeu para um encontro inicial. Dei início à pesquisa exploratória e nela identifiquei pontos comuns entre o grupo e as teorias que vinha estudando. Seu aspecto institucional despertou minha curiosidade. Não senti uma mobilização calcada em motivações pessoais, identidades coletivas ou entusiasmos políticos, como acreditava que seria sempre o caso de uma mobilização, mas notei uma forte articulação entre profissionais no desempenho de seus papéis e na veiculação de seus interesses e capacidades institucionais. Múltiplas instituições estavam ali tentando negociar suas contribuições.

Embora o processo de comunicação do núcleo gestor do grupo tenha configurado o objeto central do trabalho, outros processos de comunicação sempre estiveram presentes, embora situados fora da alçada da minha análise. E-mails trocados, contatos por telefone, encontros informais e outras formas de comunicação não estiveram ao meu alcance, mas tive conhecimento de que eles ocorriam e não descarto sua importância para a comunicação interna do grupo (inclusive algumas decisões importantes podem ter sido tomadas nestes episódios específicos, mas não detinha instrumentos para analisa-las). Por outro lado, mantive conversas informais com participantes das reuniões antes e após elas ocorrerem e adquiri algumas informações

que poderiam ser relevantes para o trabalho, mas que não surgiram da comunicação analisada.

Deparei-me com algumas dificuldades ao submergir na pesquisa de campo. A primeira delas, naturalmente, foi a falta de experiência. Até então (na graduação e especialização) eu havia produzido análises de materiais jornalísticos e midiáticos disponíveis na internet. A coleta de dados, nestes casos, foi do meu ponto de vista mais simples e fácil, pois tudo já estava registrado e armazenado. Já no que tange ao MPRSC, o processo foi mais complicado: eu tinha eu tinha que lidar com as contingências objeto de pesquisa. As reuniões não aconteciam em uma periodicidade definida e, geralmente, eram agendadas a poucos dias de serem realizadas. Eu também não era notificado de sua ocorrência pelos atores envolvidos, embora tenha lhes solicitado isso. Precisei manter contato constante com eles, perguntando quando seria a próxima reunião. Além disso, tive que lidar com um tipo particular de assédio: os membros do grupo tentaram me convencer de prestar apoio efetivo e operacional às suas atividades, algo que polidamente recusei, pois acreditava – e ainda acredito – que isso poderia prejudicar a objetividade da minha análise.

Com relação às teorias e o método utilizado neste trabalho, também tenho alguns apontamentos. Ao abrir o primeiro capítulo com uma discussão sobre paradigmas na comunicação, o objetivo é justificar meu ponto de vista e ampliar a visão comum sobre comunicação. Sinto que há uma necessidade do próprio campo em determinar qual é seu objeto de estudos, mas este objeto não pode ser tão limitado ao ponto de excluir outras formas de comunicação e não tão abrangente que lhe impeça qualquer abordagem epistemológica e formação disciplinar. Estou ciente que este debate já vem de longa data, antes mesmo de eu imaginar cursar faculdade de jornalismo. Minha intenção foi de apenas contribuir com essa discussão e discorrer, no contexto do meu trabalho, sobre qual comunicação é possível falar.

1 INTRODUÇÃO

Uma rápida observação dirigida à realidade social contemporânea permite visualizar um cenário marcado por inúmeros interesses políticos e sociais distintos, muitas vezes conflituosos, mas em geral mobilizados por atores sociais em conjunto. Se por um lado supõe-se que cada indivíduo carrega consigo uma bagagem de conhecimentos específicos e, muitas vezes, se mobiliza socialmente de acordo com suas motivações individuais, também é evidente que transformações no contexto social mais amplo ocorrem, em sua maioria, quando grupos consistentes propõem tais mudanças, expondo-se a público não somente como pessoas, mas como instituições, empresas, organizações e associações de todo o tipo. Embora os resultados alcançados por estas coletividades sejam eventualmente visíveis, quando veiculados como notícias por meio das estruturas midiáticas, ainda são necessários estudos sobre como elas produzem suas interpretações de mundo e como passam a atuar no cumprimento de objetivos sociais a partir de estratégias previamente elaboradas.

Este trabalho se propõe a analisar o processo interno de comunicação de um grupo social politicamente mobilizado a fim de compreender, por meio das conversações estabelecidas entre seus membros, de que maneira ele interpreta a realidade ao seu redor e produz decisões e estratégias para combater seu adversário político. Trata-se de um estudo sobre a construção de mobilização política a partir do ponto de vista interno, ou seja, de como os atores sociais envolvidos enquadram os fenômenos do mundo e estipulam seus objetivos sociais, gerando para si um ambiente articulado em torno de objetivos ou metas em comum. Portanto, abordam-se aqui as interações sociais, a comunicação em seu aspecto interpessoal inicialmente isenta de aparatos técnicos, com a finalidade de averiguar através deste prisma os mecanismos de produção coletiva. Parte-se de um material empírico que ofereça subsídios sobre sua produção de enquadramento com vistas ao debate público. Em suma, o tema central deste trabalho refere-se ao processo de comunicação enquanto operação estruturante de grupos politicamente mobilizados.

É comum associar mobilização social e política àqueles grupos que emergem da sociedade civil organizada, de ambientes populares, das raízes comunitárias e das camadas ditas “subalternas” em contraste com o Estado ou organizações privadas. Em geral, articulações coletivas com origem na sociedade civil ganham destaque nos estudos sobre mobilizações sociais. Muitas vezes representam resistências ou

reivindicações de interesse público e batalham para que este interesse penetre nas estruturas estatais, governamentais ou institucionais a fim de adquirir legitimidade e respaldo da lei. No entanto, não se pode desprezar a existência do fluxo inverso: há ocasiões em que instituições tomam a iniciativa e trabalham para que uma questão social seja incorporada pelo público num processo de agendamento que parte de estruturas sociais historicamente constituídas em direção ao conjunto da sociedade civil. O Estado, por meio de um ou mais de seus órgãos, pode tentar promover uma articulação coletiva, um debate público, uma mobilização relacionada a um tema de pertinência pública. O presente trabalho está interessado neste segundo tipo de mobilização.

De modo a estabelecer um debate baseado em constatações empíricas, selecionou-se para esta análise um grupo social concreto. O Movimento Paraná sem Corrupção (doravante MPRSC), autointitulado um “movimento” de combate à corrupção em nível político e cultural, foi gestado pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e com o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Trata-se de uma articulação de três diferentes instituições, advindas do Estado (promotoria pública), do governo (educação formal) e da iniciativa privada (comunicação midiática), respectivamente, cuja meta inicial é levar o tema da corrupção às escolas do ensino Fundamental e Médio gerenciadas pelo Estado do Paraná. O MPRSC não tem como foco a investigação e acusação de políticos envolvidos com atos de corrupção, pois interpreta corrupção como um mal enraizado na cultura, sendo a corrupção política apenas um reflexo. Assim, pretende combatê-la pela via da educação, abordando crianças e adolescentes a partir de um projeto pedagógico que discuta a corrupção e exponha seus efeitos negativos. O MPPR e a SEED articulam-se no sentido em que o primeiro acredita estar capacitado a falar sobre corrupção enquanto o segundo está capacitado (e detém o poder) de levar tal assunto às salas de aula. O GRPCOM, por sua vez, atua por meio do Instituto GRPCOM, que promove projetos educacionais baseados em reportagens jornalísticas como, por exemplo, o Ler e Pensar e o Televisando o Futuro.

Por se tratar de um estudo de caso, a conversação e a construção do enquadramento do MPRSC constitui-se no contexto deste trabalho o objeto de pesquisa. Contudo, o que interessa aqui especificamente é o processo interno de comunicação em que se revela a interpretação do grupo acerca da realidade social e de seu oponente político, assim como a concepção de estratégias de ações para o cumprimento de suas

metas e objetivos. Atores sociais vinculados ao MP-PR, SEED e GRPCOM constituem o “núcleo gestor” do grupo e alguns de seus representantes reúnem-se periodicamente para discutir questões estratégicas. Nestas conversações as ações são debatidas e decisões coletivas que afetam o grupo como um todo em negociações de poder e de significados. Verificadas inicialmente na fase exploratória da pesquisa, tais reuniões agrupam atores sociais no desempenho de papéis sociais especializados, uma vez que a conduta de cada um deles está condicionada pela instituição da qual vieram (MPPR, SEED ou GRPCOM), e cumprem a função de estabelecer a forma de agir do MPRSC. As conversações construídas nestes encontros, portanto, configuram o processo de comunicação que este trabalho pretende analisar, sendo o objeto central da pesquisa.

A comunicação entre atores sociais politicamente mobilizados é por si só problemática: exige-se que dela se extraia algumas decisões de caráter consensual de modo que seja possível agir coletivamente (caso contrário, se não houvesse ao menos uma decisão coletiva provisória, um grupo teria sua unicidade e efetividade comprometida). As negociações de sentido, de interpretação e de enquadramentos individuais que por ventura encontrem um caminho de coesão discursiva podem enfrentar previamente situações de conflito, desarmonia e assimetrias de poder e de conhecimento. O problema central que se destaca e que aqui se pretende responder é o seguinte: no processo interno de comunicação, de que maneira indivíduos agrupados em torno de uma questão política produzem um enquadramento coletivo sobre a realidade e como, a partir deste enquadramento, decidem quais serão as ações coletivas para o cumprimento de suas metas? No caso do MPRSC, um problema complementar deve ser alojado na pesquisa. Por se tratar de uma iniciativa institucional, de que maneira os conhecimentos e poderes institucionalizados – interesses e objetivos sociais distintos sustentados por estruturas sociais diferentes – são comunicados e articulados na construção do enquadramento do grupo? Grupo este que faz sua aparição pública como um ator coletivo reconhecido no debate sobre a corrupção. Em resumo, de que forma MPPR, SEED e GRPCOM encontram (ou não encontram) um caminho mutuamente produtivo e viável no que concerne ao MPRSC?

Ao empregar as análises das reuniões do núcleo gestor, o objetivo geral é identificar, no processo interno de comunicação do MPRSC, alguns princípios básicos que orientam a produção de enquadramentos e decisões coletivas do grupo e como eles condicionam as negociações de interesses, conhecimentos e poder entre as três instituições acima referidas. Estes princípios básicos configuram-se em relações sociais,

estabelecida entre atores no desempenho de seus papéis institucionais e construídas mediante interações (comunicação) nas reuniões do núcleo gestor, que são usadas como critérios para tomadas de decisão e elaboração de ações estratégicas. Percebe-se que a operação principal do MPRSC é fomentar a “conscientização” sobre a corrupção nas salas de aula da rede pública de ensino. Para isso é necessária uma articulação central entre MPPR (que se autodenomina como instituição capacitada para discorrer sobre corrupção) e SEED (setor que administra e gerencia a rede estadual de ensino médio e fundamental). Embora ambas pertençam à esfera estatal, elas são autônomas em suas funções e não estabelecem *a priori* nenhuma relação de poder entre si. São dois setores separados do poder público, o primeiro relacionado ao aparato da Justiça do Estado e o segundo ao poder Executivo. Todavia, no momento em que se dispõem a produzir uma ação conjunta, as duas dialogam e negociam conhecimentos e rotinas produtivas. Por serem dois estoques de conhecimento institucionalizados distintos, precisam encontrar os pontos simétricos e assimétricos que os aproximam ou separam de modo a agirem em concordância. Os princípios de encontro e solução de (as)simetrias tendem a ser construídos, ao menos no âmbito do MPRSC, no decurso do próprio processo de comunicação. Isolar e analisar estes princípios permitirá uma compreensão mais detalhada a respeito da constituição do enquadramento coletivo de um grupo institucional politicamente mobilizado.

Em hipótese, a produção de enquadramento coletivo do MPRSC respeita uma lógica estritamente institucional no qual a convergência de conhecimentos especializados e de rotinas produtivas é negociada pelos atores envolvidos enquanto estes desempenham papéis profissionais. Estas negociações ocorrem nas interações estabelecidas entre os agentes envolvidos, especialmente nas reuniões do núcleo gestor, quando são articuladas as decisões finais e as estratégias de ação. Entre MPPR, SEED e GRPCOM não há claras relações de poder ou hierarquias, uma vez que cada uma delas atua de maneira autônoma. Mesmo assim, quando seus representantes dialogam, relações de poder e assimetrias podem se revelar; em geral estas relações e assimetrias são produzidas pelo próprio contraste de conhecimento e competências legitimadas que estão em jogo. Em outras palavras, enquadramentos e decisões coletivas do MPRSC não florescem da justaposição de motivações e identidades semelhantes (de pessoas com os mesmo interesses e problemas), mas do contraste e de negociações de conhecimentos, funções e poderes.

O presente texto está estruturado em quatro capítulos. O primeiro dedica-se a estabelecer um quadro teórico acerca da própria comunicação social. O percurso deste campo de estudos mostra-se interdisciplinar desde suas origens, abarcando perspectivas advindas da sociologia, ciência política, antropologia, biologia e matemática. Apesar de existirem múltiplas correntes teóricas que se entrecruzam nos estudos sobre comunicação, ainda não há um único paradigma global que sirva para explorar cientificamente todos seus aspectos; múltiplas escolas, subescolas e vertentes discorrem sobre comunicação a partir de seus próprios paradigmas. Isso, todavia, não é observado como uma desvantagem, mas como uma característica inerente a um campo de estudos ainda jovem cujo objeto, ao que se percebe, revela-se mais complexo do que supõe o senso comum. Em linhas gerais, este trabalho interpreta a comunicação como uma ação essencialmente interacional, fundada na linguagem, em que os interlocutores constroem os significados em relações intersubjetivas, em contato direto uns com os outros. Parte-se, então, da visão interacionista proposta pela Escola de Chicago em contraste com os modelos matemáticos e funcionais.

Este esforço é necessário por dois motivos. Primeiro, é preciso esclarecer ao leitor sobre qual comunicação será aqui abordada, já que seu significado encontra-se muitas vezes restrito aos estudos sobre a mídia, seus modelos de produção, sua incidência sobre o público e seus efeitos sociais e políticos. Pretende-se, por outro lado, oferecer uma visão interacional e circular da comunicação, partindo de autores como Blumer, Goffman, e Watzlawick, que priorizaram seu aspecto interacional em detrimento de uma concepção retilínea de transmissão e recepção. O segundo motivo para a construção deste capítulo será evidenciado no decorrer do trabalho, uma vez que o quadro teórico nele exposto irá oferecer os instrumentos necessários para a problematização da pesquisa em comunicação e inclusive será reverberado na metodologia empregada para coleta e análise de dados.

O segundo capítulo explora em pormenores o MPRSC, trazendo informações sobre sua origem, constituição interna, instituições participantes e principais estratégias de ação, além de situar os papéis e funções distribuídas entre MP-PR, SEED e GRPCOM. O foco está na elaboração do objeto e do problema de pesquisa, que serão construídos na medida em que se articula o MPRSC com duas perspectivas teóricas. A primeira delas é a visão fenomenológica da sociedade, proposta por Alfred Schütz e levada a cabo por Berger e Luckmann. A partir desta abordagem teórica é possível centralizar as análises nos atores sociais e nas interações, significados e sentidos por

eles veiculados. Uma vez que o objetivo é compreender de que maneira os participantes de um grupo social coordenam internamente suas atividades, torna-se crucial tonalizar a pesquisa para que ela esteja apta a captar as interpretações de mundo destes atores no lugar de categorias analíticas externas. Ademais, esta corrente teórica, sobretudo a partir de Berger e Luckmann, oferece recursos explicativos sobre a configuração de estoques de conhecimento, instituições e papéis sociais, elementos presentes no processo de comunicação do MPRSC. A segunda perspectiva teórica trata da construção coletiva de enquadramentos com finalidades sociais e políticas (enquadramento), postulada por Snow e Benford a partir do conceito da *frame analysis* de Erving Goffman. Em resumo, ela presume que um enquadramento (*frame*) coletivo resulta de uma coerente justaposição de múltiplos enquadramentos individuais objetivados no curso da comunicação entre estes indivíduos. Certamente que a intersecção de enquadramentos individuais pode provocar desentendimentos, conflitos, relações de poder e situações de desarmonia discursiva, mas isso não impede que uma concordância emergja de tais relações. Neste sentido, o processo de enquadramento é uma busca por intersecções possíveis, num ambiente plural de quadros, identificadas e desenvolvidas nas relações interpessoais.

O terceiro capítulo, por sua vez, discute o método da Análise de Conversação Etnometodológica fundada por Sacks, Schegloff e Jefferson com base na etnometodologia de Harold Garfinkel. Este método de análise qualitativa preocupa-se com a produção de significados, regras de conversação e contextos sociais co-construídos por interlocutores em processo de comunicação. Elege como unidade analítica o turno de fala, que é o momento da interação em que um determinado participante executa uma elocução. Mais que isso, a análise da conversação concentra-se em averiguar os fundamentos da comunicação interpessoal por meio das trocas de turno de fala, ou seja, na sequencialidade destes turnos. Tomando as seqüências de turnos (registradas em áudio e transcritas de acordo com certas normas), torna-se possível visualizar e analisar quadros de interação e, assim, observar como os participantes objetivam mutuamente uma interpretação da interação e da realidade social. Investir em tal método nas reuniões do núcleo gestor do MPRSC se revelou frutífero na medida em que permitiu isolar trechos da interação onde se evidenciam tomadas de decisão, relações de poder e construção de enquadramentos coletivos.

No último capítulo são apresentados e analisados trechos transcritos a partir das reuniões do MPRSC. O material empírico analisado neste trabalho conta com quatro

reuniões do núcleo gestor, contabilizando aproximadamente oito horas de interação. Os resultados apresentados revelam padrões e princípios acerca das negociações de poder e de conhecimentos institucionalizados que subjazem todo o processo de enquadramento coletivo do grupo. Nota-se que por agir e se comunicar em um ambiente institucionalizado – no qual os papéis sociais a princípio se mostram bem definidos –, os membros do MPRSC discutem, sobretudo, tarefas, funções, agendas e calendários particulares a cada instituição de modo a combinarem ações que seja pertinente e viável para o MP-PR, SEED e GRPCOM. As diferenças de conhecimentos institucionalizados, desempenhados no curso da interação entre os participantes, fundamentam as assimetrias e possíveis pontos de convergência entre eles.

O que foi possível perceber é que a comunicação de grupos politicamente mobilizados – no caso MPRSC – não se orienta necessariamente para a construção de um enquadramento coletivo e que a representação institucional exerce um papel fundamental nas interações desse grupo.

2 COMUNICAÇÃO, (IN)DEFINIÇÃO E PARADIGMAS

A despeito de sua presença generalizada, a comunicação não necessariamente representa em si um problema para aqueles que dela fazem uso. Problematiza-se o conteúdo da comunicação, os símbolos que estão sendo transmitidos, as interpretações que se edificam, os desentendimentos provocados. Mas a comunicação é geralmente encarada como o processo em que tudo isso pode ocorrer, e não necessariamente como objeto de discussão. Wolton (2004) alertara sobre este aspecto invisível da comunicação, afirmando que uma das grandes dificuldades acerca dos estudos nesta área trata-se exatamente desta escassez de problematização. Inclusive diz que grande parte dos problemas de comunicação que assolam a vida das pessoas resulta justamente desta falta de distanciamento crítico sobre a comunicação. “Ninguém é exterior à comunicação, ninguém tem distanciamento em relação a ela. Somos todos parte integrante da comunicação; ela nunca é um objecto neutro, exterior a si” (WOLTON, 2004, p.9).

Ao refletir sobre a provocação de Wolton (2004), pode-se mesmo questionar se é possível delimitarmos uma área específica, um enfoque próprio e um campo de estudos que diga respeito apenas à comunicação. Um primeiro problema que surge com essa tentativa é separar comunicação daquilo que não é comunicação. Um complexo desafio caso considere-se que o ato de comunicar é processo perene e não exatamente um episódio pontual na vida em sociedade. Segundo França (2001), o advento da modernidade, o surgimento de novas técnicas de comunicação e transporte e as novas conexões internacionais tornaram a comunicação ainda mais complexa, quase onipresente. Meios de comunicação de massa, assim como aparatos técnicos de comunicação personalizados como telefone, fax e e-mail ampliaram as potencialidades comunicativas no tempo, no espaço e no alcance. As novas redes sociais que se formam via Internet muitas vezes escapam de uma análise mais sólida, pois são construídas num universo próprio, digital, que se transforma a cada dia pela ação dos indivíduos a ele conectados. A todo instante, voluntaria ou involuntariamente, as pessoas são levadas a se comunicar, seja quando assistem a um telejornal, seja quando se relacionam com outras pessoas. Neste sentido, como estabelecer fronteiras epistemológicas que definam o que a comunicação e quais métodos válidos para compreendê-la? Tal questão, ao que

parece, permanece sem respostas definitivas. Não há mesmo um consenso se tal pergunta é mesmo pertinente.

Outro aspecto que deve ser contabilizado quando falamos de comunicação refere-se às suas consequências e efeitos. Ora, desde a era clássica dos estudos em comunicação, ainda à época da *mass communication research* nos anos 40 do século XX, a preocupação central não esteve apenas na comunicação, resumida num modelo abstrato de emissão e recepção de mensagens, mas antes em suas implicações para a sociedade. Embasados no escopo teórico do funcional-estruturalista, autores como Lasswell (1948), Lazarsfeld e Merton (1948) propuseram esquemas conceituais que permitissem identificar funções e disfunções do sistema de comunicação no interior das sociedades, portanto estavam antes preocupados com o que a comunicação resultaria, de bom ou de ruim – de acordo com suas abordagens teórico-metodológicas – para o todo social. A Escola de Frankfurt, apenas para citar outro exemplo, também se mostrou interessada em desvendar os “nocivos” efeitos da indústria cultural nas relações sociais, denunciando que os bens culturais e as manifestações artísticas estavam sendo incorporadas pela lógica do mercado capitalista (WOLF, 1987). Não é pretensão deste trabalho discutir o vigor de tais teorias. Contudo, fica evidente que, desde as origens, estudar a comunicação implicou estudar a sociabilidade por ela gerada. Implica estudar a produção social de significados, valores, interpretações e ideologias. Mais do que decifrar qual é a mecânica básica da comunicação (a abstrata ideia de como ela funciona), é também natural que estudiosos dessa área captem o que de empírico a comunicação produz. E geralmente os fenômenos empíricos produzidos pela comunicação redundam em... novas comunicações.

Atualmente, alguns pesquisadores relacionados ao campo da comunicação atribuíram-se a tarefa de discutir e estabelecer qual é o objeto de estudo desta área de conhecimento. No Brasil, um relevante livro neste sentido é o *Teorias da Comunicação*, organizado por Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martino e Vera Veiga França. Nos capítulos iniciais desta obra discute-se a natureza interdisciplinar da comunicação enquanto objeto de estudos acadêmicos e as origens de sua problematização filosófica e intelectual. Extrai-se dessa discussão alguns apontamentos sobre a pertinência de se pensar em um campo exclusivo da comunicação, centrada nos meios de comunicação, ou uma ampliação epistemológica que agregue também outras formas de comunicação não midiáticas. De qualquer maneira, há uma preocupação em encontrar um objeto

consensual entre estudiosos e também definir quais contribuições e limites de outras disciplinas à comunicação social.

De acordo com França (2001), o objeto da comunicação, ou mesmo o objeto de qualquer ciência, é condicionado pelo ângulo que abordamos tal objeto. Isto é, ele não está plenamente acabado pelo simples fato de existir (a comunicação existe empiricamente), mas é preciso de antemão um esforço intelectual de modo a problematizá-lo e, assim, propor teorias e métodos para alcançar respostas a sua problematização. Os fenômenos naturais com os quais nos deparamos no curso de nossas vidas só se tornam objetos de estudo na medida em que são enquadrados como tais e sobre ele utilizamos esquemas pré-concebidos, conceitos e hipóteses que viabilizem sua explicação racional, que é o próprio processo científico.

Para a autora, o estabelecimento do objeto da comunicação enfrenta ainda hoje alguns obstáculos. O primeiro deles é o primado da prática, referindo-se à estrutura institucional do conhecimento relativo à comunicação que prioriza habilitações profissionais passíveis de serem absorvidas pelo mercado de maneira pragmática (jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, marketing), comprometendo a reflexão crítica a respeito da comunicação. O segundo obstáculo está relacionado ao amplo espectro empírico da comunicação que se expressa nos meios (televisão, rádio, internet, jornal impresso), nas práticas profissionais (jornalismo, publicidade, relações públicas), nas linguagens (cinematográfica, artística, cotidiana) e em todas as ações passíveis de serem catalogadas como comunicação. Frente a esta grande extensão de fenômenos, os pesquisadores frequentemente apropriam-se de aparatos teóricos diversos, alguns deles externos às teorias reconhecidas da comunicação, e empregam análises sobre determinados tipos de comunicação. É comum, por exemplo, estudos bastante dirigidos e específicos a respeito da produção de um telejornal, da recepção de um dado conteúdo midiático, das estratégias de assessoria de imprensa de uma instituição, das deliberações promovidas em uma audiência pública.

Enfim, o espaço acadêmico da comunicação apresenta-se permeado por diferentes tensões – na articulação das teorias; na relação entre teoria e prática; na diferenciação, pluralidade e movimento de seus objetos. O corpo das teorias da comunicação apresenta-se como um quadro fragmentado – tanto no que diz respeito à heterogeneidade dos aportes, quanto à diversidade das práticas que abarca. É possível, apesar disso, tomá-lo enquanto tal – um domínio científico específico? O elenco de estudos que compõem o que chamamos de “teoria” ou “teorias da comunicação” pode começar a ser visto como uma nova disciplina ou campo científico particular? (FRANÇA, 2001, p.50).

Autores que se propuseram a sintetizar as principais teorias da comunicação ou que compilaram alguns de seus textos fundamentais apresentam uma diversidade de abordagens e perspectivas teóricas que, se por um lado servem de instrumental para aludir diferentes formas de comunicação, não se integram num todo coeso e bem definido, mas antes apresentam desencaixes conceituais e separações históricas e contextuais, sendo muitas delas incompatíveis entre si. Mattelart (2001), Wolf (1987), Mortensen (1980) e Cohn (1977), pesquisadores que escreveram obras desta espécie, expõem, em diferentes ordenações (cronológica, por escolas, por aproximações teóricas), aquelas teorias que com mais frequência são associadas ao repositório de conhecimento da comunicação social. Observa-se que muitas delas originam-se na sociologia, na ciência política, na linguística, na antropologia e mesmo na matemática e engenharia. A despeito desta característica interdisciplinar (seja ela transitória ou não), fica estabelecido que a pesquisa em comunicação se justifica como tal e adquire legitimidade dentro do campo desde que faça relação a uma ou algumas das teorias já consideradas “da comunicação”. Frequentemente novas pesquisas precisam deixar claras quais teorias – e seus respectivos métodos – estão sendo empregadas na concepção do objeto e dos problemas de pesquisa. Muito comuns são as perspectivas que oferecem explicações ou aparatos conceituais a respeito dos meios de comunicação de massa, embora nos últimos anos tenha se verificado o ingresso de instrumentais teóricos que centralizam a comunicação enquanto ocorrência interacional face a face. A Escola de Chicago, berço da tradição sociológica do Interacionismo Simbólico, há pouco tempo vem sendo considerada mais uma teoria da comunicação, apesar de seu surgimento remontar à década de 20 do século XX nos Estados Unidos, antes mesmo da emergência da *mass communication research*. (MATTERLART, 2001; FRANÇA, 2001).

Tudo isso aponta para uma suposta indefinição do objeto de pesquisa próprio da comunicação. Embora grande parte das pesquisas se concentre em estudar a mídia – sua produção, seus profissionais, seus efeitos sociais, sua mensagens, seus discursos, sua recepção, suas consequências sociais e políticas, entre outras tantas possibilidades de pesquisa proporcionadas pelas interfaces com outras ciências sociais consolidadas – já se pode dizer que a literatura atual incorporou outros ângulos teóricos e filosóficos que permitem a compreensão da comunicação em outros níveis: nas interações face a face,

nas relações cotidianas, nas interlocuções e trocas de significado, enfim, em modos de comunicação que não necessariamente integrem um aparato tecnológico mediador. No cenário brasileiro isto está claro nas discussões propostas por Hohlfeldt, Martino e França (2001) e Rüdiger (2011). Neste sentido também pensa Wolton (2004) ao categorizar a comunicação em três níveis, a saber comunicação direta, comunicação técnica e comunicação social; a primeira relacionada às interações como condição natural do ser humano, a segunda às comunicações mediadas pela técnica e a terceira à necessidade funcional e econômica das sociedades em amplo espectro. De acordo com este último autor, acredita-se que pensar cientificamente a comunicação em apenas um desses níveis reflete necessariamente em ignorar os demais, o que para uns é vantajoso, pois oferece um objeto específico extraído da infinidade de possibilidades empíricas comunicacionais, enquanto para outros é uma desvantagem na medida em que restringe o termo comunicação a apenas algumas práticas específicas. Está-se diante mesmo de um problema de polissemia e de associação da comunicação ao próprio viver social:

Trata-se de uma questão tanto mais difícil quanto se esbarra imediatamente em dois obstáculos. O primeiro está ligado à própria palavra. É inacessível, polissêmica, indomável. Escorrega-nos por entre os dedos desde o momento em que a abordamos, transborda de sentido e de referências, principalmente na sociedade contemporânea, dominada pela abertura e pelas trocas incessantes. [...] Encontramos a mesma polissemia nas palavras informação, identidade, liberdade, democracia... Mas poucas estão a tal ponto no seio da experiência individual e colectiva. E esse é o segundo obstáculo. Ninguém é exterior à comunicação, ninguém tem distanciamento em relação a ela. Somos todos parte integrante da comunicação; ela nunca é um objecto neutro, exterior a si. Uma reflexão sobre a comunicação requer, pois, um esforço considerável de distanciamento, tanto da parte de quem procura compreender, como da parte daqueles a quem a reflexão se destina. (WOLTON, 2004, p.8)

Observou-se então que as pesquisas em comunicação são marcadas por ao menos dois fatores. Em primeiro lugar, é um campo de estudos fortemente marcado por interdisciplinaridade, pois nele desaguam correntes teóricas da sociologia, da ciência política, da antropologia, da linguística, da psicologia, entre outras. Em segundo lugar, o conceito “comunicação” não goza de unanimidade, nem no senso comum do cotidiano, nem na academia, pois se refere a um conjunto muito amplo de práticas e ações. Fazendo referência ao vocabulário de Wittgenstein (2012), ousa-se aqui afirmar que a palavra comunicação é essencialmente nômade, transita entre vários jogos de linguagem e em cada um destes jogos adquire um significado específico. Portanto, é mutante

conforme o contexto, apesar do campo científico ter um claro interesse em domá-la (até porque disso depende seu sucesso, reconhecimento e financiamento público). Tomando-se isso como um pressuposto, é perfeitamente compreensível que tenha sido abordada por tantas disciplinas diferentes e que seja interpretada de tantas formas particulares. Resultado disso, conforme bem sintetizou Wolf (1987), é que estudar a comunicação implica em confrontar-se com uma miríade de esquemas teóricos correlacionados ou opostos entre si. Em geral cabe ao pesquisador selecionar aqueles que melhor lhe convêm ao trato de seu objeto, descartando ou mesmo ignorando outros.

Esta situação epistemológica em que se encontra a comunicação – vale dizer que tal situação não é sua exclusivamente – foi exposta por Kuhn (1998) na obra *A estrutura das revoluções científicas*, na qual postula que todo jovem campo de conhecimento que almeja um posto reconhecido entre outras ciências estabelecidas carece de um paradigma próprio. Por paradigma o autor entende realizações científicas reconhecidas pelos membros de um campo que durante um determinado tempo fornecem soluções modulares e novos problemas no trato de seu objeto. Ou seja, trata-se de um conjunto de sólidas teorias capazes de oferecer respostas a dadas questões e, paralelamente, permitir novos ângulos de abordagem dos quais novas questões podem ser elaboradas. O autor cita o exemplo da Óptica Física que, antes do paradigma proposto por Isaac Newton, não desfrutava de um acordo geral sobre a natureza da luz, mas de um bom número de escolas e subescolas em competição que a abordavam de diferentes maneiras, tentando sobre ela implantar um paradigma mais vigoroso que seus demais concorrentes. Este caso é semelhante à comunicação, vide a diversidade de escolas e correntes que sobre ela incidem. No entanto, neste ponto é preciso fazer uma ressalva: se por um lado o campo da comunicação carece de um paradigma que seja relativamente consensual a todos os seus membros, por outro não lhe faltam paradigmas aplicáveis a determinados problemas. Ora, a própria abordagem estrutural-funcionalista da *mass communication research* revelou-se um frutífero paradigma durante décadas – em especial no que se refere às suas pesquisas administrativas e sobre os efeitos dos meios massivos -, até enfrentar sinais de esgotamento diante de novas vertentes. (WOLF, 1987; MATTELART 2001). A teoria crítica da indústria cultural, os estudos culturais britânicos, a semiótica, o estruturalismo, as concepções de pós-modernidade, a cibercultura, as tendências do *agenda setting* e do *newsmaking* e a escola latino-americana também atuam como paradigmas para determinados problemas de comunicação. O sucesso em relacionar dois ou mais destes conjuntos teóricos depende

da engenhosidade do pesquisador, mas articular todos estes possíveis paradigmas em um quadro harmonioso está, a princípio, fora de cogitação. Afirmar que todos eles encontram um ponto comum nos meios de comunicação de massa não é o suficiente para integrá-los num corpo unificado, pois os meios de comunicação são concebidos, por cada uma destas vertentes, como objetos diferentes.

Portanto, estudar um fenômeno implica escolher algumas teorias, algum paradigma que ofereça ao pesquisador um conjunto de pressupostos e perspectivas metodológicas para a elaboração e resolução de problemas. No entanto, como aponta Kuhn (1998), todo o paradigma é uma estrutura limitada e, ao mesmo tempo, limitante, pois ela enquadra os fatos de uma determinada maneira; se disponibiliza recursos para a interpretação da realidade, também exclui de seu campo de visão outros fatores da realidade que não se enquadram em seus conceitos. Uma vez que, como já fora apontado nas páginas anteriores, estamos lidando com um objeto movediço, polissêmico e resistente a consensos intelectuais e acadêmicos, tal como é a comunicação, enfrenta-se sempre a condição de sobre ela empregarmos um paradigma que não a abranja em sua totalidade, logo cada estudo tende a somente esclarecer alguns aspectos bastante específicos de sua natureza.

Já vimos que uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha dos problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível. Numa larga medida, esses são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver. Outros problemas, mesmo muitos dos que eram anteriormente aceitos, passam a ser rejeitados como metafísicos ou como sendo parte de outra disciplina. Podem ainda ser rejeitados como demasiado problemáticos para merecerem dispêndio de tempo. Assim, um paradigma pode até mesmo afastar a comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelos paradigmas. (KUHN, 1998, p.60)

Embora hoje grande parte dos estudos em comunicação esteja concentrada em fixar como objeto primário de suas preocupações a mídia e suas reverberações no tecido social, não se trata aqui do único objeto do campo, tampouco é abordado pelo viés de um único paradigma global. França (2001, 2003), por exemplo, questiona se os critérios de pertinência do campo da comunicação não deveriam ser ampliados de modo a agruparem também as interações. A partir da proposta de L. Quéré ela confronta o modelo epistemológico (informacional) com o modelo praxiológico (interacional),

colocando-se a favor deste último. Mattelart (2001) e Rüdiger (2011), ao traçarem um panorama sobre as teorias da comunicação, já incluem as perspectivas interacionistas da comunicação originadas na Escola de Chicago. Em obra mais antiga, Mortensen (1980), em sua compilação de textos sobre comunicação, já selecionava trabalhos relativos à comunicação verbal e gestual, fazendo dialogar Marshall McLuhan, Erving Goffman e Herbert Blumer.

Desde as primeiras décadas do século XX alguns modelos foram propostos de modo a nortear as pesquisas em comunicação. Destacam-se neste contexto os modelos de Shannon-Weaver (1948) e de Laswell (1948), autores responsáveis por sistematizar a comunicação e isolar suas etapas de transmissão de mensagem, tais como emissor, receptor e canal, dentre outros. Estes autores (e posteriormente seus seguidores) tiveram como objetivos proporcionar melhorias na estrutura tecnológica de comunicação (caso de Shannon e Weaver) e também desenvolver técnicas de persuasão social através dos meios de comunicação de massa (caso de Laswell e Lazarsfeld). (MATTELART, 2001, WOLF, 1987).

Os estudos sobre comunicação, contudo, não se mantiveram restritos às pesquisas de comunicação de massa. Já no início do século XX, especialmente nas duas primeiras décadas e antes da consolidação da *mass communication research*, intelectuais da chamada Escola de Chicago já haviam problematizado os aspectos comunicacionais que rondam a vida urbana em seu microcosmo. No entanto, eles não chegaram a instaurar um campo próprio acerca da comunicação como fizeram seus conterrâneos atrelados à escola funcionalista (esta sim compôs um paradigma, problemas e objetivos com suas pesquisas sobre a comunicação de massa). Herdeiros da perspectiva sociológica do Interacionismo Simbólico, inicialmente proposto por George H. Mead e sistematizado posteriormente pelo seu discípulo Herbert Blumer, os interacionistas fizeram um apelo à comunidade das ciências sociais norte-americanas por mais atenção à interação social, isto é, à comunicação humana em seu nível mais singular: a conversação, a interlocução, as trocas simbólicas em contextos específicos. (MATTELART, 2001)

Décadas depois, essa visão interacionista foi recuperada. À época, a *mass communication research* mantinha-se como paradigma dominante nos estudos sobre comunicação ao ponto do próprio termo “comunicação” associar-se, ainda hoje, a qualquer assunto relacionado à mídia e recepção massiva. Nos anos 1960, antropólogos, sociólogos e linguistas reuniram-se e deram início ao que historicamente ficou

conhecido como “guinada linguística”. Tratou-se de uma bem-sucedida aliança entre etnografia da comunicação e sociologia das interações, segundo Joseph (2000). Este movimento intelectual influenciou em larga escala o pensamento sociológico e filosófico vigente, condicionando até mesmo Jürgen Habermas, um pensador comumente associado à Escola de Frankfurt, a rever seus pensamentos e propor a teoria do “agir comunicativo” com foco nas interações do mundo da vida cotidiana e seus desdobramentos na democracia deliberativa. Em suma, a guinada linguística ampliou o escopo dos estudos em comunicação ao direcionar alguns holofotes em direção às interações sociais e sua importância na construção social. (MATTELART, 2001)

Este trabalho irá extrair sua base teórica a partir desta segunda perspectiva, isto é, da comunicação como um processo essencialmente interacional. Neste sentido, será proposto um quadro de referências que permita visualizá-la como um sistema circular em que a polarização emissor-receptor cede lugar a um esquema de trocas simbólicas contínuas.

2.1 COMUNICAÇÃO CIRCULAR

Os primeiros esforços sociológicos acerca da comunicação, de caráter empírico, buscaram compreendê-la como uma ação entre pessoas, isto é, como interação social. Pensadores da Escola de Chicago, que durante as primeiras décadas do século XX manteve-se como centro intelectual de excelência nos EUA, problematizaram a comunicação, a princípio, como uma operação de trocas simbólicas, de fluxos circulares de significados entre interlocutores linguisticamente capacitados. Sob a influência do pragmatismo de Charles S. Peirce, a Escola de Chicago deu luz ao que posteriormente ficou conhecido como Intencionismo Simbólico, tendo na figura do psicossociólogo George H. Mead seu principal proponente.

Este entendimento sobre a comunicação como interação social em âmbito “microsociológico” só retornou anos depois, na década de 1960, após um intervalo de tempo dominado pela *mass communication research* e pela teoria crítica da Escola de Frankfurt. Além da “guinada linguística” citada anteriormente, houve também a iminência do “colégio invisível” de Palo Alto, que concentrou nomes como Erving Goffman, Gregory Bateson e Paul Watzlawick. Estes autores dedicaram-se a postular concepções sobre a comunicação na contramão das vertentes funcionalistas e

matemáticas, evidenciando o caráter essencialmente interacional e cíclico das trocas simbólicas em detrimento de um modelo retilíneo e polarizado (MATTELART, 2001).

Um conceito proveniente da cibernética (que de certa forma sucedeu à teoria matemática da informação) foi de grande valia para o estabelecimento da visão cíclica da comunicação. Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) apropriaram-se do termo retroalimentação (no inglês, *feedback*) para explicar o caráter multilateral das trocas simbólicas. A retroalimentação refere-se ao processo de emissão de significados por parte de uma instância que, a princípio, se apresenta como destinatário da mensagem. Não se trata somente de uma resposta promovida por um receptor que, episodicamente, se torna emissor, mas sim de um significado emanado no curso do próprio ato de receber a mensagem. Assim, por exemplo, quando um professor transmite conteúdo para uma sala de aula, ele pode identificar e significar a reação dos alunos sem que para isto estes precisem efetivamente dizer algo. Sinais de sonolência, desatenção e indiferença por parte da audiência podem influenciar o produtor da mensagem a se readaptar e adequar seu comportamento de modo a despertar o interesse de sua plateia. Nisto se centra o conceito de *feedback*.

Neste sentido, um dos axiomas propostos por Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) refere-se sobre a “impossibilidade de não comunicar”. Com isso, os autores afirmam que a comunicação não ocorre apenas quando há intencionalidade. Numa relação interpessoal, aquele que fala obviamente comunica, mas o que escuta também o faz: sua postura, seus gestos, sua expressão facial, o ato de prestar ou não atenção, enfim, diversos elementos extra-linguísticos também retém espessura simbólica, também transmitem significados que condicionam o fluxo comunicativo. “Atividade ou inatividade, palavra ou silêncio, tudo possui valor de mensagem; influenciam outros e estes outros, por sua vez, não podem não responder a essas comunicações e, portanto, também estão comunicando” (WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON, 1967, p.45).

Assim, os autores propõem um modelo cíclico de comunicação, um fluxo contínuo de trocas de mensagens isento de instâncias fixas de início e fim. Há nisso uma evidente crítica a outros modelos de caráter unilateral, análogos a uma corrente cuja mensagem é impelida em uma única direção, típicos dos sistemas matemático e funcionalista.

Enquanto que nas cadeias lineares e progressivas é significativo falar sobre princípio e o fim de uma cadeia, esses termos são desprovidos de significação em sistemas dotados de circuitos de retroalimentação. Não existe princípio e fim

num círculo. Pensar em função de tais sistemas força-nos a abandonar a noção de que, por exemplo, o evento *a* ocorre primeiro e o evento *b* é determinado pela ocorrência de *a*, visto que, pela mesma lógica defeituosa, poder-se-ia afirmar que o evento *b* precede *a*, dependendo donde escolhêssemos, arbitrariamente, romper a continuidade do círculo (WATZLAWICK, BEAVIN E JACKSON, 1967, p.42)

Outra crítica apontada por Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) refere-se ao caráter somativo dos modelos de comunicação de cariz matemático. Segundo ele, ao se imaginar um processo comunicativo cujas partes podem ser isoladas e estudadas a parte, como unidades de análise em si, põe-se em risco a própria globalidade natural do fenômeno. Neste sentido, o princípio da não-somatividade enseja o estudo dos elementos em relação a outros no interior de um sistema. Ou seja, há uma preocupação maior em compreender as relações entre as unidades que compõem um todo em vez de estudá-las como objetos fechados em si. Isso vai na contramão do paradigma funcionalista, que tende a dividir as pesquisas em comunicação de acordo com as etapas da corrente (análise da produção, do conteúdo, dos meios, da audiência e dos efeitos, como postulada inicialmente por Laswell e levada a cabo por Lazarsfeld).

Para se chegar a esta concepção, Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) incorporaram a teoria geral dos sistemas de Bertalanffy, afirmando que a comunicação humana pode ser observada como um sistema. Com isso, ele define que a troca de mensagens efetuada dentro deste “sistema de comunicação” é, por natureza, o seu núcleo, sendo as etapas de produção e recepção apenas abstrações para facilitar (de forma equivocada, em sua visão) o entendimento acerca do fluxo comunicativo. O autor, neste sentido, irá priorizar a interação em si, isto é, a constante e circular troca de significados operados por dois ou mais atores. Para isso ele define como *mensagem* uma unidade comunicacional isolada e como *interação* uma série de mensagens trocadas entre pessoas. Tais conceituações de mensagem e interação devem ser interpretadas de acordo com seu panorama teórico proposto, isto é, de que estão sujeitas a um modelo circular cujas instâncias de início e fim encontram-se diluídas.

Este sistema de comunicação proposto por Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) influenciou estudos posteriores e ajudou a consolidar a interação social como um objeto de estudo a ser respeitado no meio acadêmico. Ademais, esteve em sintonia com a metodologia da Análise de Conversação Etnometodológica¹, uma vez que os autores afirmavam que “numa sequência comunicacional, toda e qualquer troca de mensagens

¹ método que será empregado neste trabalho e que será tratado com mais profundidade no terceiro capítulo

restringe o número dos possíveis movimentos seguintes” (WATZLAWICK, BEAVIN E JACKSON, 1967,p.120).

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), os autores considerados pioneiros da análise de conversação, concordavam com esta ideia de limitações e restrições produzidas no curso de uma interação. Isso significa dizer que, num diálogo, aquilo que um participante diz irá condicionar, se não determinar, o tipo de mensagem que surgirá na sequência. Embora este assunto seja tratado em pormenores nos capítulos seguintes, o que vale aqui ressaltar é o desenvolvimento metodológico que adquire uma visão sobre a comunicação centrada nas trocas simbólicas em detrimento da análise de suas partes separadas.

Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), ao proporem este quadro sobre a comunicação, não estavam a princípio preocupados com seus desdobramentos sociológicos ou no campo da ciência política. Seu objetivo era traçar um mapa da comunicação focado na interação que lhe fosse útil para diagnosticar e tratar “patologias” de caráter psicológico emergentes das relações humanas. Há em sua obra “Pragmática da comunicação humana” inúmeros exemplos de como sua teoria poderia ser adequada para o tratamento de casais em desarmonia ou outras formas de relacionamento interpessoais marcados por desentendimentos. A finalidade, portanto, era identificar tais problemas por meio de uma observação rigorosa acerca da interação social que subjaz estes relacionamentos.

No entanto, a despeito dos desdobramentos clínicos deste modelo de comunicação, ficou registrado um esquema teórico aplicável à comunicação enquanto interação social, ou seja, um modelo centrado nas trocas de mensagem em oposição às etapas do fluxo da mensagem encadeados numa corrente lógica, tal como pensou Laswell, Shannon e Weaver. Trata-se de pensá-la como processo global em que não há separação categórica entre emissores e receptores, mas que os integram numa totalidade de interlocução, uma vez que, por conta do *feedback*, aquele que emite uma mensagem ao mesmo tempo interpreta a conduta de seu interlocutor, mesmo que este não esteja produzindo um enunciado verbal (mas talvez não-verbal, gestual ou facial). Ademais, estabelece como unidade de análise a troca de mensagens, os turnos de produção de enunciado, a comunicação cíclica em que pesa a interlocução em vez da emissão-recepção.

2.2 COMUNICAÇÃO TAMBÉM É INTERAÇÃO

De acordo com Mattelart (2001), operou-se no campo da comunicação um “retorno ao cotidiano”, ou seja, uma incidência de análises sobre os fenômenos comunicativos próprios das relações interpessoais em âmbito microscópico. Com base no interacionismo simbólico e na fenomenologia social, Harold Garfinkel (1967) propôs uma perspectiva compreensiva a respeito da construção social. Sua etnometodologia (de onde brotou o ramo da análise de conversação etnometodológica) contrapunha-se ao paradigma funcional-estruturalista no sentido em que destacava a interpretação produzida pelos atores sociais em detrimento de forças determinantes das instituições humanas. O dualismo indivíduo-sociedade é até hoje um fator de divergência nas discussões de cunho sociológico. Não há aqui a intenção (ou recursos teóricos) de aprofundar essa discussão. Pretende-se somente indicar um novo rumo de estudos que a comunicação adquiriu a partir dos anos 1960.

Diante de novas concepções filosóficas acerca da linguagem, e em paralelo com essa revanche da interação social no cotidiano ocasionada no contexto sociológico dos EUA, deu-se início a uma abordagem sociolinguística da comunicação em contraste com outros paradigmas administrativos e funcionalistas. Wittgenstein (2012) e sua concepção de “jogos de linguagem” exerceu grande influência na concepção de comunicação centrada na linguagem e na interação. De acordo com o filósofo, a linguagem não serve exclusivamente à representação simbólica do mundo tal como é. Aliás, essa funcionalidade é vista por ele como limitada, uma vez que o usuário/agente é um fator determinante no seu uso. “O jogo de linguagem é essa linguagem-em-uso da interação, que se inscreve numa ‘atividade ou forma de vida’” (MATTELART, 2001, p.140-141). Wittgenstein (2012), portanto, estaria preocupado em entender a construção das regras de linguagem que condicionam a comunicação entre pessoas, levando-as em consideração na própria construção das regras.

Uma abordagem que trata da comunicação interpessoal é o interacionismo simbólico, que pode ser atualmente considerado como uma das primeiras teorias da comunicação, antecedente à própria *mass communication research*. Entre os pilares alvos de crítica do interacionismo simbólico, de acordo com Blumer (1982), estão aqueles cujos postulados reforçam a ideia de que estruturas e sistemas coletivos são as únicas forças de construção da realidade social.

Se, por um lado, a corrente sociológica tradicional da época (isso na primeira metade do século XX) acreditava em uma organização social composta por sistemas significantes, organicamente integradas ou em constante conflito, como classes sociais, culturas e instituições, a corrente interacionista aterrissou na microsociologia para explicar que a sociedade é produto de interações simbólicas entre sujeitos, sendo elas as unidades básicas de qualquer organismo social. Embora não esteja posto explicitamente, o interacionismo simbólico se afasta tanto do positivismo e do estrutural-funcionalismo, com sua concepção orgânica sistemática, quanto do marxismo com sua divisão de classes e determinismo econômico-material.

Para compor o quadro teórico do interacionismo simbólico, Blumer (1982), buscando na fonte de Mead, explorou uma nova lista de conceitos estreitamente entrelaçados para refutar o grande peso proposto pela sociologia tradicional nas estruturas. Tratava-se da ideia de reajustar o enfoque para um agente que permanecia quase esquecido nas investigações sociais: o indivíduo e, por conseguinte, sua interpretação pessoal do mundo que o cerca e seu convívio interacional com outros de sua espécie. O autor argumenta que o interacionismo simbólico não descarta a existência de estruturas sociais, tampouco ignora a pressão social que elas exercem sobre os indivíduos. Isso é evidente quando se observa o comportamento de atores no desempenho de seus papéis sociais. Trata-se, contudo, de uma alteração epistemológica, de uma proposta teórico-metodológica que resida sobre as trocas de significados entre estes atores os quais, em última análise, concretizam as estruturas sociais. Isto é, nenhuma estrutura social existe por si só, mas elas precisam ser produzidas e reproduzidas por atores sociais em interação. E estes atores, no fluxo de seus universos comunicacionais, reconfiguram estruturas, constroem e reconstroem significados, alteram perspectivas ou dão continuidade às suas tradições institucionais. As possibilidades são tão vastas quanto os resultados comunicacionais.

De modo geral, o interacionismo simbólico é regido por três premissas:

A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. [...] A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos que entre em contato (BLUMER, 1980, p.119).

A seguir serão resumidamente explorados três conceitos básicos do interacionismo simbólico proposto por Blumer (1982) de modo a oferecer um panorama teórico sobre a constituição de significados e sua veiculação, por meio da interação, como produtora de interpretações e ações coletivas.

O primeiro conceito é o de **interação social**. Desta perspectiva, as interações são ininterruptos processos de significação que o indivíduo exerce diante dos demais, fazendo com que sua ação estabeleça um vínculo de dependência frente à maneira que tais interações se desenvolvem. Uma vez que a vida em grupo só existe mediante as interações simbólicas entre indivíduos, é possível pensar que as pautas e os problemas concernentes aos grupos resistem enquanto as interações a sustentarem. Os elementos de integração, os padrões de comportamento e o repertório de conhecimentos de um agrupamento são resultados de interações simbólicas e, por justamente funcionarem mediante um constante processo, estão sempre passíveis de mudanças e alterações. Esta ideia engloba todos possíveis tipos de interação tal como a cooperação, o conflito, o consenso, a identificação e a indiferença. Nela ocorre interpretação do que está acontecendo e do que está sendo transmitido. No curso de uma interação simbólica, a sincronização das consciências envolvidas é pré-requisito para o sucesso da comunicação. Durante a comunicação de múltiplos indivíduos, há o intercâmbio de símbolos e cada uma das partes envolvidas na interação interpreta aquilo que o outro está dizendo ou fazendo. Blumer (1982) afirma que os participantes objetivam o entendimento mútuo e, portanto, adequam seus respectivos comportamentos de modo a alcançarem uma interpretação conjunta dos símbolos e significados que estão em jogo na interação, mesmo que isso incorra na discordância.

O **objeto** – segundo conceito a ser discutido – é uma elaboração especificamente humana. Os indivíduos estão cercados de coisas, são acometidos por fatos e fenômenos os mais variados, mas somente aqueles elementos que se tornam alvo da consciência humana e, portanto, adquirem significado e configuram-se em símbolos é que podem ser chamados de objetos. Este significado varia de indivíduo para indivíduo, uma vez que um objeto pode ser interpretado de diferentes maneiras conforme as inúmeras observações que dele se fazem. Portanto, do ponto de vista do interacionismo simbólico, a elaboração significativa do objeto é um processo que parte do *self*, pois cada indivíduo é dotado de uma estrutura própria de pensamento que, se não é determinado pelas estruturas sociais precedentes, é no máximo condicionado por elas.

Por fim, o terceiro e último conceito proposto pelos interacionistas é o da **ação conjunta** e refere-se ao ato de indivíduos agirem em grupo para um determinado fim. O ponto crucial deste conceito é entender a ação conjunta como uma ação exercida por um composto de indivíduos que se reconhecem e planejam suas ações diante dos demais, sejam eles do mesmo grupo ou de grupos diferentes ou adversários. O ponto crucial aqui é entender a ação conjunta como uma ação exercida por um composto de indivíduos que se reconhecem e agem uns sobre os outros de maneira a alcançarem um produto social coletivo, isto é, que planejam promover uma ação em conjunto. Para que isto seja possível, explica Blumer (1982), é necessário que ocorram interações simbólicas direcionadas para o encadeamento de ações individuais, uma vez que o grupo social é uma abstração e, dependendo da visão que repousa sobre ele, pode ser reduzido a um mero agrupamento de indivíduos atomizados. A ação coletiva, no entanto, objetiva a unidade.

Tal articulação de linhas de conduta tanto origina como representa uma “ação conjunta” – uma organização social de comportamento de diferentes participantes. A ação conjunta, na medida em que se compõe de diversos atos constituintes que participam de sua formulação, difere de cada um destes e de sua mera agregação. Possui um caráter distintivo intrínseco, o qual reside em uma articulação ou encadeamento que independe dos elementos possivelmente articulados ou encadeados. (BLUMER, 1982, p.133)

Este encadeamento de ações que culmina em um “caráter distintivo”, isto é, em algo maior que a mera soma das ações individuais, só é possível, como argumenta Blumer (1982), quando os integrantes buscam estabelecer interpretações condizentes entre si acerca dos símbolos e significados que estão utilizando no fluxo de suas interações. Portanto, mesmo que eles estejam agindo sobre um plano simbólico comum suportado por um determinado idioma, cultura ou tradições conversacionais, ainda assim é preciso um esforço para se produzir uma compreensão mútua, uma vez que cada participante da ação coletiva carrega consigo um padrão e um comportamento que lhe permite interpretar os objetos ao seu redor.

Este trabalho parte do pressuposto que estudar a comunicação implica (não necessariamente, mas com frequência) também estudar uma determinada formação social. Como fora dito no início deste capítulo, os paradigmas aplicados a este campo de estudos têm geralmente como finalidade analisar possíveis resultados sociais, culturais e políticos e não a dinâmica da comunicação. Caso assim fosse, não poderíamos

contabilizar a perspectiva funcionalista norte-americana, a indústria cultural ou a abordagem latino-americana no rol de teorias da comunicação, uma vez que elas estão, sobretudo, preocupadas em teorizar acerca de contextos sociais que emergem a partir dos meios de comunicação, criticando-os, explorando suas possibilidades sociais e políticas ou compreendendo as mediações que condicionam. Seja incorporando o esquema matemático, funcionalista, cíclico ou interacionista (ou qualquer outra concepção possível que aqui não fora relatada), um estudo sobre a comunicação geralmente procura captar seus resultados, seus produtos ou suas implicações na sociabilidade. Talvez esta seja uma das razões pela qual o campo da comunicação avizinha-se com tanta frequência a outras disciplinas, pois ela pode ser concebida como um objeto-meio para se estudar a política, a sociedade, a cultura, a economia, a educação, a psicologia e demais áreas de interface possível.

O que se propõe nesta pesquisa, em específico, é estudar a comunicação enquanto processo básico na formação de grupos sociais com finalidade políticas, articulados em torno de um interesse em comum, cujo enquadramento viabiliza um adversário político e uma ação coletiva de modo a combatê-lo. Optou-se aqui por um estudo de caso referente ao Movimento Paraná Sem Corrupção. Este grupo será abordado com mais detalhes no capítulo seguinte. Por ora, vale introduzi-lo como uma iniciativa de cunho institucional, uma vez que se origina no âmbito do Ministério Público do Paraná, e agrega outras instituições como a Secretaria de Estado da Educação e o Grupo Paranaense de Comunicação, além de outros grupos de suporte, como entidades comerciais e industriais, clubes esportivos e congregações religiosas. Percebe-se então que seu ponto de partida é o Estado e não a sociedade civil, embora ela tenha um interesse em mobilizar a segunda. Ao menos no nível discursivo, o Movimento Paraná Sem Corrupção tem o objetivo de combater a corrupção em sua raiz, ou seja, na formação educacional dos cidadãos, portanto dirige recursos para a educação de crianças e adolescentes na tentativa de proporcionar um debate público acerca deste tema. Trata-se de um trabalho de Comunicação Pública cujo vetor parte do Estado em direção às esferas civis por meio das escolas da rede de educação formal no Paraná.

Foi proposto neste capítulo um paradigma de análise sobre a comunicação enquanto um processo essencialmente interacional, enquanto um sistema de trocas simbólicas, de interlocução e construção de significados onde opera um modelo circular de intercâmbio de mensagens cujos polos de emissão e recepção estão parcialmente diluídos. Dentro deste esquema teórico é possível estudar formações sociais específicas,

uma vez que o pressuposto é que uma articulação coletiva depende de algum tipo de processo comunicativo (e de que a comunicação subjaz qualquer construção social e política). Almeja-se aplicar tal paradigma a um caso específico (Movimento Paraná Sem Corrupção) de modo a estudar a formação de um grupo social politicamente mobilizado com uma proposta específica de comunicação pública a respeito da corrupção. Ou seja, não é o objetivo aqui estudar a produção de conteúdo ou a incidência do grupo na esfera pública midiática, mas compreender, a partir de seus processos internos de comunicação, como se constroem sua articulação, seu enquadramento e suas múltiplas relações institucionais. Em outras palavras, como os atores envolvidos dialogam de modo a produzirem sentidos, interpretarem fenômenos e atuarem política e publicamente.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO MPRSC

Apresenta-se neste capítulo o contexto de origem e as linhas gerais sobre a estrutura e as ações do Movimento Paraná Sem Corrupção, detalhando sua articulação interna no nível institucional e seus objetivos políticos. Trata-se de um grupo social encabeçado pelo Ministério Público do Paraná com o apoio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e do Grupo Paranaense de Comunicação, cujo foco atual de ações é na educação formal em uma tentativa de ensinar crianças e adolescentes a respeito da corrupção, suas causas e consequências.

Este objeto de pesquisa será construído por meio de dois prismas teóricos principais: a fenomenologia social e o processo de enquadramento em mobilizações políticas. O primeiro oferece um ponto de vista aproximativo dos atores sociais envolvidos ao estabelecer os conceitos de mundo da vida, sistemas de relevância e tipificação e estoques de conhecimento, que serão pormenorizados nas páginas que se seguem. O segundo é uma vertente de pesquisa em mobilização política com base nos postulados de Erving Goffman que centraliza o processo de constituição de grupos a partir das interações entre seus membros, em como eles edificam um enquadramento coletivo no curso de suas relações. Ambos os embasamentos teóricos postulam que a realidade social é uma construção intersubjetiva na qual a comunicação exerce um papel fundamental.

2.1 MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO: CONTEXTO E LINHAS GERAIS

O termo corrupção vem, de longa data, sendo utilizado para nomear um conjunto difuso de práticas ilícitas concernentes aos âmbitos do poder público, das instituições estatais, dos governos e até mesmo do mercado. Nas últimas décadas o Brasil vivenciou episódios, amplamente divulgados pelos meios de comunicação, de corrupção em nível político: a revelação dos esquemas de tráfico de influência que levaram ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo em 1992, as articulações escusas do escândalo apelidado de “Mensalão” em 2005 e os desvios de verba e contratações irregulares na Assembleia Legislativa do Paraná em 2012, que foram alcunhados de “Diários Secretos”, são alguns exemplos recentes de nossa democracia, as duas primeiras em nível nacional e a segunda em estadual.

Contudo, o conceito de corrupção vem experimentando um alargamento em sua definição, sobretudo enquanto objeto de pesquisa acadêmico, no sentido em que vem ampliando a área de abrangência para além das ilicitudes em ambiente político governamental, passando a cobrir também condutas pessoais nas relações cotidianas. Segundo Miranda (2009), autores que discorrem sobre a corrupção enfrentam hoje um desafio em estabelecer um conceito sobre corrupção que abarque todas suas práticas possíveis, tanto públicas quanto privadas, ao mesmo tempo em que mantenha sua objetividade e clareza ao trato epistemológico. Não é a pretensão deste trabalho discutir o conceito de corrupção, embora, como se verá, ele constitui o *objeto do* objeto de pesquisa. No entanto, neste prolegômenos já fica indicado uma relativa inconsistência acerca da palavra corrupção, que pode tanto significar a degeneração moral das atividades executadas pelos governantes como pelos demais indivíduos que não pertençam às esferas de poder.

De qualquer modo, no que tange à repercussão pública que mais comumente assombra o imaginário social, a corrupção em esferas políticas governamentais se destaca com facilidade daquela corrupção enraizada nas micro-relações do dia-a-dia. A abordagem midiática sobre estes assuntos é, sem sombra de dúvida, mais intensa no primeiro modo de corrupção do que no segundo (certamente isso não significa que uma seja mais importante que a outra, pois está aqui se falando de critérios jornalísticos empregados para produção de notícias). Um exemplo bastante claro disso foi a série “Diários Secretos”, um conjunto de reportagens produzido pelo jornal Gazeta do Povo e pelo canal de televisão RPCTV, ambas do mesmo grupo (hoje chamado de Grupo Paranaense de Comunicação). Em 16 de março de 2010, a Gazeta do Povo publicou a seguinte manchete de capa: “Assembleia encobre metade de seus atos em diários suspeitos”. Deu-se início a um dos maiores escândalos políticos já registrados na história do Paraná. As reportagens denunciaram um esquema de corrupção que custou aproximadamente R\$ 300 milhões aos cofres públicos do Estado, com contratações irregulares de assessores e servidores que não eram devidamente publicados no Diário da Assembleia. Através de uma ação conjunta entre os veículos de comunicação citados e o Ministério Público do Paraná, os políticos suspeitos de envolvimento no esquema foram execrados publicamente, afastados de suas funções e alguns deles condenados pela justiça. A partir deste cenário político conturbado, diariamente explorado pelos noticiários locais, a Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná e a RPC encabeçaram um movimento chamado “O Paraná que Queremos”, responsável por promover

manifestações de rua cuja reivindicação central era a maior e melhor transparência do poder público paranaense. Pressionada, a Assembleia aprovou a Lei de Transparência, que tornou obrigatória a divulgação de todos os atos de ordem pública em diários oficiais e portais de transparência na Internet.

Neste contexto surgiu o Movimento Paraná Sem Corrupção. Com o objetivo declarado de combater a corrupção em âmbito político institucional e estimular uma “cultura de honestidade” na sociedade civil, isto é, alertar a população acerca dos efeitos negativos da corrupção nas relações cotidianas, o Movimento Paraná Sem Corrupção (doravante MPRSC) foi oficialmente lançado em 20 de julho de 2012 na sede do Ministério Público do Paraná (MP-PR), em Curitiba. A iniciativa foi concebida pelo próprio MP-PR em parceria com o governo do Estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). A articulação entre estas três instituições, no entanto, teve início dois meses antes do lançamento oficial do grupo, em maio do mesmo ano, quando foram realizadas reuniões para estabelecer suas estratégias de ações, metas, objetivos e escopo. Nestes encontros participaram representantes do MP-PR, do Governo do Estado, da SEED e do GRPCOM.

De acordo com informações do MP-PR, o MPRSC nasceu de modo a dar continuidade aos trabalhos da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, lançada em 2007 pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), cuja abrangência é nacional. Neste contexto, o MPRSC foi concebido para centralizar esforços de modo a atender especificamente o contexto paranaense, embora tenha mantido da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” procedimentos e métodos: articulação entre promotores de justiça e profissionais da educação, sobretudo professores, a fim de abordar o tema da corrupção em salas de aula do ensino Fundamental e Médio.

Consta no website² do MPRSC que as primeiras ações desenvolvidas para o ano de 2012 direcionaram-se à comunidade escolar, professores e alunos, sobretudo adolescentes, partindo-se do pressuposto de que muitos jovens iriam exercer o voto pela primeira vez (ano de eleições municipais) e adquirir responsabilidades civis em relação à democracia. A ideia seria fomentar discussões acerca da corrupção e seus efeitos na

² <http://www.paranasemcorrupcao.org.br> (último acesso em 09/10/2013)

sociedade, tratando com jovens acerca da importância da conduta moral na política e nas relações sociais cotidianas e fazê-los refletir sobre a importância do voto. Tecnicamente, este processo implica a comunicação entre agentes do MP-PR (promotores de justiça) e da SEED (pedagogos, professores e diretores) que juntos buscam definir os conteúdos e os métodos de ensino acerca da corrupção a fim de expô-lo como objeto de estudo aos alunos. Os promotores do MP-PR são orientados a estabelecer vínculos junto aos professores da rede pública através dos núcleos regionais de educação espalhados pelo Paraná. O fluxo previsto é que os promotores “capacitem” (termo utilizado pelos membros do grupo) profissionais da educação de modo que estes se tornem aptos a levar o debate sobre a corrupção às salas de aula. Percebe-se o caráter vertical deste processo em que se estabelece, em primeiro lugar, a transmissão de conhecimento do MP-PR sobre a corrupção e seus efeitos negativos na sociedade aos professores e, em segundo lugar, dos professores previamente “capacitados” aos alunos. Portanto, o processo empregado pelo grupo não está focado em proporcionar mobilizações sociais, protestos ou outras formas de manifestações tradicionais, mas em atingir jovens estudantes por meio de vínculos institucionais determinados pelo modelo educacional paranaense.

Vale destacar aqui a atuação do GRPCOM no MPRSC. Como maior empresa de comunicação do Paraná, a princípio poderíamos supor que sua contribuição seria oferecer canais de divulgação, por vias jornalísticas, das ações e conquistas do grupo. Isso de fato acontece, como se pode constatar em algumas reportagens produzidas pelo jornal Gazeta do Povo e pelos telejornais da RPCTV. Contudo, essa penetração midiática é limitada, pois as matérias veiculadas sobre o MPRSC nos produtos jornalísticos da empresa não são tratadas com grande destaque, limitando-se a notas curtas no impresso e poucas e breves notas em telejornais. Por outro lado, a atuação do GRPCOM no grupo ocorre com mais empenho por meio do Instituto GRPCOM, um órgão interno da empresa – tecnicamente categorizado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – responsável por elaborar e promover projetos pedagógicos em escolas. Alguns destes projetos são o Ler e Pensar e Televisando o Futuro, que proporcionam leituras de materiais jornalísticos e discussões em escolas. Sua função específica no MPRSC é atrelar estes projetos pedagógicos ao fluxo de trabalho entre promotores, professores e alunos.

O MPRSC, portanto, não pode ser caracterizado como um movimento social de origem popular. Ao contrário, foi concebido por e funciona primariamente no interior de

uma instituição socialmente objetivada, que é o MP-PR em parceria com SEED e GRPCOM. Embora seu objetivo seja promover o combate à corrupção em nível político institucional e cultural, suas ações até a presente data enfatizam a articulação entre professores e promotores, isto é, papéis desempenhados por atores sociais. Entre os membros do grupo é tácito o acordo de que a corrupção só pode ser combatida por meio de uma melhor qualidade na educação formal, sobretudo aquela que incide sobre a infância e adolescência (por isso o foco no ensino Fundamental e Médio). Nesta pesquisa não se constatou, até o momento, promoções de passeatas, protestos ou outros tipos de manifestações de rua com teor reivindicatório por parte do grupo, mas antes um esforço em estabelecer canais de comunicação que perpassam instituições específicas e mobilizam estruturas organizacionais, em especial do MP-PR e da SEED.

Contudo, a apresentação que o grupo faz de si mesmo em seu website e em notícias veiculadas ao seu respeito na imprensa enfatiza predominantemente sua característica de amplitude social. Em seu texto de abertura consta que

“O Movimento Paraná Sem Corrupção pretende envolver toda a sociedade no combate à corrupção. Todo cidadão pode participar, incentivando práticas e atitudes positivas, que contribuam para o fortalecimento da honestidade do povo paranaense. No dia a dia, na comunidade, na escola, no trabalho... nos mais diferentes grupos e lugares, é possível dizer não à corrupção, fazendo simplesmente o que é correto e melhor para todos. Nesse movimento, a sua atitude conta muito!”³.

Isso evidencia um suposto interesse do grupo em alastrar a conscientização crítica a respeito da corrupção no tecido social como um todo, ao menos no que tange ao plano discursivo e publicitário. No entanto, até a presente data as ações articuladas estiveram, sobretudo, centralizadas em montar esquemas de comunicação num fluxo que se inicia no promotor, passa pelo professor e termina no aluno da rede pública de ensino, envolvendo neste processo comunidade escolar, autoridades de escolas e colégios, além de pais de estudantes.

Embora este texto de abertura enfatize a abrangência da mobilização, o grupo, ao se descrever, procura deixar claro quais serão as ações adotadas. No mesmo website, encontra-se um texto que esclarece as primeiras ações do grupo:

“Em 2012, ano eleitoral, o foco das ações estará voltado à comunidade escolar. Professores e promotores de Justiça estão sendo mobilizados, nos municípios

³ Texto de cabeçalho do website do MPRSC. <http://www.paranasemcorrupcao.org.br/>

pertencentes aos 32 Núcleos Regionais de Educação, para definirem, em conjunto, atividades que serão desenvolvidas com os estudantes. A sugestão é que as ações priorizem os alunos do Ensino Médio, já que muitos irão votar pela primeira vez. A intenção é incentivar os estudantes a discutir a corrupção, despertando o interesse em participar da construção de uma sociedade baseada na honestidade e em escolhas políticas fundadas na ética. A Secretaria de Estado da Educação elaborou, para esta primeira fase, atividades com o intuito de contribuir com o trabalho docente e levar para o ambiente escolar a discussão acerca da corrupção de forma articulada com os conteúdos curriculares propostos pelas Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica da Rede Estadual de Educação do Paraná. As ações desenvolvidas também possibilitam que a escola possa se constituir como um espaço democrático de desenvolvimento, estimulando a participação social e política dos jovens no enfrentamento e combate à corrupção”.

Uma das estratégias mais empregadas pelo MPRSC é a estruturação de uma rede que envolve instituições, empresas, associações e grupos variados com objetivos sociais diversos capazes de atuarem como apoiadores e parceiros. Entidades diversas já declararam vinculação à causa. Entre eles os principais clubes esportivos de futebol de Curitiba (Paraná Clube, Atlético Paranaense e Coritiba), além de associações de cunho religioso como a Sociedade Bíblica do Brasil e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Nota-se também a presença de organizações empresariais de iniciativa privada como Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e Fecomércio PR, assim como uma incidência do aparelho estatal por meio da Secretaria de Estado da Educação.

O coordenador do MPRSC, o promotor de justiça Eduardo Augusto Salomão Cambi eventualmente atua como emissário do grupo, conversando com autoridades locais, presidentes e integrantes de associações e entidades variadas com o objetivo de atraí-los e com eles concretizar uniões que são firmadas por meio de contratos escritos. Em 2012 e 2013 diversas parcerias foram firmadas. As primeiras delas foram com grupos representantes de setores produtivos do Paraná (entidades industriais, comerciais e de serviços, entre elas FIEP e Fecomércio PR) no início de agosto de 2012, poucos dias após o lançamento oficial do MPRSC.

O “núcleo gestor” do MPRSC, no entanto, é composto apenas por membros de três instituições principais: o Ministério Público do Paraná (MP-PR), a Secretária de Estado da Educação (SEED) e o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Juntos estes três conjuntos de atores se reúnem periodicamente para tratar das diretrizes principais do grupo, estabelecer a agenda de eventos, enfim, discutir e produzir as linhas gerais de suas ações. As reuniões são realizadas sempre nos edifícios de uma destas instituições e geralmente contam com participação de representantes das três.

Importante ressaltar que as reuniões do núcleo gestor envolvem apenas lideranças do grupo, isto é, atores que determinam sua estrutura de ações, cabendo a outros atores o processo de execução das ações propriamente ditas. Como foi explicado anteriormente, o fluxo promotor-professor-aluno é produzido na base, no diálogo entre comarcas (MP-PR) e núcleos regionais de educação (SEED) espalhados pelo território paranaense, mas este fluxo é relativamente determinado pelas decisões tomadas nos encontros do núcleo gestor, responsável pelo estabelecimento de calendário, planos e metas. Fica evidente neste ponto uma construção hierárquica do grupo cujas lideranças são de fácil identificação.

Os atores que participam do núcleo gestor são definidos previamente às reuniões. De maneira geral, comparecem determinadas lideranças de cada uma das três instituições que, posteriormente, poderão coordenar ações relativas ao MPRSC dentro de suas estruturas operacionais. A escolha dos participantes não é arbitrária. Comparecem profissionais que, de uma maneira ou de outra, podem acrescentar informações e comentários ao debate e determinar o que é possível ou não cada ator realizar dentro de seu escopo de trabalho. As reuniões são combinadas via telefone e email e cada instituição tem autonomia para definir seus representantes.

Outro aspecto importante a se tratar diz respeito à composição deste núcleo gestor. As três instituições mencionadas materializam-se nas reuniões por meio de seus representantes, de atores que desempenham específicos papéis sociais e veiculam determinados estoques de conhecimento institucionalizados. É possível que alguns atores mudem a cada reunião, mas os papéis sociais são mantidos, ou seja, as instituições participantes são sempre as mesmas. Estes papéis são de reconhecimento tácito entre todos os participantes e serve como critério interno de distinção entre eles. Embora estes participantes formem a liderança do MPRSC, isso não significa que eles são as lideranças das instituições das quais provêm. Enquanto atores de suas instituições particulares, os participantes operam cargos variados, não necessariamente de direção. Os encontros são agendados de modo a se encaixarem aos horários livres dos participantes, que variam a cada reunião, embora alguns dos principais articuladores e líderes estejam sempre presentes, como é o caso do promotor e coordenador do MPRSC, sua assessora de imprensa e alguns representantes da SEED e GRPCOM.

Os encontros costumam durar cerca de duas a três horas, a depender dos temas a serem debatidos. O grau de restrição para se expressar e as regras para propor ideias são mínimas, quase se assemelhando a uma reunião informal, exceto pelo fato dos tópicos a

serem discutidos estarem estabelecidos previamente (os participantes são avisados sobre o que será discutido antes das reuniões acontecerem) e guiarem com certo rigor o andamento da comunicação. Durante a pesquisa exploratória, não foi identificada uma organização hierárquica no núcleo gestor, isto é, alguém cuja voz esteja alicerçada em autoridade inquestionável. Ao contrário, é visível que todos estão autorizados a manifestar suas opiniões, mesmo quando outro participante não tenha concluído sua fala, o que denota outro aspecto típico das conversas informais. As relações de poder, contudo, se apresentam nas nuances das diferenças institucionais. Uma vez que as ações de base perpassam estruturas de responsabilidade institucional variada (comarcas e núcleos de regionais de educação, por exemplo, que respectivamente são da alçada do MP-PR e SEED), cabe a cada instituição dar a resposta final quanto ao uso ou não uso de suas estruturas. Isso será melhor evidenciado e explicado no quarto capítulo, onde será apresentada a análise dos dados.

Os tópicos propostos nas discussões promovidas nestas reuniões do núcleo gestor, identificados nas explorações desta pesquisa, giraram em torno de quais temas e subtemas que o MPRSC iria utilizar para a campanha de 2013, quais ações seriam efetuadas para dar continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, de que maneira promotores e professores iriam dialogar para proporcionar debates sobre corrupção em sala de aula e como seriam realizados eventos para divulgar resultados alcançados pelo grupo. Em todas as reuniões observadas evidenciaram-se as diferenças de linguagens, interesses e conhecimentos entre as instituições que compõem o núcleo gestor. A comunicação estabelecida nelas não gerou exatamente conflito aberto, mas antes revelou ausência de entendimento mútuo acerca de seus procedimentos institucionalizados.

Em 2013, as mesmas estratégias usadas em 2012 foram mantidas, mas também foi incluída na agenda do grupo uma série de audiências públicas em diversos bairros de Curitiba e em outros municípios do Paraná, realizadas entre os meses de maio e agosto. Nestas audiências foram discutidas em conjunto com moradores locais o tema da corrupção, sua existência para além da política institucional e as formas de combatê-la no dia-a-dia. Deste modo, o grupo inicia procedimentos de comunicação com a população por outras vias institucionais que não a educação formal, usando para isso um mecanismo próprio do Ministério Público, que é a audiência pública. O tema-chave de campanha estabelecido para nortear as atividades do grupo neste ano foi “Cidadania, Direitos e Deveres”, segmentado em quatro subtemas: “Transparência”,

“Protagonismo”, “Redes de Proteção” e “Proteção Contra a Violência”. A decisão sobre o tema-chave de 2013 e seus subtemas ocorreu em reuniões do núcleo gestor do grupo durante os meses de novembro e dezembro de 2012. Um critério para a escolha destes temas, apurado ainda na fase exploratória desta pesquisa, foi o quanto cada um deles seria conveniente, do ponto de vista institucional e profissional, para cada instituição integrante do núcleo gestor (MP-PR, SEED e GRPCOM).

Também em 2013, o MPRSC sofreu com duas situações que desviaram do objetivo inicial. A primeira delas foi a mudança de coordenadores na estrutura interna da SEED, consequência da política administrativa desta instituição. Com as trocas de nomes, em função das eleições, perderam-se alguns participantes da ala educacional no núcleo gestor do MPRSC, o que levou o MP-PR, principal articulador do grupo, a tentar aproximação com novos atores da SEED que legaram cargos de coordenação no processo de troca de cadeiras. Isso implicou novos esforços no sentido de sincronizar ações entre MP-PR e SEED, que já estavam razoavelmente estabelecidos em 2012.

A segunda situação que impactou no curso de trabalhos do MPRSC, uma vez que reduziu o número de reuniões do núcleo gestor e forçou o deslocamento de recursos humanos de seu interior para fora dele, refere-se à Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), que visava retirar o poder de investigação criminal do Ministério Público Federal e Estaduais. Tal Proposta de Emenda à Constituição gerou polêmica por supostamente ser uma tentativa de determinados atores políticos de deslegitimar e impedir, por vias legais, os trabalhos de investigação política por parte do Ministério Público, atribuindo este serviço exclusivamente à polícia. A PEC 37 não foi encarada como uma oportunidade estratégica pelo MPRSC, isto é, o grupo não mobilizou sob sua bandeira manifestações expressivas contra a proposta de modo a angariar apoio popular. Ocorreu que, diante da ameaça da aprovação da PEC 37, o MP-PR concentrou forças para combatê-la, produzindo campanhas de conscientização e mobilizando passeatas, e isso resultou na suspensão de algumas atividades do MPRSC, dependente de recursos humanos advindos do MP-PR, que neste contexto estava dedicado a impedir a aprovação da PEC 37. Neste interim os trabalhos de base do MPRSC continuaram (promotores e professores continuaram o diálogo e escolas do Paraná receberam o projeto) e novas parcerias foram firmadas, mas a elaboração de estratégias no núcleo gestor apresentou baixas e não foram constatadas ações próprias do núcleo gestor do MPRSC, evidenciando sua grande dependência institucional com o MP-PR.

3.2 ÂMBITO COMUNICATIVO COMPARTILHADO

Fora explicado anteriormente o aspecto estrutural do MPRSC, as instituições que o compõem e sua estratégia prioritária de ação focada na educação formal. Contudo, estas observações não elucidam propriamente o processo interno de comunicação que perpassa o grupo desde a construção de suas características até a mensagem que se deseja veicular nas esferas de visibilidade midiática. O que foi colocado até então se resume a uma descrição sobre a concepção geral do MPRSC do ponto de vista externo. Resta compreender como este grupo interpreta a realidade que o cerca e como concebe discursivamente as ações para provocar mudança na realidade, no caso a “erradicação sistemática da corrupção” em nível político e cultural.

Pressupõe-se que o *modus operandi* do grupo, seu enquadramento acerca da corrupção e as técnicas empregadas para combatê-la resultam do fluxo de comunicação entre seus membros. Ou seja, o sistema de relevâncias e tipificações, como bem nomeou Schutz (2012, p.124) o conjunto de padrões e significados capaz de conferir ao indivíduo ou ao ator coletivo o sentido aos objetos do mundo que o circundam e servir de base interpretativa para seus objetivos, é produzido em um universo intersubjetivo em que, por meio da comunicação, o cogitar do outro é objetivado, expressado, transformado em símbolo ou signo passível de interpretação. Portanto, as ações sociais que o MPRSC concretiza na realidade, sua mobilização de estruturas provenientes das instituições que o constituem, é um desdobramento daquilo que foi estabelecido intersubjetivamente entre os participantes, daquele sistema de relevâncias e tipificações de abrangência coletiva construído pela interação social entre seus membros.

É nosso interesse imediato que motiva todo o nosso pensamento, nosso planejamento, nossa ação, e assim estabelece os problemas a serem resolvidos por nosso pensamento e os objetivos a serem alcançados por nossas ações. Ou seja, nosso interesse que divide o campo não problematizado daquilo que já é conhecido em várias zonas com diferentes relevâncias em relação a tal interesse, cada qual demandando um grau distinto de precisão no conhecimento. (SCHUTZ, 2012, p.124-125)

As reuniões do núcleo gestor do MPRSC – episódios em que são estabelecidas metas, objetivos e ações a serem adotados pelos demais atores que compõe o grupo – concentram esforços linguísticos para produzir o sentido de suas ações. Disso deriva a preocupação em esclarecer de que maneira um conjunto de atores provindos de diferentes instituições, de diferentes estoques de conhecimento institucionalizados (MP-

PR, SEED e GRPCOM) produz um enquadramento coletivo, talvez uma interpretação consensual, de forma que tais diferenças sejam minimizadas e uma decisão coletiva seja produzida, se é que isso realmente acontece.

Partindo-se então do pressuposto de que os atos comunicativos empregados pelos membros de um grupo entre si em ocasiões de diálogo e de interação resultam na concepção de mundo deste grupo, por meio da troca de significados no emprego concreto da linguagem, faz-se necessária uma abordagem teórico-metodológica que – ao contrário de estabelecer *a priori* a conduta deste grupo a partir de uma concepção externa que se tenha sobre suas instituições – enfatize um enfoque sobre o ponto de vista construcionista no qual a interpretação produzida pelos atores sociais é valorizada cientificamente. Com isso, a perspectiva compreensiva permite pesquisar a comunicação enquanto um processo linguístico de construção da realidade do ponto de vista dos atores veiculados ao MPRSC.

De modo a entender de que maneira os indivíduos interpretam a realidade que os cerca e como isso afeta a comunicação entre eles, optou-se por uma perspectiva que leve tais aspectos em consideração. A fenomenologia social de Schutz (2012), baseada na sociologia compreensiva de Max Weber e na filosofia fenomenológica de Husserl, ao contrário de pré-dispor de categorias explicativas sobre as relações sociais, entende que a realidade social não é dada *a priori*, mas antes é concebida, produzida e interpretada como real de acordo com as pessoas que dela fazem parte. Neste sentido, Schutz acredita ser incompleto entender a sociedade como um sistema funcionalmente ordenado em que suas partes determinam as relações sociais. Inclina-se, portanto, a averiguar como os fenômenos sociais são captados e revestidos de interpretações a partir dos indivíduos em relação uns com os outros; como estes indivíduos *compreendem* a realidade, e não como os cientistas sociais postulam sua compreensão.

A perspectiva fenomenológica prioriza a visão que os atores sociais constroem do mundo em detrimento de uma visão externa a eles, movimento filosófico que ajuda a evidenciar a realidade como um processo de interpretação dos fenômenos que se origina no cogitar humano. Isso é particularmente importante para esta pesquisa uma vez que oferece um caminho teórico-metodológico cuja prioridade é o processo de construção de significados e ações a partir dos atores sociais em detrimento de explicações pré-concebidas acerca do mundo social. É o que Weber nomeou de *Verstehen* (compreensão), conceito que foi apropriado por Schutz (2012).

Este ponto de partida associado à visão do ator social revela importantes consequências ao estudo sobre comunicação. Em primeiro lugar, abandona-se suposições sobre como o ator age em seu campo social, a depender do papel que desempenha, e busca entender quais são os significados e valores que este ator retém para si e eventualmente comunica aos outros. Uma vez que os fenômenos são significados de acordo com um ponto de vista individual (e isso não quer dizer que sejam isentos de pressões exercidas por estruturas sociais), a interação tende a ser não apenas troca de mensagens, mas troca de interpretações distintas, condicionadas pela experiência pessoal de cada um, por papéis sociais e interesses associados.

Em segundo lugar, Schutz (2012) afirma que estas interpretações de mundo só podem ser objetivadas no mundo da vida por meio da linguagem. Ora, é perfeitamente possível guardar para si interpretações e pensamentos, mas o ato comunicativo (verbal ou mediado), calcado na troca de símbolos, requer a transformação deste pensamento interno em significado expresso linguisticamente. Neste sentido, as diferenças ou semelhanças entre indivíduos tornam-se evidentes na medida em que estes se comunicam, em que trocam interpretações e experiências, sendo a identificação dessas diferenças ou semelhanças o procedimento inicial para o estabelecimento de um grupo social, de uma ação coletiva.

Schutz (2012, p.179) parte da premissa de que a intersubjetividade é um fenômeno inquestionável. A existência de uma consciência para além da minha se trata de um fenômeno regulador da própria vida cotidiana. Vive-se em função do outro e de suas ações, construindo-se desta forma a vida social e a cultura humana. Portanto, mesmo que num âmbito da metafísica seja possível duvidar de um alter ego, isto é, de uma consciência alheia à minha, por não sermos capazes de experimentá-la em nível empírico, agir na realidade exige partir do pressuposto de que o outro é também dotado de pensamento: um si mesmo que cogita de forma semelhante ao meu modo, e não uma marionete ou uma máquina programada de acordo com estímulos e respostas pré-datados.

A intersubjetividade revela-se em um espaço conceitual chamado por Schutz (2012, p.181) de ambiente comunicativo compartilhado. A comunicação com o outro indivíduo pressupõe que haja um compartilhamento mínimo de mesmos objetos significantes sobre os quais eles dirigem suas consciências. Enquanto houver um fenômeno significativo que seja captável simultaneamente por dois indivíduos, e se tal fenômeno corresponder a signos compartilhados linguisticamente entre eles, então é

possível discorrer sobre a constituição inicial de um âmbito comunicativo. A gênese de uma relação comunicativa depende deste ambiente, pois é nele que ela se produz. O ato de se relacionar com alguém por meio da linguagem implica necessariamente o ato de comungar (comunicar) objetos significantes.

Entre outros conceitos relevantes para a questão da intersubjetividade no rol de termos fenomenológicos, segundo Schutz (2012, p.202), está o da orientação-pelo-tu. Um indivíduo que observa a conduta de outro – este ciente de seu observador ou não, interagindo com ele ou não – está orientando-se e conduzindo sua consciência de acordo com o agir do outro, compondo a partir dele algum significado. Pode ser unilateral, quando alguém posiciona sua atenção no outro e este não percebe, ou pode culminar numa relação-do-nós, que decorre das orientações-pelo-tu sincronizadas e mutuamente cientes entre si. Neste último caso, ao menos dois indivíduos estabelecem um vínculo intersubjetivo na medida em que cada um deles orienta-se pelo outro. Seria, portanto, o princípio de qualquer comunicação.

O signo com o propósito de comunicar, conforme aponta Schutz (2012, p.220) surge na esfera cognitiva do comunicador e, uma vez exteriorizado e entregue aos sentidos do intérprete, inicia não só uma ação comunicativa, mas em muitos casos também uma relação intersubjetiva voltada para compreensão mútua. Estruturados na lógica da linguagem, os signos compõem preposições cuja finalidade é estimular o outro a captar uma rede significativa específica e reagir cognitivamente a ela. Em relações face a face essa dinâmica torna-se mais evidente, mas seu núcleo permanece inalterado também em relações indiretas ou mediadas.

Nas palavras do autor, a comunicação tem maiores chances de obter sucesso pragmático quando os interlocutores compartilham não apenas um ambiente comunicativo fundado na linguagem (um idioma ou código em comum, por exemplo), mas também quando seus sistemas de relevância e tipificação confluem em áreas de intersecção. Este princípio serve para explicar a emergência de grupos sociais que se estruturam em torno das áreas interseccionadas de múltiplos e particulares sistemas de relevância e tipificação. Nota-se que os interesses, para serem representados, isto é, compartilhados com outros indivíduos, precisam ser veiculados em signos, efetivamente comunicados.

Uma comunicação bem-sucedida é possível somente entre pessoas, grupos sociais, nações etc. que partilham um sistema de relevâncias substancialmente similar.

Quanto maiores as diferenças entre seus sistemas de relevância, menores as chances de sucesso da comunicação. Uma completa disparidade dos sistemas de relevância torna completamente impossível o estabelecimento de um universo de discurso. (SCHUTZ, p.222, 2012)

Embora no primeiro capítulo deste trabalho já tenha sido traçado o paradigma de comunicação sobre o qual toda a presente pesquisa se sustenta, as noções de comunicação e intersubjetividade propostos por Schutz permitem a visualização de algumas características comunicacionais no âmbito do MPRSC em particular. Em primeiro lugar, adiciona o elemento fenomenológico, isto é, proporciona uma posição de análise que considera a interpretação dos fenômenos concebida pelos atores sociais que compõem o grupo. Permite, portanto, entender quais motivos que levam o MPRSC a combater a corrupção por meio da educação formal de crianças e jovens, utilizando para isso a SEED, uma instituição de controle estatal/governamental cuja prioridade é a gestão da educação pública em nível estadual paranaense.

Acredita-se que para se entender a comunicação de um grupo social é necessário um distanciamento de teorias e conceitos previamente formulados que supostamente expliquem as estruturas sociais em sua ontologia e, paralelamente, uma abertura cognitiva para se captar a compreensão formulada pelos atores envolvidos. Afinal, o MPRSC concretiza suas ações no mundo social com base na sua própria perspectiva e não necessariamente teleguiado por teorias sociais.

Em segundo lugar, oferece o recurso teórico próprio para explicar que a constituição de um grupo social é dada em relações intersubjetivas nos quais ocorre certa tensão de interesses, relevâncias e tipificações. Sendo assim, a comunicação que se opera em seu interior pode ser estudada de forma a se evidenciar os pontos de divergência e convergência discursiva assim como os momentos de consenso necessários para o estabelecimento de uma decisão coletiva. Ou seja, se há realmente diferenças de relevâncias, tipificações e interesses, então o sucesso de um grupo que almeja uma ação coletiva coesa e unitária depende do sucesso em estabelecer relevâncias, tipificações e interesses em um sistema unificado e plausível aos seus membros. No caso do MPRSC, hipoteticamente (e isso será verificado no quarto capítulo) a diferença de sistemas de relevância e tipificação é mais evidente, já que nas reuniões de seu núcleo gestor confluem agentes de três diferentes instituições, cada um deles representando um estoque de conhecimento institucionalizado específico. Sobre estoques de conhecimento, veremos mais abaixo.

3.3 ESTOQUES DE CONHECIMENTO E INSTITUIÇÕES

A princípio, o mundo social é uma realidade pré-concebida, existe antes do nascimento de novos indivíduos. Pode-se considerá-lo como o acúmulo de ações promovidas pelos nossos antepassados, cujas determinadas práticas foram institucionalizadas e transmitidas historicamente. Para Schutz (2012), a cultura de um grupo, seus repertórios peculiares, crenças, padrões de comportamento, ferramentas destinadas a interferir na realidade, enfim, todo este conjunto de conhecimento são fatos sociais que, por meio do processo educacional, são repassados a todo novo membro de um grupo. Estruturas sociais e instituições compõem o meio ambiente social e os seres humanos são, ao mesmo tempo, seus criadores e criaturas. Há uma dialética, como apontam Berger e Luckmann (2002), que rege a vida social: os indivíduos concebem a realidade social e sofrem suas influências.

O mundo da vida, conceito que Schutz (2012, p.84-85) apropria de Husserl, é um espaço conceitual erigido sobre o conjunto de significados que o indivíduo atribui à realidade que o cerca. É o universo de objetos exteriores para o qual a consciência do indivíduo se dirige no sentido de atribuir-lhe sentido, portanto se trata de um mundo captado e significado pela subjetividade humana, mas que ao mesmo tempo é condicionado pela natureza intersubjetiva das relações sociais. O mundo da vida é pré-existente a qualquer indivíduo, por se tratar de uma realidade social concebida pelos nossos antepassados, e apesar dos fenômenos que nele ocorrem serem independentes da ação individual, eles são interpretados e significados de acordo com a visão do sujeito. No entanto, esta visão do sujeito é relativamente condicionada pelos estoques de conhecimento que lhe são repassados no decurso de suas biografias, em geral operados por sistemas de educação na família, escola e demais instituições.

O mundo da vida oriunda da contínua alteração de estado das coisas que é resultado da ação humana. Conforme o autor, aquele que age no mundo da vida não atua em um cenário inerte, mas tem como intenção pragmática transformá-lo em objeto e modificá-lo de acordo com os seus interesses e objetivos. Para isso, são empregados estoques práticos de conhecimento, variáveis de acordo com o resultado almejado, institucionalizados ou não, de modo atuar no mundo da vida e, ao mesmo tempo, construí-lo. A ação no mundo da vida pressupõe o emprego de um estoque de conhecimento à disposição do indivíduo que, por sua vez, age na realidade conforme sua interpretação significativa da realidade.

A esse estoque de experiência à mão pertecem nosso conhecimento de que o mundo no qual vivemos é um mundo composto por objetos bem delimitados com qualidades definidas, objetos em meio aos quais nos movemos, que resiste a nós, e sobre os quais podemos agir. [...] O mundo da vida cotidiana é o cenário e também objeto de nossas ações e interações. Nós temos que dominá-lo e transformá-lo de modo a ser possível concretizar os propósitos que buscamos realizar nele, entre nossos semelhantes. (SCHUTZ, 2012, p.84-85)

No entanto, Schutz (2012, p.255) ressalta que nenhum indivíduo é capaz de conhecer por completo o mundo da vida devido a uma simples impossibilidade natural da mente humana em incorporar a totalidade da experiência social. Esta é a condição básica para aquilo que o autor veio denominar de distribuição do conhecimento. Uma vez que somente por meio do emprego de estoques de conhecimento podemos compreender o mundo da vida, então se pode inferir que o conhecimento global fraciona-se de acordo com a multiplicidade de parcelas do conhecimento disponíveis. É evidente que cada indivíduo, dependendo da situação biograficamente determinada em que se encontra, pode empregar diferentes ou múltiplos estoques de conhecimento, como, por exemplo, o próprio Schutz em cuja vida trabalhou como administrador, filósofo e sociólogo. Contudo, seria impossível que um indivíduo no transcorrer de toda sua biografia pudesse empregar todos os estoques de conhecimento já gerados pela humanidade. O autor argumenta que a sociedade não se apresenta como um coletivo coerente fundamentado em uma única e coesa diretriz funcional e teleológica, mas encontra-se dividida em parcelas do conhecimento que se reconstroem e atuam na construção da realidade social muitas vezes de forma até mesmo conflituosa.

Sobre a base teórica de Schutz – e também partindo das ideias de autores clássicos da sociologia como Durkheim, Marx e Weber –, Berger e Luckmann (2011) propuseram uma reconfiguração da sociologia do conhecimento, ampliando sua incidência para as formas de conhecimento que emergem do mundo da vida cotidiana em detrimento daquelas provenientes apenas da ciência ou da filosofia. A dupla de autores ocupou-se, portanto, com tudo aquilo que possa ser chamado de conhecimento, independente de sua validade segundo critérios racionais científicos. Ao herdarem de Schutz a concepção fenomenológica da sociedade, eles analisaram o modo pelas quais certas formas de conhecimento são objetivadas, institucionalizadas e legitimadas no vasto ambiente comunicacional que serve de palco para as relações do cotidiano. “Em outras palavras, o ‘conhecimento’ do senso comum, e não apenas as ‘ideias’, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este ‘conhecimento’ que

constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (BERGER e LUCKMANN, 2011, p.29).

Tanto para Schutz (2012) quanto para Berger e Luckmann (2011) a produção de conhecimento na vida cotidiana se trata de um processo coletivo, portanto envolve necessariamente múltiplos indivíduos reunidos em torno de significados em comum. Segundo Schutz (2012), é correto afirmar que os grupos sociais se cristalizam sobre o eixo de um interesse compartilhado pelos seus membros, ou em torno de um sentimento mútuo de solidariedade. No entanto, ele argumenta que isso é apenas parcialmente verdadeiro. Os significados compartilhados pelos integrantes de uma comunidade antes decorre de um sistema de tipificações e relevâncias manifesto em conjuntos de hábitos, costumes e normas sobre os quais os indivíduos fundamentam suas ações e definem papéis sociais, status e posições na estrutura hierárquica.

A tipificação, de acordo com Schutz (2012), resulta do uso expressivo da linguagem, atribuindo-se por meio dela nomes aos objetos do mundo da vida. Um tipo nomeado é sempre um horizonte aberto de interpretações, mas limitado pela categoria que expressa. Na mesma linha, Berger e Luckmann (2011) afirmam que a linguagem é o veículo para objetivação da subjetividade, ou seja, oferece os termos pelos quais o indivíduo pode concretizar seu pensamento, seu cogitar. Os objetos do mundo da vida de cada um estão dispostos de uma dada maneira e por meio da linguagem atribui-se significado a eles. “A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (BERGER e LUCKMAN, 2011, p.38).

No âmbito das reuniões do núcleo gestor do MPRSC, como já fora mencionado diversas vezes, há a participação de indivíduos que representam instituições sociais, portanto utilizam estoques práticos de conhecimento institucionalizado. Obviamente que estes indivíduos não são agentes do MP-PR, SEED ou GRPCOM em tempo integral, pois se supõem que o mundo da vida dessas pessoas não esteja limitado ao trabalho profissional que exercem. Todavia, numa situação biograficamente determinada constituída nas reuniões do núcleo gestor do grupo, ficou claro, no transcorrer desta pesquisa, que em tais episódios os atores interpretam os objetos e fenômenos e articulam ações com o propósito de gerar mudanças no mundo da vida a partir de estoques práticos de conhecimento bem específicos, oferecidos pelas instituições que representam. Em suma, eles se situam ao desempenharem papéis sociais específicos.

Uma atividade humana que se torna hábito e cujo significado é compartilhado por ao menos duas pessoas reciprocamente pode estar situada na origem de uma instituição. Segundo a proposta teórica de Berger e Luckmann (2011), institucionalização refere-se ao processo histórico de construção de modelos práticos responsáveis por efetuar ações tipificadas e que, por conseguinte, produz um estoque específico de conhecimento comungado. As ações habituais no interior de uma instituição são tipificadas de modo que os membros possam estabelecer um terreno de significados comum entre si e coordenar rotineiramente suas ações de maneira regrada. Além disso, pensar em instituição é pressupor certas regras de conduta que constituem o controle social sobre seus membros, impelindo-os a agir de acordo com as normas institucionais estabelecidas.

Em virtude dos papéis que desempenha, o indivíduo é introduzido em áreas específicas do conhecimento socialmente objetivado, não somente no sentido cognoscitivo estreito, mas também no conhecimento de normas, valores e mesmo emoções. [...] De tal maneira, cada papel abre uma entrada para um setor específico do acervo total do conhecimento possuído pela sociedade. (BERGER E LUCKMANN, 2011, p.103).

Em geral, as ações que tendem a ser tipificadas e institucionalizadas no curso do tempo são aquelas de relativa importância para membros de uma sociedade. É de se esperar que na gênese das culturas humanas as tarefas com propósito de garantir a subsistência do grupo foram as primeiras a serem institucionalizadas, ao passo que hábitos voltados para a conduta moral e produção de valores tenham surgido posteriormente. Mas independente disso, a vantagem pragmática da institucionalização é tornar as práticas previsíveis e enquadrá-las numa rotina. Tal procedimento garante a segurança com relação aos momentos vindouros e também é requerido para o grupo canalizar os esforços na direção de setores produtivos considerados socialmente fundamentais (BERGER e LUCKMANN, 2011).

A instituição que resiste ao tempo será, por ventura, transmitida de geração à geração. Tais instituições repassadas pela herança cultural são experimentadas pelos indivíduos como realidade objetiva, isto é, como um conjunto de instituições que surgiram antes do nascimento de novos indivíduos e que incidirão sobre suas biografias de vida. Embora algumas delas possam ser avaliadas como obtusas e opressoras de um ponto de vista particular, ainda assim se tratam de fenômenos cuja existência não pode ser simplesmente negada. Berger e Luckmann (2011) ressaltam que a objetivação da

realidade não significa sua desconexão com o indivíduo que a produziu, mas antes compõe apenas um dos lados de uma relação dialética entre sociedade e indivíduo.

Assim como o conhecimento é tipificado a fim de que possa ser partilhado pelos membros da instituição, a pessoa que operacionaliza tal conhecimento para executar suas ações sociais em âmbito institucional também se torna tipificada, adquirindo um significado. A atuação social de um indivíduo que parte de um estoque do conhecimento institucionalizado pode redundar no ato de desempenhar um papel. Este, por sua vez, é a tipificação que o indivíduo incorpora enquanto representante de uma ordem institucional. Segundo Berger e Luckmann (2011), o ator social, quando desempenha um papel e objetiva a realidade das instituições, confronta-se dialeticamente com o seu “eu total”. Este confronto, diga-se de passagem, é tema recorrente de debate entre diversas correntes sociológicas que discutem o dualismo entre a estrutura social e a unidade humana subjetiva.

A instituição, ao mesmo tempo em que concentra um estoque de conhecimento específico, só é objetivada na medida em que atores sociais a representam por meio de papéis. No entanto, um papel não representa o todo da instituição, uma vez que esta com frequência retém um amplo conjunto de diferentes papéis. Em geral, os atores estão inseridos num ambiente institucional que abrange diversos, mas correlatos, papéis.

Desempenhar um papel não é somente compartilhar uma carga de valores e modelos de conduta, afirmam Berger e Luckmann (2011), mas é ser introduzido em um dos estoques de conhecimento global. Ao comungar de um mesmo sistema de tipificações e exteriorizar o conhecimento mediante suas ações, o ator social objetiva um repertório institucional estabelecido. Na medida em que as sociedades se complexificam, novos repertórios surgem e são incorporados ao estoque total, fato que implica na distribuição social do conhecimento. Desta forma, a fragmentação do conhecimento social como um todo reflete a quantidade de papéis sociais à disposição.

Se comparado à teoria de institucionalização desenhada acima, o MPRSC é considerado um grupo de caráter estritamente institucional em sua origem. Como já foi abordado no início deste capítulo, ele é fruto de esforços concentrados de instituições pré-existentes, ou seja, não se trata de uma instituição primária que surge espontaneamente da sociedade civil, da articulação entre cidadãos despojados de papéis sociais específicos, mas é concebido por atores diversos que ocupam determinados papéis sociais bastante claros. Em geral, é uma articulação entre os estoques de

conhecimento do MPPR, SEED e GRPCOM, além da rede de parceiros e apoiadores que não tomam parte nas reuniões do núcleo gestor.

Cada uma destas instituições oferece aos seus membros um estoque de conhecimento específico, rotinas, hábitos e padrões expressos num uso próprio da linguagem de modo a significar suas ações. Ao mesmo tempo em que essa diferença institucional é vital para a manutenção do grupo – já que ele almeja introduzir o tema da corrupção (especificamente a interpretação que o MP-PR tem da corrupção) nas escolas de controle da SEED, sendo para isso essencial a complementaridade de ações institucionais – ela também pode suscitar dificuldades de comunicação entre os atores devido a esta mesma alteridade. Neste sentido, surge um problema: de que modo, no fluxo da comunicação durante as reuniões do núcleo gestor, o MPRSC produz uma compreensão mútua entre seus membros e os papéis sociais que lhes cabem desempenhar? E isso realmente acontece?

Uma possível resposta para as perguntas acima só pode ser alcançada se a comunicação interpessoal operada no âmbito do MPRSC for concebida como o objeto central de pesquisa, pois é em seu processo que membros do grupo fazem o emprego da linguagem e manifestam objetivamente seus estoques de conhecimento previamente oferecidos pelas instituições que representam e, dessa forma, produzem ou não um enquadramento coletivo.

3.4 PRODUZINDO O ENQUADRAMENTO COLETIVO

Em linhas gerais, esboçou-se nos tópicos anteriores uma das perspectivas teóricas adotadas na concepção do objeto de estudo deste trabalho. Entende-se que uma postura fenomenológica, ao tomar como ponto de partida a compreensão dos atores sociais envolvidos em uma dada situação, pode ser útil na identificação de mecanismos intersubjetivos que resultam em grupos politicamente orientados, como é o caso do MPRSC, cuja estrutura origina-se em instituições enraizadas no tecido social em uma articulação entre promotoria pública, educação formal e mídia com foco no combate à prática de corrupção. Contudo, o enquadramento coletivo construído por este grupo em específico ainda precisa ser explorado em pormenores. Somente conhecer as instituições que o compõem e suas técnicas de trabalho não possibilita uma visão adequada acerca de seu processo interno de comunicação. Torna-se necessário, portanto, investigar de que maneira o MPRSC enquadra a realidade social ao seu redor, estabelece seu

problema (a corrupção em nível político e cultural) e como concebe estratégias e métodos para resolvê-lo. Isso implica também em desvendar até que ponto o MPRSC alcança ou não alcança uma relativa autonomia diante das instituições que o precedem, isto é, se se estabelece como um grupo particular ou uma iniciativa estritamente indissociável do MP-PR, SEED e GRPCOM.

O pressuposto central deste trabalho, conforme fora formulado, no primeiro capítulo, com base nas teorias de caráter interacionista, é de que a comunicação em seu nível interacional é um frutífero caminho para se compreender as relações sociais e a formação de atores coletivos, já que as trocas simbólicas entre os indivíduos estão na base de qualquer construção social: por meio da comunicação ocorre o câmbio de experiência, significados, opiniões e ideologias que as pessoas utilizam, por meio da linguagem, para significar a realidade. Portanto, a coordenação de ações coletivas por parte de grupos sociais, estejam eles em busca de um objetivo político ou não, depende da comunicação entre seus membros e como eles convergem a partir de interpretações individuais.

Em seus estudos sobre mobilização social, Snow e Benford (1986, 1988, 2000), influenciados por Erving Goffman, notaram que os enquadramentos coletivos resultam da intersecção entre enquadramentos individuais. Certamente que essa intersecção não corresponde necessariamente a acordos harmoniosos, mas incluem também disputas de significado, conflitos simbólicos e barganhas. Mas seja como for, a maneira como um grupo social referencia a realidade está ancorada no contraste de interpretações pessoais em seu interior. De fato, é possível analisar o enquadramento coletivo de um grupo por meio de seus conteúdos simbólicos veiculados publicamente, sobretudo nas mídias, mas disso só se pode extrair empiricamente o resultado de possíveis comunicações prévias entre os atores, sintetizado pelo trabalho de técnicos em comunicação social (jornalistas, assessores, publicitários, entre outras habilitações profissionais), mantendo inexploradas essas comunicações prévias que se referem aos diálogos, interações e relações internas de poder que, não se deixemos por duvidar, também são comunicação social.

Antes de tratarmos com mais profundidade a germinação e desenvolvimento de enquadramentos de grupos sociais, tais como propostos por Snow e Benford, importa neste contexto de análise trazer, mesmo que resumidamente, a concepção de enquadramento originada em Goffman (2012). Segundo este autor, a experiência de cada indivíduo é resultado de suas interpretações acerca da realidade e do mundo ao seu redor. A subjetividade e o conjunto de significados empregados para decifrar e

compreender as coisas são os elementos construtores daquilo que é considerado real. Enquadrados sempre a partir da perspectiva do indivíduo, os fatos e os eventos sobre os quais alguma consciência se dirige apenas são integrados à experiência de uma pessoa quando são interpretados e codificados como objetos de atenção.

O quadro, na visão de Goffman (2012), é uma limitada estrutura cognitiva empregada subjetivamente pelo indivíduo a fim de que este possa atribuir significados aos objetos físicos e abstratos que o cercam. Pode-se falar de um ponto de vista particular que delimita as atividades, enquadrando-as no espaço e no tempo enquanto delas se extrai algum sentido plausível que possa ser incorporado à experiência. O quadro, entretanto, não deve ser confundido com uma interpretação generalizada de vários indivíduos, mas sim como um esquema interpretativo único e pessoal que cada um aplica sobre um determinado fenômeno. Trata-se, então, de uma capacidade subjetiva de ordenar as peças detectadas pela percepção e transformá-las em conjuntos significantes frente a uma consciência individual.

O ato de atribuir significado a algo que, de outra maneira, estaria desprovido de significação é chamado por Goffman (2012) de esquema primário. Uma atividade enquadrada da qual se possa extrair um determinado sentido sem a necessidade de recorrer a outro enquadramento prévio é essencialmente primário por definição. Na vivência cotidiana e nas relações informais os esquemas primários são revelados a todo momento: tornam-se visíveis a cada vez que a consciência ativa significados para objetos e os enquadra em uma faixa de atividade sem que com isso seja preciso resgatar uma faixa de atividade antecedente. Aquilo que determina o sentido de uma faixa de atividade, portanto, é o enquadramento produzido pelo indivíduo participante. No entanto, essa é uma dinâmica estritamente subjetiva. As coisas são reais de acordo com uma perspectiva adotada: a perspectiva daquele que acredita estar observando e agindo sobre a realidade.

Tomados em conjunto, os esquemas primários de um determinado grupo social constituem um elemento central de sua cultura, especialmente na medida em que surgem compreensões relativas aos principais tipos de *schemata*, às relações destes tipos entre si e à soma total das forças e agentes que estes modelos interpretativos reconhecem estarem soltos no mundo. É preciso tentar formar uma imagem do esquema de esquemas de um grupo – seu sistema de crenças, sua “cosmologia” [...] (GOFFMAN, 2012, p.51)

As conversações do cotidiano são também objetos de análise do autor. Ele afirma que os enunciados verbais, assim como qualquer faixa de atividade, podem ser enquadrados e interpretados pelos indivíduos, inclusive são passíveis de sofrerem transformações de tonalização e maquinação. Os enunciados também estão inevitavelmente associados ao mundo circundante, uma vez que é necessário algum ser concreto para expressá-los. Além disso, as conversações necessariamente recorrem a uma linguagem compartilhada pelos interlocutores e estes se submetem às regras linguísticas de modo a serem capazes de se comunicar.

Para Goffman (2012), a conexão entre enunciados verbais e o mundo circundante é ainda mais complexa quando comparada a outras faixas de atividade. Tal complexidade deriva do fato de que a construção da realidade por meio das ações dos indivíduos é frequentemente coordenada pela comunicação entre eles. Ou seja, muitas das ações realizadas pelos indivíduos são oriundas de um exercício comunicacional que possibilita a representação de objetos concretos e o planejamento de processos cujos efeitos serão sentidos no mundo circundante. Por conseguinte, as ações que resultam das interações entre indivíduos tendem, por sua vez, a redefinirem os rumos e os objetos das conversações posteriores.

A intersecção entre análise de quadros e estudos sobre comunicação não é novidade. No campo da mídia, os enquadramentos começaram a ser estudados na década de 1980, especialmente a partir dos trabalhos de Robert Entman (1989) e Gaye Tuchman (1993). Desde então foram difundidos novos métodos e técnicas para captar a essência dos quadros explorados pelos meios de comunicação, com especial atenção às notícias jornalísticas. Estas últimas, partindo-se da perspectiva do enquadramento, reconfiguraram-se como recortes subjetivos da realidade operados pelos jornalistas. Cada texto noticioso, portanto, não pode mais ser verificado como uma unidade do real, mas sim como uma construção simbólica promovida por agentes especializados em sua tentativa de enquadrar a realidade. Neste sentido, as pesquisas fundamentadas análise de enquadramento debruçaram-se sobre como o jornalismo constrói seus enquadramentos acerca do mundo e quais recursos e medidas ele usa para isso.

Os postulados de Goffman também incidiram sobre a ideia de comunicação em âmbitos políticos. Uma aproximação notável neste sentido é a de Snow e Benford (1986, 1988, 2000), que discorrem sobre como os atores coletivos inseridos no processo de mobilização social empregam quadros interpretativos da realidade, permitindo-lhes analisar sua situação atual e promover reivindicações públicas. Durante as interações, os

sujeitos políticos aproximam seus enquadramentos, o que lhes serve de partida para o diagnóstico de problemas comuns e, conseqüentemente, elaboração de projetos e planos de ação para solucioná-los. Posteriormente, quando um grupo se constitui, articulam-se estratégias e ações com base no enquadramento coletivo da realidade, delineando um fator com potencial de explicar o nascimento e desenvolvimento de identidades políticas. Diferentemente das teorias de mobilização política centradas nas perspectivas de Mobilização de Recursos (MR) ou Novos Movimentos Sociais (NMS), a escola do enquadramento incide sobre os aspectos microssociológicos (interação) que condicionam a formação de grupos mobilizados, enquanto as duas anteriores preocupam-se com os aspectos macrossociológicos (relação entre estruturas sociais e oportunidades políticas no cenário político global).

Segundo Snow e Benford (1986), o processo de enquadramento coletivo envolve um trabalho de significação por parte dos atores sociais envolvidos. Esta significação, como já bem explicou Goffman, provém de um enquadramento, de uma definição da situação presente, que cada ator produz para si de maneira a dar sentido aos episódios da vida que vivencia. Portanto, um enquadramento coletivo é um conjunto de orientações, de crenças, de experiências e interpretações que se tornam salientes no curso da comunicação entre seus veiculadores. Não se trata de um mero agregado de indivíduos, da simples somatória de pontos de vista diferentes, mas de significados negociados, de múltiplas realidades individualmente estruturadas (enquadradas) que entram em contato umas com as outras por meio da comunicação, do intercâmbio simbólico, dos discursos, e que resultam ou não em acordos, consensos provisórios e enquadramentos em comum. Neste sentido, o processo de enquadramento é uma busca por intersecções possíveis, num ambiente pluralístico de quadros, identificadas e desenvolvidas nas relações interpessoais.

Snow e Benford (1988) estavam particularmente preocupados em descobrir os fatores que determinavam o sucesso e o fracasso de um grupo social politicamente mobilizado, ou seja, qual o grau de “ressonância” que eles emitem na tessitura social, quais as mudanças concretas que produzem e qual a capacidade de impor se enquadramento aos demais indivíduos da sociedade. Perceberam que para alcançar explicações plausíveis para tais problemas teóricos seria preciso um olhar aproximativo direcionado à constituição interna destes grupos. Resultou-se deste trabalho intelectual algumas categorias analíticas sobre as “tarefas nucleares de enquadramento” (no Inglês

“core framing tasks”) que se referem à interpretação que um grupo social faz dos problemas que almejam combater e suas propostas de ação.

A primeira delas trata do diagnóstico que, como o próprio nome diz, é o momento de identificação de problemas, adversários políticos e condições sociais injustas que devem ser erradicadas. A segunda categoria refere-se ao prognóstico, que são as estratégias elaboradas pelos atores para a solução dos problemas identificados na etapa anterior. Por fim, a terceira categoria fala sobre a motivação, isto é, os recursos empregados pelo grupo com a finalidade de convocar outros atores a enfileirarem-se a seu favor, como numa espécie de “chamada às armas”, cuja finalidade é angariar novos adeptos e atrair apoio popular. Para Snow e Benford (1988), estas três categorias de análise subdividem, a nível teórico-metodológico, o processo interno de constituição do enquadramento coletivo e podem ser abordadas pelo ângulo das micro-relações sociais, das interações, da comunicação em âmbito particular. As três tarefas nucleares de enquadramento, conforme esmiuçadas pelos autores, não podem ser ontologicamente entendidas a priori, como se indicassem regras macroestruturais de comportamento, mas devem ser consideradas como etapas de construção dependentes dos atores envolvidos na projeção de um grupo social.

Assim, como reiteram Snow e Benford (2000), subjaz ao desenvolvimento, geração e elaboração de ação coletiva e suas tarefas nucleares todo um processo discursivo em que se concretizam diversos tipos de comunicação, incluindo atos de fala e conversações mediadas ou não por aparatos tecnológicos (telefone e internet, por exemplo). No desaguadouro destas comunicações emergem significados, experiências e interpretações da realidade, veiculadas por indivíduos ou atores coletivos, que, em circunstâncias favoráveis, se entrelaçam, se agregam e se encaixam conforme progredem as relações interativas. Surgem neste contexto novos quadros cuja originalidade não está especialmente em possíveis enquadramentos inéditos ou não previstos, mas na colagem, complementaridade e articulação de interpretações previamente geradas nas biografias dos atores envolvidos. Assim apontam os autores:

Frame articulation involves the connection and alignment of events and experiences so that they hang together in a relatively unified and compelling fashion. Slices of observed, experienced, and/or recorded “reality” are assembled, collated, and packaged. What gives the resultant collective action frame its novelty is not so much the originality or newness of its ideational elements, but the manner in which they are spliced together and articulated, such

that a new angle of vision, vantage point, and/or interpretation is provided⁴. (SNOW & BENFORD, 2000, p.623,).

Tal processo de comunicação entre membros de um grupo com finalidades políticas é vital para a formação de seus enquadramentos estratégicos. Colagens de interpretações, experiências e trocas de significados, de acordo com essa teoria, podem se converter em modelos operacionais particulares de cada grupo. Disso resulta a maneira como um coletivo mobilizado entende seus objetos significantes e constrói suas vias para concretizar a mudança desejada na sociedade. Ao tomarmos o caso do MPRSC, cujo objeto central a ser combatido é a corrupção, procura-se também analisar as junções e encaixes de enquadramentos individuais que prescrevem o grupo como um todo, suas estratégias de ações, isto é, seu prognóstico de atividades. Os atores em conjunto, no exercício da comunicação estabelecida entre eles, a princípio devem alcançar um consenso mínimo para que suas ações sejam efetivamente promovidas. A questão que permanece é como eles constroem seus objetos e modelos operacionais ou mesmo se eles realmente o fazem.

A teoria de mobilização política do enquadramento aliada ao princípio fenomenológico da construção social da realidade – tendo em vista os diferentes estoques de conhecimento institucionalizados – delimita aqui o objeto de estudo: enquanto um grupo social politicamente mobilizado, o MPRSC produz internamente seu enquadramento com base no processo interno de comunicação (no qual se interseccionam os enquadres individuais). Mas este processo está fortemente calcado em instituições que antecedem o grupo (MPPR, SEED e GRPCOM), cujos atores exercem papéis institucionais definidos. Então, em que medida a construção de enquadramento é afetada por esta diversidade de estoques de conhecimento institucionalizados? Quanto o entendimento do quem vem a ser corrupção e a confecção de ferramentas para combatê-la são afetadas por estas diferenças entre sistemas de relevância e interesse?

⁴ “A articulação do enquadramento envolve a conexão e alinhamento de eventos e experiências, de modo que eles se agrupam de uma forma relativamente unificada. Fatias de observações e experiências acerca da "realidade" são montadas, recolhidas e embaladas. O que dá novidade à ação coletiva não é tanto a originalidade de seus elementos ideacionais, mas a maneira em que são emendados e articulados, de modo que um novo ângulo de visão, ponto de vista e interpretação é fornecido.”

4 A CONVERSAÇÃO COMO UNIDADE DE ANÁLISE EM COMUNICAÇÃO

Almeja-se responder as questões colocadas no fim do capítulo anterior partindo-se do pressuposto estabelecido no início deste estudo. A comunicação, enquanto for entendida como troca circular de significados, como interação, situa-se como objeto-meio para a solução (mesmo que parcial) de problemas teoricamente propostos nas páginas anteriores. Para se alcançar uma resposta satisfatória ao problema de pesquisa aqui proposto – a saber, a maneira como o grupo social MPRSC produz seu enquadramento diante das diferenças instituições que o compõem -, é preciso traçar uma observação metódica sobre o processo interno de comunicação do grupo. Em suma, analisar a conversação de seus membros a fim de conferir como são estabelecidos seu adversário político e as estratégias operacionais para combatê-lo.

Neste capítulo será apresentado o método de pesquisa empírica empregado neste trabalho, o da Análise de Conversação Etnometodológica (doravante ACE), cuja origem encontra-se na etnometodologia de Garfinkel (1962), sendo posteriormente desenvolvida com mais profundidade por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Sua unidade básica de análise é o turno de fala, isto é, o momento em que o interlocutor em uma interação produz uma elocução embutida de significado para demais participantes da conversa. Mais do que focar exclusivamente no turno em si, a ACE prioriza os contextos que são construídos em uma interação, turno após turno, analisando-os em sequência.

Portanto, em conformidade com o modelo de comunicação teorizado no primeiro capítulo, aqui se tem um método centrado plenamente na interação, na comunicação interpessoal, sendo relevantes as relações sociais erigidas nas trocas de turno em detrimento do simples trânsito de mensagens entre emissores e receptores, conforme já havia sido postulado por Watzlawick, Beavin e Jackson (1967). Tal abordagem metodológica será aplicada para analisar as reuniões do núcleo gestor do MPRSC de modo a compreender seu processo interno de comunicação por meio das interações. Nestas reuniões, conforme sinalizado anteriormente, são tomadas as macro decisões que norteiam as atividades do grupo como um todo. Portanto, pretende-se averiguar de que maneira o grupo monta seu enquadramento, elabora procedimentos estratégicos e determinam como serão executadas ações coletivas.

4.1 ORIGEM ETNOMETODOLÓGICA DA ACE

A ACE constitui um ramo teórico e metodológico com origens na etnometodologia de Harold Garfinkel e na perspectiva interacionista de Erving Goffman. Preocupou-se de início em averiguar os mecanismos subjacentes aos processos comunicativos do cotidiano – as conversas – que para esta perspectiva representam a conversação ordinária isenta de regulamentos institucionais. Pressupõe-se, com isso, que a análise estrutural da interação em seu aspecto microetnográfico pode colaborar para descobertas no campo científico social em paridade com abordagens macrossociológicas.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) são considerados os fundadores desta tradição de pesquisa, autores de artigos seminais no campo da ACE. Estavam preocupados em elaborar um modelo de análise que fosse independente de contextos particulares e, paralelamente, sensível a eles. Isso de forma alguma se mostra como um paradoxo, pois tais autores almejavam isolar fenômenos universais da conversação (que serão abordados mais a frente), mas reconheciam que mesmo os mecanismos universais apenas seriam evidenciados no ato da conversa e da comunicação, ou seja, sempre em uma ação social particularizada. Portanto, mesmo que os elementos deste modelo possam ser considerados como universais, ainda assim eles sofrem alterações significativas a cada diferente contexto.

Apesar de sua origem remontar a um cenário de pesquisa cujas análises centram-se no ponto de vista dos atores sociais e como estes produzem suas interações, a ACE se consolidou como uma vertente de pesquisa relativamente independente de suas antecessoras, embora ainda dedicada a empregar uma visão etnometodológica da sociedade. De acordo com Maynard e Clayman (2003), a etnometodologia e o interacionismo simbólico, precursoras da ACE, preocupam-se com os significados gerais que são compartilhados pelos atores envolvidos em uma interação, buscando evidências na semântica e nos símbolos empregados pelos grupos sociais de modo a revelar seus métodos. A ACE, seguindo nesta esteira, atenta-se à estrutura do processo comunicativo em si, isto é, aos procedimentos de trocas de turno de fala, à sequencialidade da conversação, os mecanismos de reparo empregados para sustentar a intersubjetividade de uma interação social, enfim, aspectos que subjazem e interferem na semântica e que podem ser isolados para compreender formações sociais particulares.

A ACE não deve ser isolada das tradições que a antecedem, mesmo que a fonte de suas preocupações seja de natureza específica. Para se ter um exemplo, os experimentos de ruptura usados por Garfinkel (1967) foram reutilizados na ACE para propósitos semelhantes. Com as rupturas, a etnometodologia explicitou as regras, os padrões e a moralidade dominante em um dado contexto social, evidenciando-as por meio de transgressões a estas regras. De forma semelhante operou a ACE, que com as rupturas também conseguiu por em observação as regras e padrões que regem uma dada interação social. As diferenças fundamentais entre ACE e Etnometodologia ocorrem de forma mais acentuada em relação aos métodos e tópicos de interesse. A primeira busca entendimento acerca da estrutura interacional em si e qual contexto social ela produz, utilizando-se para isso de gravações em áudio e vídeo, enquanto que a segunda pretende decifrar a compreensão dos atores sociais a partir de técnicas apropriadas da etnografia (MAYNARD E CLAYMAN, 2003).

Os primeiros trabalhos publicados em ACE afirmavam que padrões e regras da maquinaria conversacional não eram ajustadas a priori, mas construídas no curso de uma dada interação social. Embora, segundo esta perspectiva, existam elementos irreduzíveis presentes em todas as conversações, a maneira e as regras tácitas em que eles se dão são particularizados e concebidos em concomitância com o contexto erigido. Sendo assim, padrões e regras de uma conversação são elaborados coletivamente entre os participantes de modo a regularem funcionalmente a interação em curso. Em outras palavras, as normas explícitas ou implícitas de um processo comunicativo são pragmáticas, pois estimulam ou constroem comportamentos de acordo com os propósitos contextuais da interação.

Como dito anteriormente, a princípio a ACE dedicou-se a revelar elementos universais presentes na conversação do cotidiano, uma vez que ela se mostra como a mais básica entre os tipos de fala em interação social. Contudo, recentemente ela vem sendo aplicada também em contextos institucionais como, por exemplo, interação entre professor e aluno, médico e paciente, entrevistador e entrevistado, entre outros. Com isso tenta-se manifestar de que maneira a base interacional (conversação) é reajusta em contextos cujos propósitos e finalidade são mais específicos e especializados se comparados à comunicação cotidiana. No Brasil, uma relevante e recente publicação neste sentido é a de Loder e Jung (2009), composto de quatro análises empíricas sobre conversação institucional.

Historicamente, a ACE encontra raízes em pesquisas de cunho sociológico (vide a etnometodologia, que em certa medida foi uma resposta contundente à vertente estrutural-funcionalista). Entretanto, no curso de seu desenvolvimento não se restringiu às ciências sociais tradicionais, transitando também nos campos da linguística e, sobretudo, da sociolinguística interacional. Sua aplicação no campo da comunicação, contudo, não é facilmente encontrada, uma vez que nesta área do conhecimento ainda se dedique muita atenção, quando não exclusivamente, ao que pode ser interpretado como comunicação de massa.

4.2 SISTEMÁTICA ELEMENTAR DE TURNOS DE FALA

Dentre os mecanismos subjacentes à fala em interação social postulados pela ACE, o sistema de turnos pode ser considerado o mais importante, tendo em vista sua pretensa abrangência universal. Este sistema resume sucintamente a ideia inicial de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) de conceber um modelo de análise paralelamente independente e sensível ao contexto particular em que é produzido, uma vez que a mecânica dos turnos adequa-se a qualquer situação social interativa, enquanto que localmente produzida. Grosso modo, a sistemática elementar concebida pelos supracitados autores refere-se ao esquema de troca de turnos de fala no curso de uma comunicação verbal/não-verbal, levando em conta para isso uma série de componentes e regras flexíveis que estruturam sequencialmente a interação.

O primeiro componente abordado por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) diz respeito à “construção do turno”. O turno é o momento em que o participante de uma conversa detém a palavra e expressa uma parcela de seu conteúdo subjetivo, fazendo-o por meio de sentenças sintagmáticas, lexicais ou gestuais. Todo turno tem início e fim, geralmente delimitados pela proximidade de um “local relevante para a transição”. Com isso os autores exploram o segundo componente, que é o da “alocação de turnos”, que diz respeito ao momento em que um novo turno será produzido, seja por outro participante da conversa, seja pelo falante corrente. “A transferência da vez de falar é coordenada em relação a tais lugares relevantes para a transição, aos quais chegará qualquer ocorrência de qualquer tipo de unidade” (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974).

Em ocasião de um lugar relevante para troca de turnos, um conjunto de regras é aplicado para definir as condições sobre as quais será produzido o próximo turno. A

primeira regra é “falante corrente seleciona o próximo”, quando aquele que produz o turno, ao seu término, escolhe outro participante para dar prosseguimento à conversa. A segunda regra é da “auto-seleção”, que ocorre quando um participante da conversa, independentemente se foi previamente selecionado ou não, se coloca como falante. A terceira regra é “falante corrente continua”, que, como o próprio nome diz, refere-se ao ato do falante atual dar prosseguimento ao seu turno, mesmo após a passagem de um local relevante de transição, normalmente marcado por um período de silêncio. Uma quarta regra adicional determina que as três regras anteriores deverão ser reaplicadas no próximo lugar relevante para transição, estabelecendo assim seu aspecto cíclico.

Ao analisar factualmente a ocorrência destes componentes e conjunto de regras, os autores perceberam diversos outros detalhes normais à conversação. Uma delas é a naturalidade da sobreposição de turnos, isto é, de que em condições comuns a transição de turnos ou mesmo sua corrente produção por um falante são marcados por sobreposições de fala produzida pelos demais participantes. A sobreposição é ocasionada, entre outros fatores, quando a comunicação é estruturada basicamente sobre a regra da auto-seleção, pois nesta condição o próximo turno será produzido por aquele que mais rapidamente tomar para si o direito de fala. O número de participantes também tende a afetar neste aspecto, já que quanto mais falantes houver, maiores as chances de ocorrer sobreposição. Um encontro com quatro ou mais participantes, por sua vez, já propicia uma situação em que podem ocorrer conversas paralelas com tópicos distintos.

No curso da interação, são comuns algumas práticas comunicativas que restringem a sobreposição de turnos e proporcionam o mínimo de ordenação à conversa, impedindo sua dissolução. Uma delas é formação de pares adjacentes, em que um participante da conversa seleciona o próximo através de uma pergunta, uma expressão ou enunciado que, normativamente, requer uma resposta esperada. Há também mecanismos de reparo empregados de modo a coibir a fala simultânea. As técnicas colocadas em práticas são variadas e envolvem, entre outras coisas, a realização de perguntas-apêndices (né? certo? não acha? concorda? etc.), seleção de identidades sociais (quando se dirige uma elocução não somente a uma pessoa, mas para uma categoria social mais ampla) ou mesmo começar o mais cedo possível uma elocução de maneira a se antecipar dos demais participantes.

Neste sentido, a ACE dispensa como unidades de análise etapas estanques como fala e escuta, valorizando assim a construção interacional em turnos no qual os participantes desempenham múltiplos papéis que não se limitam a categorias como

emissor ou receptor. Tal abordagem é própria de um corrente intelectual que observa a comunicação como um fluxo circular que só pode ser interpretado de uma perspectiva interacionista. A importância do turno, portanto, reflete o modelo teórico e metodológico proposto pela ACE e constitui na unidade básica de sua análise justamente por ser entendida como enunciados construídos em interação.

Este prisma metodológico acerca dos turnos de fala permite vislumbrar a estruturação interacional em um dado local e um dado contexto com relativa isenção do conteúdo da conversa em si, dos significados que são trocados, dos símbolos que são compartilhados. Como base, é tomada a conversação cotidiana para demonstrar de que forma a comunicação humana constrói-se sequencialmente a partir de alocações de turnos. Neste sentido, alterações no sistema de turnos da conversação cotidiana pode implicar em processos comunicativos de caráter institucionalizado. Cerimônias de casamento, por exemplo, são formatadas segundo regras implícitas de que um sacerdote irá conduzi-la e apenas em momentos pontuais os noivos serão “convidados” a expressar, um de cada vez, seus votos matrimoniais. Neste exemplo o que é transformado substancialmente não é apenas o conteúdo da comunicação (o estabelecimento de laço matrimonial entre duas pessoas), mas especialmente seu sistema de turnos: fala um de cada vez, há a presença de um líder (religioso) que coordena a comunicação, não são permitidas intromissões ou sobreposições de fala, há uma audiência que a princípio não tem o direito de se manifestar, etc. Pode ser distinguido neste ponto aquilo que os autores chamaram de turno alocado e turno pré-alocado. O primeiro retrata turnos que são conquistados no interior da própria interação, ao passo que o segundo é alocado previamente pela organização da conversa, sendo o turno uma questão de direito ou dever.

Percebe-se com isso que a ACE está também interessada em encontrar evidências macrossociológicas que expliquem o funcionamento da comunicação e seus efeitos em âmbito social; pode ser adequada para revelar o que, do ponto de vista interacional, transforma-se nas mais diversas organizações de fala se comparadas ao padrão da conversa cotidiana. Em outras palavras, que características o sistema elementar de tomada de turnos assume no interior de organizações específicas da comunicação. Por isso, como dito inicialmente, a ACE tem tanto um potencial de abstração genérica como de aplicação particular, pois ela trabalha em duas camadas: a primeira refere-se à conceitualização universal de turno, definindo um modelo de

análise, a segunda refere-se a como estes turnos são produzidos na realidade em contextos particulares, gerados no próprio ato da interação.

4.3 CONCEITOS CENTRAIS: SEQUENCIALIDADE, ADJACÊNCIA E REPARO

Considerando-se que a ACE não centra sua análise a partir de um modelo polarizado de comunicação em que há categorias fixas como emissores e receptores, ou falantes e ouvintes, empenhados em produzir e receber mensagens linearmente, mas que antes compreende o processo comunicativo humano como essencialmente interacional, em que tais papéis são trocados a todo instante, então se torna claro o motivo que a levou a eleger os turnos e suas trocas como unidade básica da conversação. Estes turnos, como se pode observar, ocorrem na conversação cotidiana em decorrência do intercâmbio inerente à comunicação, pressupondo-se que é natural a troca constante dos papéis de falantes e ouvintes no curso de um diálogo, seja ele institucionalizado ou não. Contudo, atenta-se para o fato de que estes turnos só podem servir à análise da ACE se forem interpretados como resultados de uma sequencialidade maior, isto é, de que o turno a ser produzido seguidamente deve manter um vínculo com os turnos que foram produzidos anteriormente.

A noção de sequencialidade em ACE é de grande importância, pois os turnos e suas trocas geralmente correspondem a uma estrutura comunicacional (ou um contexto) que é produzido de maneira sequencial. Isso acontece justamente devido ao caráter interacional da comunicação, no qual uma fala deve estar relacionada à fala previamente estabelecida para que faça sentido no interior de uma conversa. Caso não fosse assim, os participantes de uma conversa não poderiam manter a intersubjetividade no processo comunicativo, uma vez que cada um estaria produzindo turnos à parte do que foi dito anteriormente sem se manter a uma linha de raciocínio mútuo. Arrisca-se afirmar que a ausência de sequencialidade pode mesmo eliminar a comunicação. (LODER, SALIMEN E MÜLLER, 2008)

Portanto, no decorrer de uma conversa é muito comum ocorrerem restrições ao que pode ser dito após determinado turno. Certamente que isso não é sempre evidente para os participantes, pois em geral estes estão mais interessados no conteúdo da conversa em si do que em sua estrutura subjacente. No entanto Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) já haviam percebido que uma fala pode muitas vezes – e assim o faz na grande maioria dos casos – estabelecer limites ao que será dito na sequência, quando

outro participante tomar o turno de fala. Por exemplo, a uma pergunta é aguardada uma resposta, a um convite é aguardado um aceite/recusa, a um cumprimento é esperado uma retribuição do cumprimento (positiva ou negativa), e assim por diante, sendo a subversão destas práticas passíveis de reparo (ver sobre reparo mais a frente). Há também uma limitação ao próprio conteúdo da conversa. Se um participante tece um comentário sobre a conjuntura política nacional do momento, é esperado que outro participante responda a este comentário mantendo-se ao assunto em voga, e não transitando abruptamente para um tópico acerca da vitória de seu time de futebol no campeonato regional, muito embora isso possa ocorrer sem qualquer impedimento.

Nesta ideia de limitação sequencial numa dada conversa é que se centra a noção de pares adjacentes. Segundo a ACE, os pares adjacentes são turnos enlaçados no qual a primeira locução restringe a produção do turno seguinte, podendo ser interpretadas como uma unidade na conversação. Os exemplos acima da pergunta, do convite e do cumprimento retratam o que há de mais comum em quesito de adjacência. O fator que a rege é a relevância condicional, isto é, dado uma primeira elocução, a seguinte é esperada. (LODER, SALIMEN E MÜLLER, 2008)

Importante atentar para o fato de que a sequencialidade e a adjacência são características normais de uma conversa, mas não se tratam de regras determinísticas que regulamentam a realidade da comunicação. Ora, é muito comum que um turno produzido para se obter uma reação prevista não alcance o resultado esperado ou que mesmo seja ignorado pelos demais participantes. Simplesmente uma pergunta pode não ser respondida, um comentário pode não ser devidamente compreendido por outros participantes, um convite pode ser deixado de lado, nem aceito nem recusado. Há também a constante probabilidade dos participantes de uma conversa depararem-se com momentos em que a intersubjetividade é ameaçada. Uma elocução pode não ser devidamente escutada, algum comentário pode ser interpretado de forma diferente da qual deseja seu enunciador, um objeto significativo para um pode não significar algo semelhante para outro, enfim, uma série de eventos pode comprometer a compreensão mútua em uma comunicação.

Identificando essas possíveis falhas de comunicação, a ACE propôs os “mecanismos de reparo”. Schegloff, Jefferson e Sacks⁵ (apud Loder, 2008), devido à necessidade tácita de se resolver eventuais problemas que colocam em risco a

⁵ SCHEGLOFF, Emanuel; JEFFERSON, Gail e SACKS, Harvey. *The preference for self-correction in the organization of repair in conversation*. *Language*, Baltimore, vol.53 n°2, pp.361-382.

intersubjetividade na interação, os próprios participantes empregam meios para que correções apropriadas sejam feitas. Na ocasião do reparo, o tópico da conversação é interrompido para que seja efetuado o conserto, que normalmente resume-se a perguntas locais, entonações e gestos de dúvida ou correções realizadas por um interlocutor que identificou o erro. Ressalta-se que tais erros apenas o são para os participantes de uma conversa, não cabendo ao pesquisador relatá-los. Assim a ocorrência de equívocos gramaticais, de competências ou de conhecimentos serão apenas tratados como tais enquanto forem percebidas pelos interlocutores.

O processo de reparo envolve dois estágios, o da iniciação e o do resultado. Estes dois estágios podem acarretar em múltiplas trajetórias de correção⁶. Em geral, o reparo é iniciado quando um participante não compreende o que outro quis dizer, utilizando para isso expressões como “hã?” ou “o que?”, por exemplo, cabendo ao autor do suposto equívoco a função de retomar o turno e repetir ou corrigir sua fala. O próprio detentor do turno também pode auto-identificar uma falha em sua fala e corrigi-la sem a necessidade de outro dar início ao reparo, sendo ele o cumpridor da iniciação e resultado. Contudo, há também o reparo que é iniciado e levado a cabo pelo participante que identifica o equívoco do outro. Geralmente isso ocorre quando o participante que inicia e realiza o reparo detém um conhecimento ou informação que o outro não possui, sendo apto a corrigi-lo. A despeito dos múltiplos encaminhamentos de reparo proporcionados pelas etapas de iniciação e resultado, é importante aqui ressaltar que elas originam-se principalmente em situações em que 1) um falante percebe uma falha na sua fala e toma a iniciativa de se corrigir (reparo iniciado e levado a cabo pelo falante da fonte do problema); 2) um falante percebe falha em sua fala, mas é corrigido pelo outro (reparo iniciado pelo falante da fonte do problema e levado a cabo pelo outro; 3) um interlocutor identifica falha no turno de alguém e produz um turno de iniciação de reparo, geralmente em forma de pergunta (reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo falante da fonte do problema; 4) um interlocutor identifica a falha no turno de alguém e ele mesmo produz a iniciação e o resultado do reparo (reparo iniciado e levado a cabo pelo outro). Esta última trajetória de reparo geralmente ocorre quando o participante que identifica a falha e a corrige detém um conhecimento ou informação que o falante da fonte do problema desconhece. Como se verá, isso será bastante comum nas análises do MPRSC, uma vez que as reuniões do núcleo gestor contam com

⁶ Para um entendimento mais detalhado sobre a variedade de trajetórias de reparo e as múltiplas combinações de iniciação e resultado, conferir Loder (2008) e Schegloff, Jefferson e Sacks (1977).

integrantes de diferentes estoques de conhecimento institucionalizados que negociam sentidos, significados e rotinas de trabalho.

4.4 CONVERSAS INSTITUCIONAIS

Como mencionado anteriormente, a ACE não se restringiu às conversações cotidianas, mas também estendeu suas análises para formas de conversas institucionalizadas. A diferença entre uma forma e outra, segundo Drew e Heritage⁷ (apud Corona, 2009) é que, enquanto a primeira encontra-se livre de regras quanto à produção de turnos e não tem uma finalidade social específica a não ser o próprio diálogo e a ação social dele resultante, a segunda se depara com circunstâncias limitadoras quanto à alocação de turnos e sua sequencialidade, metas e objetivos práticos, ou seja, limita a interação em um sentido pragmático. Nos textos organizados por Loder e Jung (2009) há exemplos de conversação institucional em salas de aula em que o professor, cumprindo seu papel social de transmitir conhecimento aos alunos, estabelece com eles uma relação assimétrica no sentido em que detém o monopólio dos turnos ou os pré-aloca de acordo com suas finalidades pedagógicas (quando faz perguntas aos alunos de modo a avaliá-los, quando seleciona um aluno para fornecer uma determinada resposta, quando determina que eles devem apresentar um conteúdo aos demais alunos, quando lança mão de procedimentos de reparos para corrigi-los, etc.). Outros exemplos encontrados na literatura dizem respeito às relações entre médicos e pacientes, entre entrevistadores e entrevistados, entre juízes, promotores, defensores, réus e testemunhas. Nestes tipos de conversação os turnos seguem algumas regras específicas, especialmente no que diz respeito aos pares adjacentes de perguntas-respostas (HERITAGE, 1997).

No entanto, a postura etnometodológica da ACE encaminha-se no sentido de evitar qualquer teorização a priori a respeito dessas formas institucionalizadas de conversação. Acredita-se que esta é um aspecto fenomenológico herdado por Garfinkel (1962) e seus seguidores. Embora seja possível pressupor a meta social de um professor, o contexto da sala de aula é somente gerado no fluxo interativo ali presente e o pesquisador deve limitar sua análise àquilo que está sendo produzido pelos participantes

⁷ DREW, Paul e HERITAGE, John. *Analyzing talk at work: na introduction*. In: DREW, P e HERITAGE, J. (orgs.). *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992

da conversa, eximindo-se de categorizações ou teorias que expliquem previamente a estrutura da sala de aula. Mais importante, portanto, é identificar de que maneira os atores sociais envolvidos produzem um ambiente de conversação institucionalizado e como este funciona para eles. Por isso qualquer categoria ou identidade social só se torna relevante se forem relevantes para os participantes. “Para a ACE, o contexto e a identidade dos participantes são dinâmicos e dependentes de ações que os interlocutores co-constroem a cada momento” (CORONA, 2009, p.16)

De acordo com Drew e Heritage (apud Corona, 2009), três características principais pautam a fala institucional: i) orientação para o cumprimento do mandato institucional, ii) restrições às contribuições aceitas e iii) inferência de enquadres e procedimentos. A primeira diz respeito às metas e objetivos sociais de uma determinada instituição, sendo que nelas as conversações são dirigidas de modo a concluir tarefas e produzir resultados. Nas conversações, contribuições que não estejam alinhadas ao objetivo tácito da instituição tendem a ser interpretadas como inapropriadas pelos participantes. A segunda refere-se aos limites especiais e particulares que servem para validar uma contribuição dentro da conversação. Num debate político televisionado, por exemplo, um candidato não tem permissão de interromper a fala de seu adversário no momento em que este está com seu turno alocado, mas deverá aguardar até que seu turno de fala chegue a fim de desenvolver uma réplica ou tréplica. A terceira está relacionada aos procedimentos particulares a contextos institucionais específicos. Tomando novamente o exemplo do debate político, os participantes são enquadrados numa situação em que suas falas são conduzidas por meio de regras bastante específicas: cada um fala de uma vez, cada fala tem um tempo máximo para ser concluída, os temas a serem debatidos são previamente estabelecidos, o mediador representa uma autoridade e pode solicitar que o microfone de um candidato seja desligado caso este rompa com uma das regras, etc.

Percebe-se então que em âmbitos institucionais o sistema de turno de falas sofre visíveis alterações quando comparado às conversas cotidianas nas quais não existem regras, restrições ou propósitos sociais bem delimitados, uma vez que elas ocorrem livres de constrangimentos estruturais. Em casos institucionais, não apenas a sequencialidade dos turnos em si enquadra-se em um contexto limitante, mas também a construção do turno – que será avaliada de acordo com sua pertinência ao contexto da interação –, a autoridade para realizar reparos e correções e o sentido de pares-adjacentes como perguntas-respostas. Em muitos casos, o modo como ocorrem as

conversações institucionais refletem relações de poder subjacentes à interação. Um professor que detém a autoridade de alocar turnos entre seus alunos, corrigi-los, repará-los e avaliá-los em sequências de perguntas-respostas verbais está produzindo uma óbvia relação de poder dentro da sala de aula. Neste sentido, a ACE de cariz institucional também procura analisar de que forma determinadas relações de poder co-construídas pelos participantes penetram na interação produzida em dado contexto.

Na tradição da ACE em conversas institucionais tenta-se observar simetrias e, especialmente, assimetrias entre os participantes. Os diferentes níveis de poder, competência e conhecimento (desde que compreendidos pelos participantes de uma interação) encontram-se na base das relações institucionais e são constantemente reproduzidos nas conversações a elas relacionadas. Já exploramos o exemplo da sala de aula. Outros objetos comuns a ACE também são as relações entre médicos e pacientes e entre jornalistas e fontes. Em ambos os casos, a primeira parte (médico e jornalista) estão ancorados em estruturas institucionais que os capacitam e o legitimam no cumprimento de uma dada tarefa. Estes profissionais, numa conversação, estão autorizados a iniciar turnos e pares-adjacentes em formatos de pergunta-resposta com a meta social de elaborar um diagnóstico (médico) ou extrair uma informação para uma reportagem (jornalista). Geralmente a segunda parte (paciente e fonte) compreende este processo e aceita a relação assimétrica da conversação. No entanto, isso não os impede de tentar reverter o quadro e começarem a elaborar perguntas em vez de respostas. Naturalmente, se isso acontecesse, uma situação de conflito poderia vir à tona. Ao perceberem que a relação pode não se encaminhar para o resultado institucional esperado (diagnóstico ou extração de informação), médico e jornalista poderiam abortar a conversa, uma vez que ela não estaria circunscrita a uma meta social de cariz institucional.

[...] contrastando a interação cotidiana com a interação institucional, observa-se que, de fato, enquanto as (as)simetrias entre os participantes de interações cotidianas é sempre provisória e tende a sofrer modificações à medida que a conversa avança e os participantes passam de uma ação para a outra, a (as)simetria entre participantes de interações institucionais, embora seja também co-construída pelos participantes a cada momento, parece estar mais atrelada às identidades de profissional e cliente da instituição e às possibilidades e limitações vinculadas a cada uma dessas posições interacionais (CORONA, 2009, p.38).

Destacam-se dois termos utilizados acima: “profissional” e “cliente”. Nota-se que as análises de conversas institucionais, videntes os exemplos citados até aqui, enquadram a análise sobre interações onde o grau de institucionalização se dá de forma vertical. Ou seja, as relações institucionais analisadas pela ACE em geral enfocam momentos em que a institucionalização se concretiza no ato interacional quando há um ator associado à instituição no desempenho de seu papel, na efetivação de seu conhecimento, quando em contato com outro ator desprovido de competências restritas a tal instituição, embora este esteja compartilhando de um contexto institucional. O vínculo institucional do “cliente”, neste caso, constitui em sua condição de receptáculo das normas institucionais promovidas pelos “profissionais”, não cabendo a ele reger, questionar ou até mesmo produzir as rotinas institucionais sobre as quais está enquadrado. Ora, é evidente que análises neste sentido esclareçam as assimetrias e relações de poder construídas nas interações sociais, mas por outro lado não levam em consideração configurações institucionais distintas onde as relações de poder e assimetrias não se apresentam tão evidentes. Relações institucionais não se limitam a relações entre profissionais e clientes, mas podem também envolver profissionais de instituições distintas. Nestes casos, as assimetrias não são verticais, mas horizontais. Elas variam no curso das interações, tal como muitas vezes ocorre em conversas cotidianas.

O caso do MPRSC, não obstante em configurar o objeto de pesquisa deste trabalho, serve também como ilustração. As conversações do núcleo gestor deste grupo cristalizam claros objetivos e metas de caráter institucional. Atores sociais das três instituições que o compõem (MP-PR, SEED e GRPCOM) encontram-se para definir as diretrizes do grupo, produzir decisões coletivas, distribuir tarefas, promover eventos e encontros públicos, ou seja, articulam uma mobilização política contra a corrupção a partir de uma esfera institucional (Estado-governo-empresa privada). No entanto, como se verá na análise dos dados mais adiante, as relações de poder e as assimetrias objetivadas nas interações não seguem em um único vetor, tal como ocorre nos exemplos citados ao longo deste capítulo. Os participantes das conversas no contexto do MPRSC, ao desempenharem papéis específicos correspondentes às suas instituições de origem, constroem um ambiente interacional em que as relações de poder e assimetrias de conhecimento não são estanques, mas dinâmicas e movediças. A isto está associada a ausência de um conjunto de regras rígidas para modelar o sistema de tomada de turnos: todos têm permissão para falar, não há um agente responsável em alocar os turnos, as

perguntas não se efetivam em um único sentido e os tópicos são flutuantes, embora sejam quase sempre relacionados aos interesses centrais do grupo. Ora, há uma clara semelhança com as conversas cotidianas, mas tais reuniões são estabelecidas com a finalidade de cumprir algumas metas sociais específicas vinculadas às instituições que as compõem. Os turnos, as competências institucionais, assimetrias e possíveis relações de poder são *negociadas* periodicamente nestes encontros e essa negociação não é vista como uma ruptura pelos participantes (como por ventura poderia ser, por exemplo, num relacionamento entre professor-aluno).

Posto que a ACE configura-se como um método adequado para se extrair e analisar dados das interações, ela será aqui empregada no estudo das conversações entabuladas pelos atores que compõem o núcleo gestor do MPRSC. O propósito com isso, a partir do ferramental concebido por tal abordagem metodológica, é averiguar no curso sequencial das trocas de turnos – na interação propriamente dita – a forma como o processo interno de comunicação do grupo organiza seu enquadramento coletivo, partindo do pressuposto que tal enquadramento coletivo é resultante de intersecções de enquadramentos individuais empiricamente observáveis nas conversas. Em hipótese, estas conversas, nas quais os enquadres individuais entram em contato, irão evidenciar as diferenças institucionais entre os atores e se há ou não produção de consensos coletivos diante de disparidades acerca dos estoques de conhecimento veiculados pelos atores no desempenho de seus papéis sociais.

5 INVISIBILIDADE DA CORRUPÇÃO

A coleta de dados desta pesquisa ocorreu entre dezembro de 2012 e junho de 2013, período em que o MPRSC buscava estabelecer o planejamento do ano (2013) e solidificar suas atividades junto às escolas da rede pública estadual. Durante este intervalo, o grupo realizou quatro reuniões do núcleo gestor, todas registradas em áudio (um total de oito horas de gravação), cujos trechos considerados mais relevantes serão expostos ao longo deste capítulo. Em geral, os encontros trataram da produção de um evento de encerramento referente ao ano de 2012, plano de atividade e metas para 2013 e tentativas de aproximação mais consistente do MP-PR com a SEED. Buscou-se com esse recorte a aquisição de amostragens que permitisse a análise da formação de enquadramento coletivo com características institucionais bem delineadas.

Nesta análise foram investigados três aspectos acerca da composição do enquadramento coletivo do grupo: sua fragmentação institucional; as relações de poder assimétricas e movediças em virtude desta fragmentação; e forma como os atores buscam realizar encaixes de suas estruturas a fim de proporcionar operações coletivas. Buscou-se nas sequências de turnos evidências empíricas que sustentassem as lucubrações ensejadas neste capítulo.

Antes de se dar início à análise dos dados, vale indicar algumas das convenções utilizadas em ACE para que o leitor não familiarizado com este tipo de transcrição tenha condições de continuar. A princípio, transcreve-se as falas dos participantes da mesma forma como foram produzidas, sem levar em consideração normas gramaticais, uma vez que importante à análise são os mecanismo interacionais que são mais facilmente captados pela transcrição literal. Geralmente, cada trecho conta com três colunas: a primeira indica os números das linhas, a segunda o ator que produz o turno de fala (neste caso colocou-se a instituição a qual ele pertence, seguido de uma letra alfabética associada ao participante que produz o turno) e, por fim, uma terceira coluna na qual figura o conteúdo linguístico manifesto. Há também o uso de símbolos⁸ que indicam entonações, prolongamentos, sobreposições de fala e demais elementos conversacionais que excedem o conteúdo verbal da fala.

⁸ Os símbolos de transcrição utilizados neste trabalho são:

[] (colchetes): fala simultânea ou sobreposta

= (sinal de igual): elocuições contíguas

(.) (ponto entre parênteses): micropausa, 2/10 de segundo

(2,4) (número entre parênteses): medida de silêncio em segundos e décimos de segundo

:: (dois pontos): prolongamento de som

Nunca (sublinhado): sílaba ou palavra enfatizada

Para manter o anonimato dos atores, optou-se por representá-los em letras, destacados com caixa alta e negrito, de modo a evitar confusões na leitura do texto. Uma letra sempre representa um determinado ator, ou seja, a mesma pessoa.

5.1 CADA UM NO SEU QUADRO

No dia 07 de dezembro de 2012, os membros do MPRSC se reuniram para discutir os encaminhamentos operacionais a serem dados ao II Encontro Movimento Paraná sem Corrupção, que seria realizado no dia 13 de dezembro do mesmo ano. Nesta reunião, o núcleo gestor do grupo buscava definir a ordem das falas, palestras e apresentações a serem executadas no encontro, bem como as atividades que seriam desenvolvidas junto aos parceiros, apoiadores e demais profissionais pertencentes ao movimento. Em geral, a estrutura dos encontros oficiais do MPRSC consiste em uma sequência de exposições orais, protagonizadas por lideranças, autoridades e apoiadores majoritários do grupo, a uma audiência composta basicamente por promotores e profissionais da educação (professores, diretores de escolas e funcionário da SEED).

A proposta do II Encontro era apresentar a todos os envolvidos os resultados alcançados em 2012, coletar ideias que pudessem ser aplicadas e expor os caminhos a serem percorridos em 2013. No trecho abaixo, integrantes do MPPR e do Instituto GRPCOM conversavam sobre como deveria ocorrer a fala de **E** (MPPR) na abertura do encontro, dado que ele é o coordenador geral do MPRSC e seria um dos primeiros a fazer sua exposição, responsável, portanto, por dar o início às atividades do dia. Falava-se previamente que **E** deveria explicar os quatro eixos da campanha prevista para 2013, a saber: protagonismo, transparência, combate à violência e rede de proteção, todos inseridos no tema “Cidadania: direitos e deveres”⁹. Durante este excerto da conversação, explicita-se a separação institucional do grupo, uma vez que **E** é orientado a falar genericamente sobre os quatro eixos sem trazer interpretações segmentadas sobre eles. Os próprios participantes estão cientes desta divisão de conhecimentos institucionalizados, embora não utilizem esses termos.

01 GRPCOM-G Aqui o doutor **E** vai falar, explicar, cada um
 02 destes quatro eixos na primeira fala relacionando
 03 ao movi[mento]
 04 MPPR-E [É aí eu vou ter um pouco de dificuldade

⁹ Como dito anteriormente, estes tópicos foram decididos em reuniões anteriores ao recorte temporal deste estudo.

05 porque, pra mim, esses quatros eixos tem uma (.)
06 eu tenho uma interpretação destes quatro eixos.
07 Vocês têm outra (.) [a secretaria tem outra
08 GRPCOM-C [Sim, mas explicar neste
09 sentido que estes temas vão ser tratados sob a
10 ótica da educação, sob a ótica do ministério
11 público, sob a ótica da comunicação.
12 MPPR-A Eu acho assim, doutor (.) tudo nós temos que
13 relacionar ao movimento e ao que ele veio que é o
14 combate à corrupção (.) então, por exemplo, a
15 transparência não tem dificuldade nenhuma (.) mas
16 onde entra rede de proteção e violência?[Falta de=
17 GRPCOM-C [Falta de
18 dinheiro
19 MPPR-A =política pública e desvio de dinheiro (.) que
20 conseqüentemente acarreta em problemas sociais que
21 a gente enfrenta (.) então assim a ponta do ice
22 berg é a violência mas lá embaixo tem toda uma
23 falta de estrutura e de desvio e até de de (.) de
24 um mau uso do dinheiro público que (.) que
25 ocasiona esse mal social (.) aí onde entra o
26 protagonismo? Onde a gente vai relacionar todo
27 esse [esforço de exercitar
28 GRPCOM-C [Direitos e deveres, [cidadania, exercício da=
29 MPPR-A [I::sso é::
30 GRPCOM-C =cidadania (.) é isso
31 MPPR-E E onde é transparência é [pra gente poder
32 [É na verdade os temas se
33 encaixam [
34 GRPCOM-G [Ou o doutor **E** dá uns
35 exemplos porque senão o pessoal também viaja
36 porque como parece meio subjetivo a pessoa pode
37 dar uma viajada e sair [do (.) he he
38 GRPCOM-C [É dá uma explicada sobre o
39 que que se pensa [sobre cada um
40 MPPR-E [É isso eu posso fazer mas eu não
41 tenho condições de relacionar isso com tanta
42 facilidade com o Ler e [Pensar ou ao...
43 GRPCOM-G [Nã::o
44 MPPR-A [Não é i:::sso
45 GRPCOM-C [Nã::o de jeito nenhum (.)
46 tem que ser absolutamente genérico
47 MPPR-A Não é nem para relaci[onar
48 GRPCOM-C [Nem deve.
49 GRPCOM-G A pessoa que é da área que faça a relação de
50 acordo com a explicação temática
51 MPPR-E Então não preciso ter essa preocupação?
52 GRPCOM-C Não (.) só vai ter que explicar sobre a ótica de
53 cada um deles

Nas três primeiras linhas, **G** (GRPCOM) comenta que na fala inicial de **E** serão tratados os quatro eixos da campanha e, logo em seguida, ele replica dizendo que cada instituição tem uma interpretação diferente sobre cada um dos eixos, indicando que teria dificuldade para tratar todos de um ponto de vista único, ou seja, que desse conta de abranger educação formal, promotoria e comunicação em uma única fala. Já neste momento identifica-se um tratamento diferenciado ao promotor **E**, que é chamado de

“doutor” pelo seu interlocutor, que pode ser aqui interpretado como símbolo de distinção social. Na linha 8, **C** começa a repará-lo, afirmando que **E** deveria apresentar uma visão genérica sobre os eixos e dizer que eles seriam apresentados sobre “ópticas” diferentes e não tratados de forma particularizada. Entre as linhas 12 e 27, **A** (MPPR) envereda em um discurso sobre as causas da corrupção e tenta assessorar **E** no sentido de apresentar-lhe um viés de análise que poderia servir de mote para sua fala no encontro. Na linha 40, **E** retorna com sua dúvida e dá um exemplo específico ao mencionar o Ler e Pensar, que é um projeto do GRPCOM. Em resumo, seu questionamento consiste em saber se precisa discursar sobre os quatro eixos já tomando como base o conhecimento institucionalizado dos outros atores. Imediatamente, entre as linhas 43 e 48, **E** é reparado enfaticamente pelos demais participantes interlocutores, sendo neste ponto estabelecido que ele só deve fazer uma apresentação global sobre o tema-chave da campanha e seus quatro eixos aparelhados. Nas linhas 49 e 50, **C** (GRPCOM) encerra a preocupação de **E** e aventa a tese de que cada indivíduo, tomando como partida seu papel social, irá fazer a relação a partir do que for apresentado.

Um importante fator começa a ser clarificado aqui: há uma fragmentação institucional no MPRSC que é captada nas suas microrrelações. Essa fragmentação é percebida e compreendida pelos membros, posto que o trecho acima expõe dúvidas do próprio coordenador e dos demais membros do grupo quanto às múltiplas interpretações possíveis acerca dos eixos de trabalho. Embora se admita que protagonismo, transparência, combate à violência e rede de proteção são assuntos relacionados e que, para os envolvidos na questão, têm a ver com a matéria da corrupção e podem ser unificados em uma visão macro, é tácito entre eles que tais eixos serão trabalhados de acordo com procedimentos diferentes, isto é, a partir de ferramentas oriundas de instituições diversas. Encontra-se, no aspecto operacional, a divisão básica entre as instituições.

O turno de fala de **A**, que toma as linhas 12 a 27, centra-se na ideia de como cada eixo pode ser relacionado à corrupção, que é o adversário político (e cultural) do grupo. É uma proposta genérica de abordagem para a fala de **E** que ao mesmo tempo escapa de análises institucionalizadas particulares e apresenta um panorama geral acerca de como os problemas sociais mencionadas derivam de atos corruptos da sociedade e do poder público. Para além das questões operacionais e institucionais, **A** oferece uma via explicativa para que **E** inicie seu discurso sem que precise esbarrar nos limites institucionais do grupo.

O rápido e enfático procedimento de reparo executado por atores do GRPCOM nas linhas 43 a 48 logo determinam que **E** deve fazer uma apresentação genérica e evitar entrar em searas que não são de sua alçada. Em suma, isso significa que ele não deve postular em sua apresentação qualquer conteúdo específico das áreas da SEED e do GRPCOM, pois essas duas instituições também serão representadas no encontro por outros atores que terão seus momentos de fala e apresentação. Sendo assim, apesar de **E** ser a liderança oficial do grupo, ele não tem apoio e autorização dos demais para falar sobre interpretações e procedimentos que escapam do escopo do MPPR – a propósito, esta era apenas uma preocupação sua e não um desejo explícito. Nota-se, portanto, que a fala inicial do II Encontro, a ser executada por **E**, foi condicionada e decidida previamente por conta de assimetrias institucionais.

O caráter institucionalizado do MPRSC e sua configuração *top-down* – um esquema de mobilização política que surge em esferas institucionais (públicas e privadas) e se dirige a outras camadas da sociedade – reflete constantemente a diferença de papéis sociais dos atores envolvidos e situações de desconhecimento de uma instituição com relação à outra. Uma vez que os papéis não são definidos no interior do próprio desenvolvimento coletivo do grupo, mas antes advêm das estruturas sociais que o compõem, é comum que os atores desconheçam nomes e funções de pessoas que eventualmente irão representar algum papel dentro do MPRSC. Isso ocorre porque as lideranças ou os atores de referência do grupo não surgem no curso da própria mobilização social, no qual os participantes definem entre si quem serão seus representantes. Antes, os líderes ou nomes de referências despontam a partir do papel institucional que eles sustentam em suas instituições de origem. No caso do MPRSC, tais nomes de referência surgem primeiramente em uma das três instituições principais do grupo e depois passam a ocupar um papel no movimento como um todo.

Ainda na reunião do dia 07 de dezembro, com relação aos expositores do II Encontro, o trecho abaixo se refere a qual ator irá representar o GRPCOM em seu momento de fala no evento. A escolha, previamente tomada pelos membros da empresa de comunicação, se baseia no papel social que o ator selecionado desempenha em sua instituição de origem que como se verá, é de diretor geral da RPCTV. Nota-se como o papel do nome de referência que irá representar o GPRCOM – e que portanto assumirá também um papel de liderança momentâneo dentro do MPRSC – é desconhecido pelo membros do MPPR.

01 MPPR-E Bom a tarde o Guilherme não vem né? (.) nem a
02 Ana Amélia né?
03 GRPCOM-C Mas vem o Eduardo [Boschetti
04 MPPR-E [Vai vir o Eduardo
05 MPPR-A É isso que eu queria saber (.) vai vir o
06 Eduardo Boschetti que [eu que eu tenho que=
07 GRPCOM-C [Que é o diretor de tevê
08 MPPR-A =escrever lá
09 MPRP-A Diretor de tevê posso colocar assim?
10 GRPCOM-C Nã:o não é diretor de te[vê é
11 MPRP-A [Num é de marketing?
12 GRPCOM-C Não (.) ele é advoga:do e é:: (.) e é o
13 diretor geral de televisão
14 MPRP-A Direto::r gera::l ((escrevendo))
15 (1,0)
16 GRPCOM-C Da RPCTV

Neste trecho os atores do MPPR desejam obter a informação sobre qual pessoa irá representar o GRPCOM no II Encontro. E procura confirmar a partir de uma pergunta (linhas 1 e 2) se Guilherme ou Ana Amélia (ambos do GRPCOM) realmente não irão comparecer e C (linha 3) afirma que não, mas que em seu lugar será Eduardo Boschetti a falar em nome da empresa. A, por sua vez, está preocupada em saber qual o cargo que Eduardo Boschetti detém no GRPCOM, pois é de sua responsabilidade certificar-se quais pessoas e suas respectivas funções que terão momentos de fala durante o encontro que está sendo organizado. A inicia um mecanismo de reparo sobre C (linha 9) de modo a confirmar a posição deste último. Logo em seguida (linha 10), C responde negativamente, dizendo não ser “diretor de TV”, mas é interrompido por A (linha 11) quando este inicia um novo par adjacente e questiona se Eduardo não é “diretor de marketing”. Finalmente, C repara A (linha 12 e 13) e esclarece qual a profissão e o cargo ocupado por Eduardo Boschetti no GRPCOM. A escreve exatamente como C lhe diz (linha 14) e obtém a informação que procurava desde seu primeiro turno de fala no trecho exposto.

Destacam-se neste trecho as sequências de perguntas e respostas (pares adjacentes) e início e resultado de mecanismo de reparo que ficam explícitos na sequencialidade dos turnos. Ao se tratar de uma ação coletiva a ser promovida futuramente (II Encontro do Movimento Paraná Sem Corrupção), os atores do MPPR utilizam destas estruturas interacionais (questionamento) para obter uma informação que é do conhecimento exclusivo do GRPCOM. Após obter a informação de que Eduardo Boschetti será o representante do GRPCOM no evento, um integrante do MPPR lança uma nova pergunta de modo a obter uma nova informação, desta vez o

cargo ocupado pelo indivíduo em questão. Este integrante sofre dois procedimentos de reparo (linhas 10 e 12) antes que a informação de conhecimento exclusivo do GRPCOM lhe seja repassada. Com isso fica evidente que, em alguns casos, a transmissão de informações entre os atores em interação decorrem de perguntas e reparos conduzidos pelos integrantes de uma determinada instituição. O conhecimento institucional de um ator social transforma-se em informação para outros atores de outro conhecimento institucional por meio de tais estruturas subjacentes à interação.

Dentro dessas sequências de perguntas-repostas e mecanismos de reparo, destacam-se no trecho novamente as assimetrias institucionais do grupo. Desta vez, tais assimetrias, que começam nas trocas de informação, refletem concretamente na escolha de nomes de referência que serão compartilhados pelos demais membros do grupo. Eduardo Boschetti, diretor geral da RPCTV, desempenha um evidente papel de liderança dentro de sua empresa, mas ele e seu papel não assumem maior importância para os membros do MPPR ou mesmo da SEED (este último sem participação no trecho analisado, mas presente na conversação). Embora o diretor venha assumir um momento de fala no II Encontro, e tal momento é destinado para lideranças do MPRSC, ele não se constitui numa liderança construída durante as atividades políticas do grupo. Trata-se sim de um nome previamente selecionado pelos atores do GRPCOM que é acatado pelos demais membros do grupo em virtude do cargo que ele ocupa na sua empresa (diretor geral da RPCTV).

Não se trata de desmerecer o diretor ou aventar a hipótese do grupo não possuir lideranças “naturais”. O que se evidencia tanto neste trecho como no trecho previamente analisado é que líderes ou representantes do MPRSC estão atrelados aos seus grupos de origem e não necessariamente estabelecem um contato sólido com o grupo. E, por exemplo, é o coordenador do MPRSC e representante do MPPR dentro do grupo, mas foi orientado a não falar sobre as atividades de outras instituições, conforme já se viu no primeiro trecho. Eduardo Boschetti, por sua vez, adquiriu um momento de fala no II Encontro e, ao menos durante o tempo que durou essa pesquisa, nunca compareceu às reuniões do núcleo gestor. Ou seja, não é um ator que toma decisões, embora tenha sido escolhido para representar o GRPCOM, uma das instituições principais do grupo. Em resumo, um representante pode ser escolhido em função do seu papel social (dentro da instituição de origem) e não necessariamente pelo seu envolvimento pessoal no projeto ou no papel que se construiu no grupo.

A formação institucional (fragmentada) do MPRSC reflete no próprio modelo de operação do grupo. De maneira geral, seu repertório de ações públicas e de mobilização social não foi desenvolvido no processo de composição do coletivo enquanto este se erigia em suas finalidades políticas. Assim como as lideranças são importadas das instituições antecedentes – bem como se observou no trecho anterior – as atividades e esquemas de funcionamento também o são.

No trecho abaixo, os membros do MPPR questionam os do GRPCOM acerca do Televisando o Futuro, um projeto pedagógico que a empresa de comunicação aplica em escolas de ensino fundamental que, em resumo, busca estimular a reflexão nos alunos a partir de reportagens televisivas produzidas pela RPCTV. Pretendia-se com isso verificar se haveria uma forma de incorporá-lo ao rol de ações do MPRSC.

01 MPPR-E Por que o público do Televisando o Futuro é
 02 mais (.) é é do do (.) ensino:: infan infantil
 03 né?
 04 GRPCOM-G Não não [é:::
 05 GRPCOM-C [ensino fundamental e [médio
 06 GRPCOM-G [Fundamental
 07 inteiro
 08 (.)
 09 MPPR-E Fund[amental
 10 GRPCOM-G [é::: primeiro ao nono ano
 11 (1,0)
 12 MPPR-E [primeiro ao nono
 13 GRPCOM-C [e o Ler e Pensar a mes:ma coisa

E acredita que o público do Televisando o Futuro é, sobretudo, formado por alunos da educação infantil (linha 1), mas ele expressa essa crença de forma insegura e pausadamente (linha 2), fechando seu turno com a pergunta apêndice “né?” a fim de obter confirmação por parte do seu interlocutor sobre a exatidão do que está falando (linha 3). Imediatamente **E** sofre reparo dos dois atores, **C** e **G**, do GRPCOM, que afirmam que o público do projeto são alunos mais velhos que do ensino infantil. Contudo, percebe-se que os turnos produzidos por **C** e **G** contêm informações diferentes: Enquanto **C** afirma que o público do projeto é constituído por alunos do ensino fundamental e médio (linha 5), **G** diz se tratar do ensino fundamental inteiro, adicionando ênfase à palavra “inteiro” (linha 7). Na sequência, confirma-se que **G** está correta, pois o termo “ensino fundamental inteiro” adquire significado de alunos do “primeiro ao nono ano” (linha 10), sendo essa informação confirmada por **C** posteriormente (linha 13).

Neste trecho os mecanismos de reparo são invocados para corrigir um equívoco relacionado às diferentes áreas de conhecimento operacional. E acredita saber do que se trata o Televisando o Futuro (ao menos no que tange ao seu público), mesmo que inseguro sobre seu próprio conhecimento a respeito do projeto. Os atores do GRPCOM seguidamente o corrigem, uma vez que são eles os detentores do estoque de conhecimento mais exato sobre o Televisando o Futuro. No curso deste reparo iniciado e levado a cabo por G e C, há ainda um novo desentendimento referente ao termo “Ensino Fundamental”. G, como forma de transmitir uma informação mais precisa sobre o público do projeto, reelabora o significado de Ensino Fundamental para alunos do “primeiro ao nono ano” e tal informação é confirmada posteriormente por C.

Essa dinâmica indica que correções e reparos iniciados e levados a cabo por membros de uma determinada instituição (neste caso GRPCOM) derivam das dessemelhanças entre os atores envolvidos e das tentativas deles encontrarem pontos em comum nos quais possa ocorrer convergência de esforços. Ou seja, não há no grupo a discussão e elaboração de práticas para atender especificamente seus participantes, demais membros associados e seu público. A produção de um projeto próprio é dificultada. Sucede-se na verdade um esquema de apropriação operacional: aquilo que uma instituição tem a oferecer, se for aproveitável e adaptável, pode constituir uma linha de ação para o grupo. No caso do Televisando o Futuro, a proposta era levar às salas de aula reportagens televisivas que tratassem sobre o tema da corrupção a partir daqueles quatro eixos já mencionados (protagonismo, violência, transparência e rede de proteção).

Portanto, a composição das ações inicia-se no reaproveitamento de repertórios de ação e projetos previamente institucionalizados que estão atrelados a estoques de conhecimento bastante específicos. Esse modelo de multiplicidade institucional, no caso específico do MPRSC, não prevê a construção de conhecimento mútuo e de operações próprias. Tais problemas de fragmentação institucional deverão ser tratados no âmbito comunicativo compartilhado (a partir de perguntas-repostas e mecanismos de reparo) até o momento em que os membros do grupo adquiram o conhecimento suficiente para poderem estabelecer as ações a serem realizadas.

O trecho abaixo ajuda a sustentar a ideia até aqui proposta. Nele os atores conversam sobre a “sinergia” criada entre as instituições do MPRSC, ou seja, a aproximação de estoques de conhecimento e repertórios de ação. O Instituto GRPCOM tem uma lista de 50 municípios onde costuma visitar os núcleos de educação para

apresentar as propostas dos projetos pedagógicos do ano, entre eles o Televisando o Futuro e o Ler e Pensar que, embora sejam ferramentas fixas, modificam o conteúdo anualmente. Discute-se aqui a participação de promotores do MPPR nos encontros entre atores do GRPCOM e os profissionais de educação que trabalham nos núcleos. Em tese, os promotores deveriam participar destes encontros para “capacitar” pedagogos a discorrerem sobre o tema da corrupção.

01 GRPCOM-C Criada essa sinergia pega a lista dos cinquenta
02 municípios vê a lista dos teus...
03 MPPR-E Cinquenta promotores
04 GRPCOM-C Dos cinquenta promotores e a gente estabelece as
05 datas e diz(.)dia dois vai ser nesse município
06 dia cinco nesse [município e a gente faz isso
07 MPRP-A [Eu acho que dá certo mas só vejo um
08 problema se você marca às três da tarde que o
09 promotor tem um júri
10 MPPR-E Não mas daí você combina antes né?
11 MPRP-A Mas então tem que [ser bem antes né
12 GRPCOM-C [Em geral nos queremos fazer
13 por eixo [então assim
14 GRPCOM-G [Então C mas vai ser impossível fazer
15 esse calendário esse ano(.)porque muitas
16 prefeituras tão mudando e não assumiram as
17 pastas ainda eles tão divulgando essa semana
18 agora ou perto do natal
19 GRPCOM-C Não eu sei mas aí as meninas¹⁰ vão ter que
20 fazer(.)por isso estão programadas duas
21 viagens(.)uma para fazer primeiro contato com
22 esses novos secretários e a outra que vai ser a
23 reunião de explicação presencial
24 SEED-M Estes locais vocês já tem definidos?
25 GRPCOM-C Os locais as meninas já levantaram
26 MPPR-E Tá outra coisa o tema é cidadania direitos e
27 deveres?
28 GRPCOM-G [Sim
29 GRPCOM-C [É cidadania direitos e deveres
30 MPPR-E Então estamos conjugando [nossos esforços
31 GRPCOM-G [é tudo convergente
32 GRPCOM-C [é é isso é tudo
33 convergente(.)nós não vamos elaborar outro
34 projeto

Entre as linhas 1 e 6, **E** e **C** tentam encontrar um modo viável para que as reuniões nos núcleos regionais de educação ocorram com a presença de promotores. Dado que o MPPR refere-se a si como detentor de um conhecimento sobre corrupção, é de sua responsabilidade fornecer este conhecimento aos professores (ao menos segundo a lógica construída pelo próprio grupo). Logo em seguida, na linha 7, **A** informa que

¹⁰ Neste caso, “meninas” significa funcionárias (ou mesmo funcionários) do GRPCOM, responsáveis por sondar as prefeituras e verificar se as instituições estão funcionando de modo que seja possível estabelecer um calendário de visitas.

pode haver um problema caso os promotores precisem participar de um júri (função típica dos processos institucionalizados de trabalho do promotor) bem nos dias e horários de reunião com os núcleos. Na linha 14, **G** também apresenta outro fator problemático que é a mudança de nomes nas secretarias municipais de educação em decorrência da posse dos novos prefeitos no início de 2013. A partir da linha 19, **C** explica que as “meninas” – funcionárias ou funcionários do instituto GRPCOM responsáveis por fazerem contato com secretarias municipais de educação e núcleos regionais de educação – irão resolver essa questão. Entre as linhas 26 e 34, **E** questiona se o tema dos projetos pedagógicos do GRPCOM será “Cidadania: direitos e deveres” (o mesmo do MPRSC) e **C** responde que sim, que os esforços são convergentes e que não será necessária a elaboração de um novo projeto apenas para comportar o conteúdo sobre corrupção. Embora o grupo ostente o combate à corrupção, não há esforço coletivo voltado para a criação de ferramentas, técnicas e estratégias próprias que sejam mais adequadas na luta contra o adversário político mencionado. Resistentes a mudanças, as instituições envolvidas buscam apenas adaptar suas operações já existentes ao objetivo do grupo. Mais enfáticos, representantes do GRPCOM logo recusam a ideia de criar um “novo projeto” para lidar com a corrupção.

Este trecho expõe alguns entraves para a desejada conjugação de esforços que é buscado pelos membros do MPRSC. O primeiro deles refere-se ao júri que os promotores devem participar no seu dia a dia de trabalho e que podem inviabilizar sua participação nas reuniões dos núcleos de educação. O segundo está relacionado ao fator político das eleições que culmina em alterações nas estruturas educacionais dos municípios em função da posse de novos prefeitos. Tais problemas são mencionados na conversação e, ao mesmo tempo, resolvidos pelos participantes. De qualquer maneira, são apresentadas adversidades que derivam da fragmentação institucional do grupo: por parte do MPPR, os júris podem prejudicar a participação de promotores em reuniões de cunho pedagógico, e por parte do GRPCOM as alterações previstas nas secretarias de educação podem (ou poderiam) levar a um atraso nas operações do instituto.

Confirma-se também o modelo de apropriações operacionais. Ao longo de todo o trecho, **E** busca encontrar um meio de aproveitar as ações já institucionalizadas do GRPCOM (as visitas aos núcleos de educação) e se apropriar dessa via para levar a marca do MPRSC aos pontos de encontro de pedagogos, professores e demais profissionais da educação. Além disso, ao fim do trecho, **C** afirma que não irá criar

outro projeto para dar cabo do tema corrupção e que, em vez disso, irá reaproveitar os projetos já existentes para tratar do tema em sala de aula.

As operações do MPRSC, neste sentido, são produtos da “convergência” de linhas de ação de cada uma das instituições que lhe configuram. Os estoques de conhecimento institucionalizados se mantêm fixos e os atores buscam formas de acoplarem suas estratégias tanto para economizarem esforços conjuntos como para promoverem uma “sinergia” que não onere demais as partes envolvidas.

O trecho abaixo foi transcrito de uma reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2012 na sede do MPPR, quando representantes das instituições envolvidas se agruparam para conversar sobre o planejamento do grupo para 2013. Buscava-se neste contexto encontrar modelos de ação que pudessem ser incorporados ao MPRSC. MPPR e SEED conversam sobre a viabilidade de elaborar dois planos de ação do grupo para 2013, um para os promotores e outro para os núcleos de educação. A ideia é logo descartada, uma vez que, do ponto de vista dos atores da SEED, deve ser traçado um plano de ação único que envolva as atividades de promotores e profissionais da educação, evidenciando a tendência de compatibilizar operações em vez de criar novas.

01 MPPR-E Vocês acham depois que é preciso fazer um plano de
 02 ação por núcleo(.)Promotor faz um e núcleo faz
 03 outro?
 04 SEED-S Não, acho que podia ser um só né(.)uma pro
 05 promotor e pro núcleo
 06 SEED-M Não sei se funcionou bem o plano de ação esse ano
 07 individual por núcleo(.)acho que funcionou né?
 08 SEED-N Eu acho que sim
 09 SEED-S Porque tem as especificidades
 10 SEED-M É uns vão trabalhar mais rede de proteção outros
 11 mais [transparência
 12 SEED-N [É mais não precisa ser um do promotor e
 13 outro do núcleo né?[pode ser um do(.)movimento ali
 14 SEED-M [Não(.)produção conjunta ali né
 15 MPPR-E É:: que eu acho assim tem coisas que são
 16 específicas da educação(.)o promotor depois vai
 17 fazer uma parceria com associação comercial(.)vai
 18 ter uma ação de mídia(0,2)Alguma coisa em comum
 19 eles tem que ter né?
 20 SEED-N É eles precisam na verdade(.)o núcleo é uma das
 21 partes do plano de ação dos promotores
 22 SEED-V Porque senão fica cada instituição fazendo uma
 23 coisa separada e não fica um [movimen::to

Nas primeiras linhas, E questiona se os núcleos deviam gerenciar suas próprias atividades referentes ao MPRSC independentemente da ação dos promotores. Entre as linhas 4 e 14, atores da SEED rebatem a proposta e indicam que seria melhor ter apenas

um plano de ação para promotores e núcleos. Nas linhas 12 a 14 a tendência de produção conjunta fica mais evidente. A partir da linha 15, E explica sua preocupação por criar dois planos de ação, pois ele acredita que cada ator tem preocupações específicas. V, na linha 22, argumenta que se cada instituição for fazer uma ação particularizada, não há um “movimento”.

O MPRSC, portanto, é um grupo seccionado pelas suas próprias particularidades. Os atores que participam das reuniões do núcleo gestor desempenham papéis de participantes do movimento, mas tais papéis são condicionados pelos papéis oriundos de suas instituições de origem, que são reafirmados em suas falas durante a conversação. Não há um envolvimento primário com a proposta do projeto, isto é, eles não estão ali para construir um grupo a partir de suas bases. O que ocorre é uma transposição de operações previamente institucionalizadas para atender o assunto da corrupção, especificamente o tema “cidadania: direitos e deveres”. Embora fragmentado institucionalmente, há uma busca por conciliação de operações que depende da vontade e da disponibilidade das instituições envolvidas.

A construção do enquadramento coletivo do MPRSC, como bem colocou Snow e Benford (1988, 2000), resulta da intersecção de enquadramentos individuais que se manifestam e se remodelam na interação. Nota-se que os atores envolvidos pertencem a instituições diversas que em certa medida norteiam (quando não determinam) seu comportamento e conteúdo manifesto nas conversações, afetando diretamente na composição do enquadramento coletivo. Os estoques de conhecimento e os sistemas de relevância cristalizados em práticas institucionais (Schutz, 2012; Berger e Luckmann, 2011), no caso específico do MPRSC, interferem no processo de aproximação dos atores no sentido em que são rígidos, pouco negociáveis. Já habituados com rotinas e procedimentos típicos de suas instituições de origem, os membros do núcleo gestor tentam compor um enquadramento coletivo, mas este é indissociável dos estoques de conhecimento prévios que eles veiculam no desempenho de seus papéis profissionais, dado que não se propõem em momento algum criar novos projetos ou estratégias de ações coletivas específicas ao MPRSC. Portanto, o enquadramento coletivo do grupo não pode ser considerado como um todo unitário, mas uma equipe cujo trabalho é visivelmente repartido por conta das diferentes instituições. No limite, busca-se sincronizar calendários de atividades e não propor novos modelos de abordagem ao problema da corrupção.

Um aspecto que se torna saliente por conta desta fragmentação é o trato que os atores dão ao objeto central do seu movimento: a corrupção em si. Aliás, trata-se da escassa atenção concedida ao adversário político do grupo, uma vez que pouco se discute sobre ele, sua essência e seu conceito. Constatou-se nesta pesquisa que os pontos de relativa tensão ocorridos durante as conversas não correspondiam ao tópico da corrupção, mas sim ao que cada instituição poderia fazer ou não pelo grupo como um todo, sendo este “posso ou não posso fazer” o tema centralizador de discussões, conforme ficou evidenciado nos trechos expostos neste tópico. Embora haja um acordo tácito entre os atores envolvidos de que a corrupção é um mal cultural endógeno – que, por consequência óbvia, só será extinto com uma reviravolta cultural –, eles se limitam a combatê-la a partir de ferramentas já disponíveis, tendo sempre em mão a ideia de esforço mínimo (não criação de novas demandas ou serviços). Ou seja, não estão dispostos a rever suas próprias bases de ação e criar novas formas de agir a fim de evitar criação de novos trabalhos que, pela lógica, geraria ônus financeiro e de recursos humanos às instituições.

5.2 ASSIMETRIAS E RELAÇÕES DE PODER

A fragmentação institucional que caracteriza o MPRSC reverbera nas tomadas de decisão do grupo. Embora a coordenação do movimento, no aspecto geral, esteja na alçada do MPPR, as relações de poder nele presentes são fluídas e estão justamente atreladas à segmentação de estoques de conhecimento institucionalizados e seus respectivos papéis. Isso refere-se às teorias propostas por Berger e Luckmann (2011), baseadas em Schutz, de que a realidade social comporta inúmeras províncias de significado e instituições enraizadas no cotidiano. Não há efetivamente no núcleo gestor do grupo um modelo de poder hierarquicamente verticalizado como é comum em determinadas corporações privadas ou até mesmo públicas. A inexistência de “chefes” – apesar da presença de coordenadores que atuam como lideranças oficiais em cada uma das três instituições – faz com que a organização hierárquica dependa frequentemente da assimetria de conhecimento e operações das instituições envolvidas. Isso significa que atores do MPPR, apesar de serem os principais articuladores e proponentes do MPRSC, ordenam apenas parcialmente os direcionamentos do grupo e suas atividades, pois antes dependem da permissão (e da boa vontade) de atores do GRPCOM e da SEED na articulação de operações estratégicas.

Discute-se aqui a suposição de que as relações internas de poder do MPRSC encontram-se associadas às fronteiras operacionais, oriundas de diferentes estoques de conhecimento institucionalizado, que separam os atores do núcleo gestor. Discutiu-se previamente que as ações articuladas pelo grupo originam-se nas três instituições e que, a partir delas, se tenta encontrar pontos de convergência nos quais as operações fragmentadas possam se encaixar de modo a não onerar ou criar trabalho extra aos atores envolvidos (subjaz a isso uma ideia de economia de esforços). Uma vez que cada instituição já realiza historicamente uma série de atividades, e elas não estão dispostas a criar novas ferramentas e sim formar sinergia com o que já existe, o movimento esperado é o de entrelaçamento operacional. O problema que surge disso, discutido nas conversações do grupo, é que cada operação pertence a uma instituição diferente e cada uma delas detém o poder sobre seus procedimentos. É neste sentido que as relações de poder, ao menos no que se refere às ações coletivas, ocorrem na tomada de decisão do grupo: as instituições controlam o que é de sua competência particular e negociam entre si possíveis caminhos convergentes.

O trecho abaixo sustenta empiricamente a hipótese até aqui desenvolvida. Nele os atores do MPPR e do GRPCOM conversam sobre a realização de reuniões entre promotores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação. Neste caso, **C** e **G** (do GRPCOM) vinham explicando como funcionam as reuniões operacionais dos projetos Televisando o Futuro e Ler e Pensar nas secretarias e núcleos de educação. A cada ano, agentes do GRPCOM se reúnem com educadores para apresentar a proposta anual do projeto. **E**, com o objetivo de associar as atividades da promotoria a essas reuniões previamente articuladas pelo GRPCOM, buscava compreender melhor como elas funcionam. Sua proposta era de levar os promotores a estas reuniões para apresentar o MPRSC e falar sobre corrupção, que também seria o tema dos projetos do GRPCOM. Em determinado momento, **E** tem a ideia de separar os encontros por estruturas municipais, estaduais e particulares, pois acredita que cada uma dessas redes educacionais têm características próprias.

01	MPPR-E	Eu acho C que nós devemos ter três
02		estratégias(.)uma com os municípios outra com o
03		estado e outra com as [particulares
04	GRPCOM-C	[Eu não tenho como(.)eu não
05		tenho como separar estratégias diferentes porque
06		quando eu faço minha reunião lá no [município de=
07	MPPR-E	[Certo
08	GRPCOM-C	=Chopinzinho por exemplo eu chamo a pessoa do

09 núcleo de educação e ela vai pra dentro da
 10 secretaria estadual de educação e as particulares
 11 também e a gente faz uma [reunião só(.)se eu=
 12 GRPCOM-G [única
 13 GRPCOM-C = tiver que fazer que fazer [três(.)três reuniões=
 14 MPRP-A [não não dá
 15 GRPCOM-C =por município em cinquenta municípios são cento e
 16 cinquenta [reuniões e não tenho como
 17 MPRP-A [Mas olha só doutor E [eu ainda não...
 18 MPPR-E [São só cinquenta?
 19 GRPCOM-C Cinquenta municípios que vão se envolver com o
 20 projeto Televisando o Futuro.

Nas primeiras linhas, **E** sugere fazer as reuniões por escolas municipais, estaduais e particulares, mas logo em seguida é interrompido por **C** que, na linha 4, inicia sua explicação sobre o porque de não ser possível articular reuniões separadas. Pelo motivo de que é realizada apenas uma reunião por município – na qual se encontram profissionais de educação de qualquer uma das redes – **C** descarta a sugestão de **E**. É um mecanismo de reparo iniciado e levado a cabo cujo propósito é apresentar aos demais participantes da conversa um aspecto da operação institucional do Instituto GRPCOM, especificamente acerca do projeto Televisando o Futuro.

Percebe-se que neste exemplo a estratégia global do MPRSC está condicionada a uma fração de conhecimento pertencente a uma instituição específica e nem mesmo **E**, que é o coordenador do grupo como um todo, possui poder suficiente para determinar o *modus operandi* das reuniões nos 50 municípios mencionados no trecho. **C**, no desempenho de seu papel de representante do GRPCOM, determina na conversa que não irá exceder o número de reuniões já previsto, indicando que pretende manter a base do seu projeto e suas operações sem alterá-los. Consequentemente, isso leva o restante do grupo a se adaptar ao encaminhamento dado pelos atores do GRPCOM, que, por conduzir uma parcela de conhecimento institucionalizado útil ao movimento, gerencia o poder neste caso. Cria-se um modelo coletivo mais próximo da acoplagem de operações institucionalizadas. Por outro lado, há pouco espaço para a elaboração de estratégias próprias do MPRSC que satisfaçam todos os seus membros.

Este tipo de tomada de decisão não deriva apenas dos membros do GRPCOM. No trecho abaixo, uma situação bastante semelhante é protagonizada por integrantes do MPPR, que inviabilizam uma ideia proposta por um ator da SEED, exatamente pelo mesmo motivo exposto anteriormente. A conversa gira em torno de propostas de ações para 2013 e o que poderia ser feito de diferente com relação ao ano anterior. **M** (SEED)

sugere que um órgão institucionalizado do MPPR (o Caop¹¹) principie uma aproximação com os núcleos regionais de educação. No entanto, **E** argumenta que essa aproximação não pode ser feita em função da forma como o órgão institucional atua:

01 SEED-M Uma ação importante ali:: é:: é essa
 02 aproximação (.) com o Caop (1,7) acho que é
 03 muito importante [isso aí
 04 MPPR-E [aproximação do núcleo com o
 05 (0,3)
 06 SEED-M É nós aqui::
 07 SEED-A [[Do movimento
 08 SEED-M [[Do movimento com o Caop pra
 09 MPPR-E [[É porque veja só (.) eu não tenho como levar
 10 o Caop
 11 (1,6)
 12 SEED-M Pra pra até pra entende (.) pra entende não mas
 13 (3,2)
 14 SEED-M O que que o senhor [acha?
 15 MPPR-E [não mas veja só
 16 SEED-M Hã?
 17 MPPR-E Eu não consigo levar o Caop nos trinta e dois
 18 [lugares
 19 SEED-M [Certo
 20 MPPR-E Por isso eu que vou fazer uma reunião aqui no
 21 dia vinte e dois pro Caop vir aqui e capacitar
 22 os promotores pra ir até lá

Vale informar que Caop (Centro de Apoio Operacional) constitui um conjunto de órgãos internos do MPPR, seccionado em diversas funções e áreas de atuação, sendo, portanto, um elemento de conhecimento interno desta instituição, enquanto que os núcleos são de responsabilidade da SEED. Em geral, um Caop oferece recursos de capacitação para os promotores agirem em determinadas áreas como defesa dos direitos dos idosos, crianças, proteção à saúde pública, ao consumidor, patrimônio público, entre outros. **E** interpreta a sugestão de **M** como uma proposta de levar o Caop aos núcleos (linha 9), usando seu turno de fala, que foi conquistado após uma disputa no qual ocorreram três falas simultâneas (linhas 7, 8 e 9), para invalidar a sugestão de **M** ao dizer que “não tenho como levar o Caop”. Contudo, **E** deixa claro que não conseguirá levar o Caop aos 32 Núcleos Regionais de Educação (linha 17). Em seguida explica qual medida irá tomar com relação ao Caop, dizendo que irá realizar uma única reunião

¹¹ Centro de Apoio Operacional (Caop) são estruturas internas dos Ministérios Públicos responsáveis por prestar serviços à sociedade e facilitar a concretização de ações em áreas diversas como, por exemplo, criança, direitos humanos e meio ambiente.

em que o Caop irá capacitar todos os promotores ligados ao MPRSC de uma única vez para que eles possam ir aos Núcleos Regionais de Educação e transmitirem o conhecimento sobre corrupção.

O aspecto central referente à formulação do enquadramento coletivo neste trecho é a produção de uma proposta por parte de um ator que é recusada por outro pelo fato do primeiro não conhecer adequadamente os processos operacionais da instituição a qual o segundo pertence. Ou seja, **M** propõe uma aproximação com o Caop, mas no curso da interação **E** argumenta que esta aproximação não será possível, usando para isso de seu conhecimento institucional com relação ao Caop. **M** chega a reconhecer que sua proposta precisa primeiramente passar pelo crivo de **E** (par adjacente iniciado na linha 14), uma vez que este último é quem detém a palavra final sobre o uso ou não uso estratégico do Caop. Por fim, a ação sugerida por **M** é descartada e em seu lugar entra uma proposta definitiva por parte de **E** (linhas 20 a 22), estabelecendo uma relação de poder episódica nesta parte da interação.

Acredita-se que neste trecho também fica evidente um contraste simbólico entre **E** e **M**. Embora **M** seja capaz de significar para si o termo “Caop”, compreendendo que se trata de uma conjunto de órgãos do MPPR responsáveis por prestar apoio técnico e operacional a causas sociais, ele a princípio não compreende suas limitações de procedimento. Esta incompreensão é posteriormente corrigida por **E**, que além de significar o termo Caop, também detém o conhecimento sobre seu funcionamento. Portanto, embora as interpretações que **E** e **M** possuem sobre “Caop” sejam semelhantes, ainda assim cada um dos atores compreendem esta palavra de forma diferente do ponto de vista técnico e operacional (relativo ao conhecimento institucional).

Desta forma, há um âmbito comunicativo compartilhado entre os interlocutores, mas bastante limitado, visto que os objetos de discussão não são tratados da mesma forma por todos, mas antes passam por filtros institucionais. Em geral, todos possuem uma relativa compreensão dos conhecimentos e operações institucionais uns dos outros e são capazes de dialogar sobre isso, pois atribuem significado a termos e expressões que lhes são alheios do ponto de vista institucional. No entanto, os procedimentos técnicos e maneiras não são compartilhados por todos e, quando aparecem no ato da interação, servem para estabelecer decisões em relações de poder que fluem de acordo com os modelos práticos de cada instituição. É no curso da comunicação que as ações particulares são apresentadas, mas não há um debate aprofundado sobre tais ações, isto

é, os atores envolvidos pouco se empenham em questionar as operações e buscar consensos que contemplem todas as partes.

Quando membros de uma instituição fazem sugestão de ações que dependam de outra instituição, é comum que a ideia encontre obstáculos e seja abandonada. Isso ocorre, como já se viu, porque as equipes que compõem o MPRSC possuem autonomia de gestão não estão submetidas, dentro deste grupo, a um sistema de poder centralizado que produz decisões de cima para baixo. Toda proposta de ação coletiva passa por um crivo horizontal e será apreciada de acordo com a disponibilidade e os limites de cada instituição envolvida no processo. Na maioria dos casos, o MPPR, na função de encabeçar o grupo, procura constantemente introduzir recomendações ou atribuir algum trabalho às outras instituições, mas frequentemente encontra resistência. No trecho abaixo, por exemplo, discutiam-se quais seriam as ações adotadas para a apresentação de resultados ao final do ano. E joga com a ideia de realizar encontros por núcleos regionais de educação, mas membros da SEED rejeitam a ideia, uma vez que para eles 32 (número de núcleos) encontros seria “muito”.

01 MPPR-E Tá e no final vai ter o que? Esse ano a gente teve
 02 apresentações culturais(.) a gente teve um monte
 03 de:: atividade que:: foram bacanas
 04 SEED-N Ahã é vai ter o encerramento né acho que tem que
 05 ser apresentado tudo isso né todos esses(.)eu acho
 06 que a gente podia de repente pensar num evento de
 07 encerramento com uma participação maior(.)até de
 08 alunos
 09 MPPR-E Por polos? Por núcleos?
 10 SEED-N Acho que por polo porque por núcleo não dá porque
 11 [é muito núcleo
 12 MPPR-E [É muito grande?
 13 SEED-N É são trinta e dois núcleos [é muito núcleo
 14 SEED-S Não mas veja a gente pode organizar com ajuda do
 15 núcleo do polo(.)dá pra gente fazer essa
 16 organização [junto como se fossem seminários
 17 MPPR-E [Trinta e dois é muito?
 18 SEED-M Trinta e dois encontros?
 19 SEED-N Num dá
 20 SEED-M É muito
 21 MPPR-E Não não(.)um em cada núcleo?
 22 SEED-M Num dá
 23 SEED-N É muito não tem como
 24 SEED-V Eu acho muito
 25 MPPR-E Só para eles mostrarem o que produziram lá::
 26 (0,5)
 27 SEED-V Não porque daí [cada núcleo vai se organizar vai=
 28 SEED-M [A gente pode estimular que cada=
 29 SEED-V =depende da organização do núcleo
 30 SEED-M =núcleo organize seu evento de culminância como
 31 teve a área norte por exemplo(.)Cada núcleo pode
 32 organizar o seu. Mais que isso não.

E pergunta quais são as propostas para os eventos de encerramento e **N** acredita que deveria haver maior participação de aluno. Na linha 9, **E** começa a questionar se não é possível fazer um encontro em cada um dos núcleos de educação. A partir da linha 10, atores da SEED argumentam que seriam muitos encontros a serem planejados. Na 25, **E** tenta convencê-los de que não haveria muito trabalho, que seria apenas para “mostrar o que produziram lá”. Por fim, **M** e **V** explicam que cada núcleo, se assim desejar, irá organizar seus eventos de fim de ano, mas que a SEED não irá determinar estes encontros de encerramento. Percebe-se que o tópico da “maior participação do aluno” – que é o foco, ao menos no nível discursivo, do MPRSC – é abandonado para que seja tratado um problema de cunho institucional.

Conforme os três trechos analisados neste tópico, nota-se que a autonomia de cada instituição e a ausência de uma coordenação decisiva geram dois efeitos principais no MPRSC. Primeiramente, o relacionamento interinstitucional sustentado pelo grupo encontra obstáculos nas particularidades operacionais de cada equipe, isto é, as ações coletivas só podem se concretizar se ao menos duas instituições estiverem de acordo e forem a elas possível as estratégias de ação, o que nem sempre acontece. Em segundo lugar, no microcosmo das conversações, a ausência de autoridades definitivas permite jogos de linguagem e argumentação, sustentadas em contrastes de estoques de conhecimento, que levam a decisões mais democráticas do ponto de vista micropolítico das conversas.

A intersecção de enquadramentos individuais nos trechos apresentados manifesta incompatibilidades relacionadas aos diferentes estoques de conhecimento sustentados pelos atores no desempenho de seus papéis profissionais, resolvidas por lances pontuais de poder que ocorrem desimpedidos por conta da ausência de uma estrutura de poder vertical. O fato de um conjunto de atores desconhecer (ou conhecer apenas relativamente) as práticas e rotinas de outro conjunto de atores faz com que os objetos que estão sendo discutidos na interação não sejam plenamente compartilhados por todos, o que dificulta, se não inviabiliza, a constituição de um âmbito comunicativo compartilhado que, segundo Schutz (2012), ocorre quando os interlocutores possuem um entendimento próximo sobre aquilo que estão falando. Nos exemplos citados, a funcionalidade e apropriação do projeto *Televisando o Futuro* (do GRPCOM), dos Caops (do MPPR) e dos Núcleos Regionais de Educação (SEED) ao MPRSC não se apresentam como objetos comuns a todos, mas cada um pertence à esfera da instituição

que, sobre cada uma delas, detém conhecimento mais detalhado e, conseqüentemente, poder para permitir seu uso ou não. O enquadramento coletivo, portanto, é baseado em colagens de operações, desde que isso seja viável a todos.

Em decorrência, este tipo de enquadramento levado a cabo pelo MPRSC restringe às discussões do núcleo gestor ao universo operacional em que se sobrepõe a instrumentalização de estruturas em detrimento de discussões mais aprofundadas sobre a corrupção. As escolas são receptáculos desses projetos e até aqui não se discute educação e o papel delas na proposição dos problemas colocados nos projetos. Sobre a ideia de “capacitação”, usada com frequência pelos membros do grupo, não se busca formar (educação), apenas instrumentalizar, ou seja, adquirir conhecimento de outro campo (estoque de conhecimento), de modo transformá-lo numa prática do MPRSC. Até aqui, entende-se que os atores estão mais preocupados em estabelecer limites claros para suas ações do que efetivamente traçar planos para combater a “corrupção no nível cultural e político”.

5.3 ENCAIXES OPERACIONAIS

Uma preocupação que ronda os membros do MPRSC, em especial os do MPPR, é encontrar formas de trabalho que, na visão deles, não gere um “ônus” adicional ao dia a dia das instituições parceiras. Isso fica claro na relação entre MPPR e a SEED: a primeira, com o objetivo de tocar o projeto adiante, busca maneiras de se associar a segunda que, por sua vez, já conta com toda uma rotina de trabalho instituída e verticalizada, de pouca flexibilidade. Via de regra, as operações do grupo são articuladas a partir de operações existentes, sem a criação de novas estratégias próprias para o público em potencial do movimento: a comunidade escolar composta por alunos, pais, professores e pedagogos. O que se busca, no entanto, são pontos de encaixe que permitam uma acoplagem operacional entre as três instituições de forma que nenhuma delas adquira novas funções ou tenham que conduzir novas atividades dentro de suas estruturas.

Percebe-se no trecho abaixo justamente esse movimento. MPPR tentava convencer a SEED de que eles não queriam levar mais “demandas” para a educação, mas aproveitar o que já vem sendo feito nas escolas, nos núcleos e nos conselhos tutelares.

01 MPPR-A A gente não tá levando [mais uma demanda a gente=
02 MPPR-E [É a gente não quer impor=
03 MPPR-A =quer fortalecer as demandas já existentes
04 MPPR-E =alguma coisa de cima para baixo(.)queremos dizer
05 assim a gente é parceiro de vocês e quer construir
06 com vocês algo nessas áreas que [a gente tá
07 MPPR-A [falar assim
08 'comunidade como que funciona o conselho tutelar
09 aqui no CIC?(.)ah não tá funcionando' então como
10 que a gente pode fazer juntos?(.)vamos chamar o
11 conselho vamos fazer uma reunião ou vamo fazer um
12 SEED-R Tá você falou o exemplo do conselho(.)semana
13 passada nós fizemos uma reunião com todos os
14 conselheiros de todos os setores com todos os
15 nossos representantes de áreas lá no no conselho
16 tutelar quer dizer(0,2)e aí pra fazer justamente
17 essa aproximação né na relação com as escolas com
18 o núcleo
19 MPPR-E [Legal a gente podia ter participado
20 MPPR-A [Bem legal foi uma oportunidade(.)da gente ter ido
21 talvez(.)você entende?
22 SEED-R Agora poderemos(.)se a gente tivesse entendido
23 melhor essa situação já era um convite de
24 participação
25 MPPR-E Não veja antes tarde do que nunca nós também
26 sentimos(.)é porque vocês passaram por uma
27 transformação recente é isso?
28 SEED-R Uhum
29 MPPR-E E nós também tivemos a PEC37 que atrasou um pouco
30 então tudo bem a gente tem o ano inteiro pela
31 frente
32 MPPR-A Eu acho que a gente vai ter oportunidades numa
33 próxima a gente vai a gente leva uma novidade a
34 gente fortalece(.)o mais importante é que os
35 professores e pedagogos quem tá na linha de frente
36 entenda(.)que a gente não quer delegar para eles
37 um problema social(.)a gente quer ajuda-los a
38 resolver o que eles já enfrentam no dia a dia eu
39 acho [que tem isso
40 MPPR-E [No dia a dia não queremos gerar um ônus para
41 ninguém(.)a gente quer fortalecer algo que
42 naturalmente a gente já faz

Nas primeiras linhas, entre 01 e 11, **E** e **A** argumentam que a intenção não é gerar “novas demandas” à SEED. **R**, a partir da linha 12, explica que aconteceu uma reunião com os conselheiros e que membros do MPPR poderiam ter participado, caso a situação tivesse sido esclarecida antes. Entre as linhas 26 e 42, o pessoal do MPPR afirma que haverá outras oportunidades. Ao término do trecho, tanto **E** quanto **A** dizem que a intenção não é “delegar um problema social” ou “gerar um ônus” à secretaria, mas “fortalecer algo que a gente já faz”.

Até aqui, a análise apresentou que as três instituições parceiras do MPRSC estão unicamente relacionadas por meio de vínculos institucionais e que, cada ator no desempenho de seu papel, tende a oferecer ao grupo apenas o que produz

profissionalmente dentro de suas rotinas de trabalho instituídas. Qualquer nexos emocional com relação ao combate à corrupção não é evidenciado nas reuniões do núcleo gestor e tampouco os envolvidos estão interessados em criar uma dinâmica nova de trabalho.

Ademais, como fica evidente entre as linhas 36 e 39, o problema para o encaixe é o dia a dia do professor. O MPPR não quer levar uma “nova demanda” à SEED, sendo este um critério básico de definição das ações, e não exatamente o confronto sistemático contra a corrupção. Os participantes entendem tacitamente, embora pouco discutam sobre isso, que a corrupção é um fenômeno endêmico que deve ser tratado pela raiz, isto é, pela educação formal de crianças e jovens. Logo, o processo deve passar pelos órgãos públicos que gerenciam o sistema de educação estadual (uma vez que o movimento propõe um “Paraná sem corrupção”). Todavia, antes de se discutir a corrupção, eles buscam definir o que cada ator pode fazer, sendo este o princípio norteador das reuniões, e não exatamente o adversário político em questão.

Adotada uma estratégia de “convergência” de esforços, as instituições buscam economizar tempo e trabalho encontrando formas de atuarem em conjunto sem que novas operações sejam desenvolvidas. Resumidamente, elas indexam o tema “corrupção” às suas atividades instituídas e projetam um cronograma adequado que contemple as agendas dos diversos atores envolvidos.

Um exemplo expresso no trecho abaixo indica que determinadas atividades do grupo dependem do calendário oficial de uma das instituições, neste caso da SEED. Em turnos anteriores, **M** havia sido indagado pelos demais participantes da reunião a respeito da data de retorno das aulas nas redes estadual e municipal. Após um período de checagem, **M** retorna à interação com a informação de que as aulas iriam iniciar dia 14 de fevereiro. Torna-se necessário esclarecer que o contexto que envolve este trecho refere-se à necessidade dos atores do GRPCOM em obterem a informação de quando as aulas retornam e de quando os professores e os núcleos voltam a trabalhar e a funcionar, respectivamente, uma vez que **C** e **G** deverão se deslocar ou enviar equipes até as escolas e núcleos de modo a combinarem com os profissionais da educação a utilização dos projetos pedagógicos do GRPCOM (“Televisando o Futuro” e “Ler e Pensar”).

01	SEED-M	Dia quatorze mesmo começam as aulas
02	GRPCOM-G	Dia [quatorze?
03	SEED-M	[Logo em segui-] é:: numa quinta-feira
04		acho que [depois do carnaval
05	MPPR-A	[ah::: Maurício vamo combina que

06 ninguém vai vai?
 07 (0,4)
 08 GRPCOM-C Quinta feira [depois do carnaval]
 09 MPPR-A [quinta feira depois do] carnaval
 10 mas nem você foi na sua [vida inteira vamo=
 11 SEED-M [he he he
 12 MPPR-A =combina
 13 SEED-M Eu ia eu era caxias [he he he
 14 MPPR-A [ah::: [pelo amor de deus
 15 GRPCOM-G [Início oficial das
 16 aulas para os alunos [você diz né,
 17 SEED-M [para os alunos] é os
 18 professores começam a trabalhar dia prime::iro
 19 é fevereiro dia primeiro
 20 (0,5)
 21 GRPCOM-C Quer dizer que se agente for nos núcleos::
 22 (0,5)
 23 GRPCOM-C Já [vai tá funcionando?
 24 SEED-M [Não os núcleos já tão trabalham::do (.)
 25 GRPCOM-C Ok
 26 SEED-M Final de janeiro eles já tão trabalhando

A, ao identificar que o começo das aulas se daria logo após o feriado de Carnaval, inicia uma brincadeira que será tema de conversa por alguns turnos (entre as linhas 5 e 14). **A** acredita que nenhum ou pouquíssimos alunos irão comparecer a aula numa quinta-feira logo após o carnaval, dizendo em tom de brincadeira que nem mesmo **M**, que é um ator social vinculado à SEED, compareceu às aulas no primeiro dia após o feriado quando era estudante (linha 10). **M** responde dizendo que ia sim porque era “caxias” (linha 13). Sobrepondo-se ao turno de **A**, **G** rompe com o humor provocado pela informação de retorno às aulas (linha 15) e questiona (adjacência) se no dia 14 apenas os alunos retornarão as aulas (linha 16). **M** confirma dizendo que sim e entende que **G** deseja saber qual dia que os professores (e não os alunos) voltam a trabalhar, concedendo-lhe esta informação (linhas 17 a 19). Por fim, **C** produz uma nova pergunta a respeito de quando os Núcleos Regionais de Educação voltarão a funcionar (linhas 21 a 23). **M**, então, responde **C** concedendo-lhe as informações que este desejava obter.

Neste trecho a interação se resume ao repasse de informações referentes a datas, sendo que estes dados são transmitidos basicamente por meio de turnos sequenciais de perguntas e respostas. Durante as reuniões aqui analisadas, muito se discutiu a respeito dos cronogramas de atividades conjuntas. Cada instituição possui um calendário particular e os atores pouco ou nada podem fazer (ou assim não desejam) para alterá-los, cabendo-lhes encontrar agendas em comum que os isente de provocar mudanças temporais nos trabalhos institucionais planejados. Portanto, um dos princípios da acoplagem de atividades do MPRSC é o estabelecimento de datas em comum que

possibilitem as instituições articularem-se a despeito de sua rigidez operacional. A interação abaixo reforça esta tese.

01 MPPR-E Pros promotores irem (.) nos núcleos (.) pra
 02 montar um plano de ação junto com os núcleos
 03 SEED-M Sim
 04 MPPR-E E fazer isso (.) durante março por exemplo (1,0)
 05 pra começar as atividades em abril (.) mais ou
 06 menos (.) você acha isso (0,8) razoável?
 07 SEED-E Razoável(.) é razoável
 08 (1,5)
 09 MPPR-E Porque vamos imaginar que o tema seja rede de
 10 proteção (0,5) esses dados já estão a disposição
 11 (.) do núcleo (0,6) o núcleo já tem esses dados?
 12 SEED-M Não ainda não eles passaram com os dados para
 13 nós:: e es- essa rede de proteção na verdade (.)
 14 ela tem que funcionar (.) ela está estabelecida
 15 MPRP-X Mas não está em [funcionamento]
 16 SEED-M [até existe uma::] uma uma
 17 dificuldade aí conceitual até (.) "ah vamo
 18 implan- vamo cria a rede" não precisa criar a
 19 rede a rede já está instituída né (.) legalmente
 20 ela está instituída
 21 MPPR-E Tem os conselhos [todos
 22 SEED-M [os conselhos etecetera(.) só
 23 que ela não está funcionan::do
 24 MPPR-E E não está se comunicando [também
 25 SEED-M [não está se
 26 comunicando devido alguns atores que nem sempre
 27 estão tão dispostos assim (.) cada um no seu
 28 quadrado
 29 (0,5)
 30 MPPR-E Tá mas aí é papel do ministério público (0,3)
 31 junto com o núcleo [reforçado pelo núcleo=
 32 SEED-M [exatamente
 33 MPPR-E = ir atrás destes parceiros [e organizar isso
 34 SEED-M [exatamente

E inicia com um turno no qual expõe um resumo de seu plano de ação, que prevê a visita de promotores públicos aos Núcleos Regionais de Educação a fim de fazer dialogar profissionais do MPPR e professores para que estes estabeleçam planos de ação para as escolas. **E** então propõe realizar este movimento no decorrer do mês de março de 2013, mas precisa saber se **M** está de acordo com este cronograma. Neste caso, **E** possui um plano de ação, mas como este plano depende de procedimentos institucionalizados no âmbito da SEED, ele questiona **M** duas vezes sobre o tempo e a validade deste plano. Após **M** explicar como a “rede de proteção”¹² opera em âmbito

¹² Trata-se de um “sistema de garantias e direitos”, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O conceito de Rede de Proteção é entendido como uma ação integrada entre instituições com a proposta de atender crianças e

institucional da SEED (linhas 12 a 28), **E** propõe uma solução que é consentida por **M** (linhas 30 a 34), produzindo um consenso após as dúvidas causadas pelas diferenças institucionais serem sanadas.

M procura explicar os problemas que envolvem o termo “rede de proteção” no interior da SEED (linhas 16 a 23). Este participante diz que há uma “dificuldade conceitual”, explicando que a rede de proteção já existe e está instituída, mas não está funcionando, trazendo à discussão aspectos operacionais que são de conhecimento institucionalizado, mas não os aprofundando na discussão. Assim ele se contrapõe à ideia de que a rede precisa ser criada. **E** postula se tratar do papel do MPPR a articulação das pessoas envolvidas com a rede de proteção nos núcleos de educação, o que é consentido por **M** no turno seguinte.

Há, então, um acordo tácito entre os membros do MPRSC que cada instituição tem uma função a desempenhar para sua organização coletiva e tais funções estão ajustadas aos cronogramas particulares dos atores em questão. Seguindo o exemplo da “rede de proteção”, o tema continua sendo discutido pelos atores na continuidade da interação. Como se vê no trecho seguinte, a articulação de atividades em torno deste tema depende da semana pedagógica – uma agenda institucionalizada da SEED –, que é realizada poucas vezes por ano. **E** deixa claro seu desejo de associar as atividades do MPRSC no evento mais próximo, uma vez que o seguinte só seria realizado em julho de 2013 o que, para ele, seria considerado tarde demais.

01	SEED-M	Então a gente tem que ir nessa linha(.)primeiro
02		saber o que é rede(.)conceituação de rede(.)quem
03		são os [parceiros(.)quem são os parceiros
04	MPPR-E	[Tá mas veja só(.)o ideal seria que tivesse
05		um espaço na semana pedagógica pra isso(.)porque
06		depois a gente não vai reunir todos os professores
07		de novo né?
08	SEED-A	Só em julho
09	SEED-S	Só em julho
10	MPPR-E	Ai fica tarde

Além disso, dentro das operações articuladas pelo MPRSC, o princípio da não geração de trabalhos adicionais implica em acoplagens de agendas em detrimento da produção de um programa particular do grupo que leve primeiramente em consideração

seus objetivos ao invés das atividades já orquestradas pelas instituições em seus universos particulares. Em geral, para fazer com que as discussões sobre corrupção entrem nas escolas de ensino formal, o MPPR precisa encontrar as atividades previamente estabelecidas pela SEED ou pelo GRPCOM que permitam uma conexão com os temas do movimento. Nas reuniões analisadas, percebeu-se uma busca, especialmente por parte do MPPR, em compreender melhor os projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento pelas instituições de modo que fosse possível a eles encaixar os subtemas da campanha do ano do movimento. No exemplo abaixo, bastante característico disso, **E** mostra a intenção de associar o grupo ao Programa Saúde na Escola que, segundo atores da SEED, se trata de um programa federal que envolve protagonismo juvenil, um dos focos do MPRSC.

01 MPPR-E É como o R estava falando saúde na escola né?
 02 SEED-R PSE(.)programa [saúde na escola
 03 SEED-M [programa saúde na escola
 04 MPPR-E Tá o que que é isso então sabe? De repente o que
 05 que a gente pode aproveitar [disso
 06 SEED-R [É um programa
 07 consolidado de vários anos as escolas já sabem o
 08 que fazer e está em curso protagonismo juvenil
 09 MPPR-E Pois é ó
 10 SEED-M É ele é um programa federal na verdade e o estado
 11 participa
 12 SEED-R Atuando junto com [município
 13 SEED-M [com município pela secretaria
 14 da saúde aí as equipes de saúde da família vão na
 15 escola(.)tem o eixo da prevenção às drogas
 16 MPPR-E Pois é
 17 SEED-R Os eventos do PSE são os alunos que organizam e
 18 fazem o evento(.)[pleno protagonismo juvenil
 19 MPPR-E [Então isso tem que ficar claro
 20 para nós para que nós podemos montar um plano de
 21 ação junto com vocês dentro daquilo que(.)que
 22 interessa

Nas linhas 4 e 5, **E** almeja saber o que é possível “aproveitar” do PSE (Programa Saúde na Escola). O termo “aproveitar” é bastante adequado neste contexto, visto que reflete um dos princípios básicos da relação entre MPPR e SEED. Entre as linhas 6 e 16, membros das SEED explicam do que se trata e como funciona o programa. O ponto de interesse está no protagonismo juvenil. Vale lembrar que uma das propostas da campanha anual do MPRSC era justamente o “protagonismo” nas escolas. Na 17, **R** afirma que são os próprios alunos que organizam os eventos, produzindo um “pleno

protagonismo juvenil”. Logo após, **E** diz que isso precisa ficar claro para que seja possível montar um plano de ação “dentro daquilo que interessa”.

Os atores sociais e seus respectivos estoques de conhecimento institucionalizados, conforme apontam os trechos até aqui expostos, produzem de forma bastante limitada novos padrões operacionais. Sempre associadas a modelos já existentes, as ações do MPRSC resumem-se a uma soma de projetos que encontram pontos de convergência somente quando tangenciam cronogramas compatíveis e possibilidades de participação mútua entre profissionais das três instituições, que são episódicas. O enquadramento coletivo não se consolida como um todo unitário no sentido de propor táticas exclusivas voltadas para o combate à corrupção. Antes o enquadramento é afetado pelos interesses e rotinas previamente instituídas, colocadas nas interações através de enquadres individuais fortemente marcados pela grau de institucionalização (Berger e Luckkman, 2011) de suas atividades.

Do ponto de vista dessa análise, as relações institucionais que configuram o MPRSC apresentam um considerável grau de rigidez que inviabiliza a coprodução de atividades específicas no combate à corrupção. Atrelados aos seus papéis sociais e pouco dispostos a caminharem fora de seus estoques de conhecimento, os atores buscam estabelecer um terreno comum apenas dentro de cronogramas e operações já instituídos previamente. Neste caso aqui estudado, a configuração de uma mobilização política cuja origem se dá em esferas institucionais de poder não está fundamentada em objetivos coletivamente compartilhados, isto é, as ações não estão diretamente relacionadas com suas propostas de mudança social. Antes, toda articulação depende da bagagem institucional já existente, sendo este o princípio fundador das ações coletivas do grupo. Certamente, isso não significa necessariamente que o combate à corrupção seja uma fachada do MPRSC, mas apenas que, no que tange à organização interna do enquadramento funcional do grupo, a corrupção é elemento secundário na formação de atividades conjuntas entre as três instituições. Neste ponto, as rotinas produtivas de cada uma delas apresentam peso maior nas tomadas de decisão, uma vez que ali predominam os interesses dos papéis desempenhados e não os interesses objetivos ou subjetivos de cada ator com relação ao objeto da corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interações geradas pelos membros do núcleo gestor do MPRSC resultam, na maior parte do tempo, em contrapontos institucionais que se sobrepõem ao objeto específico da corrupção, este um tema dado como evidente – mesmo tácito – pelos interlocutores que dispensam um debate aprofundado sobre tal prática, apesar de ser vista por eles como o adversário político e o princípio gerador do movimento. Construído numa esfera exclusivamente institucional, publicamente o grupo se propõe a uma iniciativa coerente e, no plano discursivo, enquadra a corrupção como malefício a ser combatido pela raiz, ou seja, pela abordagem socioeducativa de crianças e adolescentes via rede de educação formal do Estado do Paraná. Embora o plano estratégico adotado para o cumprimento de suas metas esteja de acordo com a proposta social e política, a análise do processo interno de comunicação revela que tal estratégia depende mais de acordos entre províncias de significados e estoques de conhecimento institucionalizado do que especificamente do esforço efetivo em combater a corrupção.

Não se trata de desqualificar as ações propostas pelo MPRSC – que inclusive estão alinhadas aos seus objetivos de combate sistemático à corrupção –, mas do ponto de vista operacional, a forma de enfrentá-la, bem como os problemas que isso leva, está mais associada a uma circunstância em que pesa a multiplicidade institucional, às suas assimetrias e possibilidades/impossibilidades de encaixes. Em suma, o objetivo das reuniões é encontrar caminhos operacionais possíveis entre as instituições, especialmente por parte do MPPR que encabeça o grupo, e não necessariamente debater a corrupção e produzir formas diretas de enfrentá-la. Ali não há espaço para negociação de significados, pois a conversação se resume a acordos tácitos sobre corrupção (em raras ocasiões ela constitui-se num tópico de discussão) e ajuste entre lógicas institucionais.

No limite, a interação do grupo, conforme postulado por Blumer, não prescreve uma interpretação em comum acerca do símbolo “corrupção”, dado que ele não é discutido, mas tacitamente estabelecido de antemão como uma “mal cultural” que se expande para a seara política.

No início da pesquisa, pensava-se, com Schutz, que haveria a produção de um conceito negociado de corrupção, um âmbito comunicativo compartilhado sobre o tema, mas o que ocorreu foram negociações direcionadas para estabelecimento de agendas em comum em que imperavam outros conceitos: projetos e operações já instituídas. Os

atores envolvidos na conversação mostraram-se pouco dispostos a negociar tais operações – e as discutiram de forma bastante limitada – a fim de transcender suas diferenças institucionais de modo a compor um repertório de ações próprio do movimento. Assim, a reunião de atores que no desempenho de seus papéis sociais transmitem informações sobre seus estoques de conhecimento não necessariamente produzem um objeto de comunicação em torno da corrupção. No caso particular do MPRSC, as instituições do MPPR e SEED, com apoio do GRPCOM, são estruturas vitais para o grupo e o diálogo entre eles não conduz a uma coletividade autônoma.

Fazendo uso dos conceitos propostos Snow e Benford, o diagnóstico do enquadramento coletivo do MPRSC refere-se à corrupção, mas o prognóstico - a forma de agir, a constituição do repertório - ocorre à margem do conceito de corrupção. Em decorrência de lógicas institucionais bastante rígidas, negociadas entre os atores com o único propósito de conciliação de tarefas, há uma considerável descontinuidade entre o diagnóstico e o prognóstico. Enquanto fenômeno enquadrado previamente pelos atores, a corrupção motiva o nascimento do grupo, pois é diagnosticado e significado pelos participantes. Todavia, quando se chega à etapa da formalização de ações, o fator determinante é a fragmentação institucional, um elemento que está presente em todo processo interno de comunicação. De fato são propostos modelos evidentes de combate à corrupção via educação formal, mas a corrupção só será tratada se a princípio houver pontos de “sinergia e convergência” entre as instituições, caso contrário não haverá constituição de estratégias. Nas conversações do núcleo gestor, a corrupção é secundária frente aos projetos e ações já estabelecidas pelas instituições. Não é a causa moral que conduz as ações, mas sim a possibilidade de encaixes operacionais entre os estoques de conhecimento.

Tentou-se com este trabalho também compor uma análise que proporcionasse um alargamento do conceito de comunicação para além da mídia ou das novas tecnologias e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de um objeto-meio para se estudar formações sociais e políticas. Foi sustentado desde o início o pressuposto que a análise de interações, através de um método próprio para isso, pudesse revelar aspectos estruturais das mobilizações políticas que permaneceriam ignorados caso sobre elas fosse empenhado apenas investigação acerca dos conteúdos simbólicos e discursivos veiculados por profissionais de comunicação (jornalistas, publicitários, relações públicas, profissionais de marketing, geradores de conteúdo para websites, etc.). Certamente que teorias e métodos consolidados utilizados por pesquisadores da mídia e

seus efeitos constituem em arsenal de elevada importância ao campo da comunicação. No entanto, o conceito de comunicação não se limita aos aparatos técnicos, categorias profissionais e seus efeitos no tecido social. Antes configura-se como um objeto ainda não plenamente fechado aos estudiosos dessa área, passível de ser reconstruído a cada novo estudo em virtude da ausência de um paradigma dominante.

Lançar um olhar sobre o processo interno de comunicação de um grupo permite visualizar a composição de um enquadramento coletivo diferente daquele que seria observado caso o enfoque estivesse apenas sua imagem pública veiculada por estruturas midiáticas.

A principal ferramenta de mídia do MPRSC é seu site, no qual estão publicados objetivos, metas, conquistas e propostas de ação voltadas para escolas. Se fosse analisado exclusivamente isso, seria verificado o resultado de uma comunicação prévia que se expõe o grupo como um todo coeso, seus argumentos definitivos, slogan e material jornalístico-publicitário. Já a análise de enquadramento coletivo por meio da conversação, na qual se interseccionam enquadramentos individuais, enseja outra leitura, pois permite identificar alguns princípios e padrões que subjazem a própria formação discursiva e operacional do grupo. Os resultados alcançados são distintos, uma vez que os dados coletados – previamente condicionados pela forma como o objeto de estudo foi concebido – são também distintos.

Embora a análise aqui empregada tenha em certa medida contribuído para um aprofundamento às abordagens interacionistas que tangenciam estudos sobre mobilizações políticas de caráter institucional, sabe-se, contudo, que ela absteve-se de observar aspectos que escapam ao seu quadro teórico-metodológico, este bastante restrito à conversação. O primeiro dos aspectos ignorados se refere ao enquadramento que cada instituição (MPPR, SEED e GRPCOM) faz da corrupção e do próprio MPRSC. Para obter mais informações sobre isso, seria necessário o emprego de outro instrumental, como a coleta de interpretações via entrevistas individuais ou coletivas de modo a compreender a situação e posição de cada ator no grupo. Um segundo aspecto abandonado foi o que de concreto o grupo produziu para além das reuniões do núcleo gestor, isto é, que resultados obteve e quantas pessoas foram efetivamente mobilizadas na intersecção estrutural entre as três instituições. Isso também exigiria a coleta de dados adicionais e um método sobreposto para analisá-los. Uma proposta de pesquisa futura, portanto, pode ser direcionada para contemplar todos estes elementos que não estão presentes neste trabalho.

Contudo é possível dizer que nem toda mobilização se baseia no compartilhar de um sentimento ou é forjada sempre no seio de grupos em desvantagem de poder na sociedade; nem todo processo de comunicação se converte em entendimento; e que a causa mais justa pode ter sua defesa frustrada por um problema de comunicação.

No caso do MPRSC, cada um ficou dentro do seu quadro de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, Gregory. *Uma teoria sobre brincadeira e fantasia*. In: GARCEZ, Pedro M e RIBEIRO, Branca Telles. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola. 2002. p. 85-105

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2002 (1985), p. 69-172.

BLUMER, Hebert. *El interacionismo simbólico: perspectiva y metodo*. Hora: Barcelona. 1982

_____. *A natureza do interacionismo simbólico*. In: MORTENSEN, C. David. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico. 1980. p.119-137

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. *Conceito de comunicação pública*. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas. 2009

CLAYMAN, Steven E., MAYNARD, Douglas W. *Ethnomethodology and conversation analysis*. In: HAVE, Paul Ten e PSATHAS, G. *Situated order: studies in the social organization of talk and embodied activities*. Washington DC: University Press of América. 1994.

COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional. 1977.

CORONA, Márcia Del. *Fala-em-interação cotidiana e fala-em-interação institucional: uma análise de audiências criminais*. LODER, Letícia Ludwig, JUNG, Neiva Maria. *Análises de fala-em-interação institucional: a perspectiva da Análise da Conversação Etnometodológica*. Campinas: Mercado das letras. 2009

DUARTE, Jorge. *Instrumentos de comunicação pública*. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas. 2009

ENTMAN, Robert M. *Democracy without citizens: media and the decay or american politics*. New York: Oxford University Press, 1989.

FRANÇA, Vera Veiga. *O objeto da comunicação e a comunicação como objeto*. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes. 2001. p.39-60

_____. L. Quéré: dos modelos da comunicação. In: *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*. 2003.

GARCEZ, Pedro M., LODER, Letícia Ludwig. *Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em Português do Brasil*. D.E.L.T.A, 21:2, p.279-312. 2005.

GARFINKEL, Harold. 1967. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

GOODWIN, Charles, HERITAGE, John. *Conversation Analysis*. *Annual Review of Anthropology*, V.19, p.283-307. 1990.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Editora Vozes. 2012

_____. *Contratos faciais*. In: MORTENSEN, C. David. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico. 1980. p.156-184.

_____. *Footing*. In: GARCEZ, Pedro M e RIBEIRO, Branca Telles. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola. 2002. p. 107-147.

HERITAGE, J. *Conversation analysis and institutional talk: analysing data*. In: SILVERMAN, D. *Qualitative research: theory, method and practice*. London: Sage, 1997. p.161-82.

JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva S.A. 1998

LASWELL, H. D. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional. 1977. p. 105-117.

LODER, L.L, SALIMEN,P.G, MÜLLER, M. *Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência*. In: LODER, Letícia Ludwig, JUNG, Neiva Maria (org). *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversação etnometodológica*. Campinas-SP: Mercado das Letras. 2008. p.39-58

LODER, Letícia Ludwig, JUNG, Neiva Maria. *Análises de fala-em-interação institucional: a perspectiva da Análise da Conversação Etnometodológica*. Campinas: Mercado das letras. 2009

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática. 2006.

MARTINO, Luiz C. *Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação*. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes. 2001. p.27-38

MATOS, Heloiza. *Comunicação pública, esfera pública e capital social*. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas. 2009

MATTELART, Armand e Michéle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola. 2001

MONTEIRO, Graça. *A singularidade da comunicação pública*. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas. 2009

MORTENSEN, C. David. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico. 1980

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da comunicação*. Porto Alegre: Artmed editora AS, 2011.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. *A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation*. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes. 2012

SNOW, David A.; ROCHFORD Jr, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. *Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation*. In: *American Sociological Review*, Vol. 51, No. 4. 1986

SNOW, David e BENFORD, Robert. *Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization*. In: *International Social Movement Research*. 1988.

_____. *Framing process and social movements: na overview and assessment*. In: *Annual Review of Sociology*, Volume 26. 2000.

TUCHMAN, Gaye. *Contando "estórias"*. In: TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja. 1993

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet H.; JACKSON, Don D. *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Editora Cultrix. 1967

WEAVER, W. *A teoria matemática da comunicação*. In: Cohn, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional. 1977. p. 25-37.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes. 2012.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação*. Campinas: Papirus. 1998

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença. 1987.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB. 2004.

ANEXOS



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Procuradoria Geral de Justiça

Ato Conjunto n. 003/2012-PGJ/CGMP

Estabelece regras para adesão, participação, registro e forma de reconhecimento do Membro do Ministério Público no Movimento Paraná Sem Corrupção, decorrente da Campanha Nacional "O que você tem a ver com a corrupção?".

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná e o Corregedor-Geral do Ministério Público no uso, respectivamente, das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XX, e 34, *caput*, da Lei Complementar n. 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), e

Considerando que, pelo Planejamento Estratégico elaborado para vigorar até 2018, o Ministério Público do Estado do Paraná pretende ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, dentro dos valores da credibilidade, independência, ética, legitimidade política e social, efetividade e transparência;

Considerando que a Campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", encampada pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPJ), visa à prevenção e à punição de ações de corrupção, com desdobramentos a cargo do Ministério Público de cada Estado;

Considerando que o Ministério Público do Estado do Paraná apoia a Campanha nacional, em razão da sua relevância social e pela necessidade de implementação permanente e contínua de ações preventivas, voltadas a contribuir para que os cidadãos formem opinião a respeito da questão da corrupção e possam adotar comportamento



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Procuradoria Geral de Justiça

consciente e ético, para o combate desse desvio de conduta, que tem causado perdas imensuráveis ao Brasil;

Considerando que o Ministério Público do Estado do Paraná tem firmado parcerias de cooperação para concretizar o Movimento Paraná Sem Corrupção;

Considerando a necessidade de uniformização do registro das iniciativas dessa natureza pelos Órgãos de Execução;

Considerando que é digno de aferição de merecimento "*a contribuição à organização e melhoria dos serviços públicos ou de relevância pública, ou de assistência social*" (art. 108, inc. VI, Lei Complementar Estadual n. 85, de 27 de dezembro de 1999), "*a participação em atividades da Promotoria de Justiça que tenham trazido destacado retorno social ou redundado em benefícios para a comunidade*" (art. 23, letra "e", do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná), além da "*eficiência*" e a "*dedicação*" no desempenho das funções ministeriais (Assento n. 35 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná),

ESTABELECEM:

Art. 1º. O Membro do Ministério Público interessado em aderir ao Movimento Paraná Sem Corrupção – divulgando a campanha em sua comarca, estabelecendo novas parcerias e propagando o material de divulgação - deve preencher o Termo de Adesão, modelo constante do Anexo I, encaminhando-o à Coordenadoria Estadual do Movimento, para o e-mail "paranasemcorrupcao@mp.pr.gov.br".

Art. 2º. O Membro do Ministério Público, depois de sua adesão ao Movimento, deverá apresentar Plano de Ação, adequado aos objetivos e metas propostas no Plano Geral



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Procuradoria Geral de Justiça

do Projeto, disponível no link Movimento Paraná Sem Corrupção, disponível na página eletrônica "www.mp.pr.gov.br".

Art. 3º. Ao estabelecer parcerias locais, o responsável pelo Plano de Ação deverá formalizar Termo de Adesão, modelo constante do Anexo II, entre o Ministério Público do Estado do Paraná, representado pela Promotoria de Justiça da Comarca, e a entidade parceira.

Art. 4º. Caberá ao Membro do Ministério Público, que aderiu ao Movimento, instaurar um Procedimento Administrativo (PA), no Sistema PROMP, com acesso disponível no portal do MPPR, preenchendo área de atuação principal com "Projeto Social" e palavra chave "Movimento Paraná Sem Corrupção".

Parágrafo único. Havendo mais de um membro do Ministério Público, na Comarca, o Plano de Ação deverá ser único; porém, cada um dos membros aderentes deve instaurar um Procedimento Administrativo na sua respectiva Promotoria.

Art. 5º. Todo e qualquer documento, proveniente do Plano de Ação, durante a concepção, planejamento, execução, acompanhamento e encerramento do projeto, deverá ser anexado no Procedimento Administrativo (PA), instaurado no PROMP, na função "Arquivos Anexos".

Art. 6º. O Plano de Ação será considerado concluído, no prazo estipulado no Plano Geral do Projeto, mediante a juntada do Relatório Final, no Procedimento Administrativo instaurado, no PROMP.

Art. 7º. Caberá ao Coordenador Estadual da Campanha Estadual "O que você tem a ver com a corrupção?" analisar todos os Procedimentos Administrativos instaurados



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Procuradoria Geral de Justiça

conforme o artigo 4º e, após manifestação quanto aos resultados atingidos, encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para anotação em ficha funcional, visando efeito na aferição do conceito de merecimento.

Parágrafo único. Aos Promotores Substitutos ou Promotores de Justiça em estágio probatório, inscritos no Curso de Preparação e Aperfeiçoamento, destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Estado do Paraná (conforme Resolução n. 2110/2011-PGJ), a efetiva participação no Movimento será considerada como carga horária, conforme regulamentação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Art. 8º. A adesão e participação ao Movimento Paraná Sem Corrupção terão caráter pessoal e voluntário, e devem ser realizadas sem prejuízo às atribuições funcionais do Membro do Ministério Público.

Curitiba, 20 de julho de 2012.

Gilberto Giacoia

Procurador-Geral de Justiça

Moacir Gonçalves Nogueira Neto

Corregedor-Geral

MPPR	TERMO DE ABERTURA DO PROJETO	28/01/2013
movimento paraná sem corrupo - 2013		Versão 01

Unidade Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

1.Objetivo do Projeto

Desenvolvimento de aoes para 2013 do Movimento Paraná Sem Corrupo, que  um projeto organizado pelo MPPR, e executado com apoio da Secretaria Estadual de Educao e da Rede Paranaense de Comunicao, e de diversos outras entidades parceiras, com o objetivo de promover a conscientizao individual e coletiva para a preveno e o combate  corrupo, disseminando uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios ticos, na participao social e no exercício pleno da cidadania.

2.Alinhamento Estratégico

Intensificar a interao com a sociedade

3.Justificativa do Projeto

Em 2012, ano eleitoral, o foco das aoes do Movimento Paraná sem Corrupo esteve voltado  comunidade escolar. Professores e Promotores de Justiça foram mobilizados, nos municípios pertencentes aos 32 Núcleos Regionais de Educao, e desenvolveram, em conjunto, aoes com os alunos do Ensino Médio, já que muitos votariam pela primeira vez. As aoes incentivaram os estudantes a discutir a corrupo, despertando o interesse em participar da construo de uma sociedade baseada na honestidade e em escolhas políticas fundadas na tica.

Para 2013, o tema central das atividades do Movimento será **“Cidadania: direitos e deveres”**, proposta que pretende promover o empoderamento dos cidadãos, levando o conhecimento de seus direitos e deveres, para que possam compreender o sistema jurídico

e, assim, exercer a participação e o controle sociais na formulação e no desenvolvimento das políticas públicas. O exercício pleno da cidadania é o melhor antídoto contra as violações de direitos fundamentais, os abusos de poder e os desvios dos recursos públicos.

O Ministério Público do Paraná, para ser reconhecido como instituição essencial à defesa dos interesses sociais, precisa assumir o compromisso ético e político com a transformação da realidade brasileira. Ser o defensor dos direitos fundamentais sociais implica ser não um burocrático fiscal da lei, mas um agente proativo capaz de auscultar o sentimento coletivo e, com apoio nos instrumentos constitucionais, assegurar a realização de uma sociedade livre, justa e democrática.

O MP-PR deve intensificar a interação com a sociedade, buscando parcerias para disseminar a cultura do respeito ao ordenamento jurídico e dos princípios e valores éticos que formam o tecido social.

Deve apostar na educação para a cidadania, fortalecendo os vínculos com a escola, especialmente a pública, por considerá-la a mais importante instituição social na formação do caráter das crianças e adolescentes.

Assim, os membros do MP-PR deveram desenvolver plano de ação com, pelo menos 1(uma) escola, de cada município da Comarca, para capacitar professores, pedagogos e educadores, a fim de incluírem no dia-dia escolar noções de cidadania e atividades voltadas ao controle social.

Fora da comunidade escolar, cabe aos membros do MP-PR a aproximação com outras entidades/instituições, como os conselhos de educação, da criança, saúde e segurança, além de outras organizações (religiosas, esportivas, corporativas etc) e da imprensa, para que, dentro de um plano de ação integrado, seja possível a obtenção de resultados mais expressivos para a sociedade local.

Considerando que a adesão e participação dos membros ao Movimento Paraná sem Corrupção têm caráter pessoal e voluntário, busca-se que ações a serem desenvolvidas não sobrecarreguem demasiadamente os Promotores e Procuradores de Justiça. Por isto, é necessário que a educação para a cidadania tenha conexão com a prática cotidiana do Ministério Público. Assim, o Movimento Paraná Sem Corrupção, baseado na integração dos planejamentos estratégicos dos maiores parceiros do projeto, identificou quatro pontos comuns de interesse: o protagonismo, as redes sociais, a violência e a transparência.

Com efeito, a partir desses eixos, foi realizado o 2º Encontro Paraná Sem Corrupção, onde seus participantes puderam desenvolver ideias para serem executadas em 2013. (<http://www.planejamento.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2505>).

A sistematização dessas propostas, permite que a coordenação estadual do Movimento, com o apoio técnico dos Centros de Apoio às Promotorias de Justiça - CAOP, possa oferecer sugestões aos membros do MP-PR, abalizadas em materiais já existentes, que permitam a consecução das atividades a serem planejadas por cada um dos Promotores e Procuradores que aderirem ao Projeto Paraná Sem Corrupção 2013.

➤ **Metas para 2013:**

- Mobilização de 20% dos Promotores de Justiça do MP-PR realizando ações do Movimento;
- Mobilização de 10% dos Procuradores de Justiça realizando ações do Movimento;
- Mobilização de no mínimo 1(uma) escola de ensino médio para desenvolvimento de ações do Movimento, em 80% dos municípios paranaenses;

- Realização de audiência pública para planejamento e mobilização da sociedade local para as ações do Movimento, em 80 % dos municípios paranaenses;
- Realização de no mínimo 1 (uma) ação, na comunidade escolar, em 80% dos municípios paranaenses;
- Realização de no mínimo 1 (uma) ação, nos segmentos parceiros do Movimento (religioso, esportes, produtivo etc), em 50% dos municípios paranaenses;
- Realização de no mínimo 1 (uma) ação de mídia , em 50% dos municípios paranaenses;

4. Produtos Esperados (entregas do projeto)

Produto	
a)	III Encontro Estadual Movimento Paraná sem Corrupção, realizado em março/2013 para mobilização dos membros e parceiros para as ações de 2013
b)	Material de apoio (apresentações, vídeos, banners, folders, camisetas) disponíveis aos órgãos, entidades e membros aderentes
c)	Portal DIA-A-DIA Educação com material de apoio à comunidade escolar (alunos, educadores e comunidade)
d).	Site MPPR com orientações e material de apoio aos membros para desenvolvimento das ações locais
e)	Exemplares da Cartilha João Cidadão disponíveis para o Movimento

5. Macroetapas do Projeto

Macroetapa	Data Início	Data Fim
<i>Início do Projeto</i>		
<i>1) Planejamento das ações de 2013 em</i>	<i>Jan/13</i>	<i>Mar/13</i>

<i>conjunto com as entidades apoiadoras: SEED e GRPCOMs</i>		
<i>2) Organização e realização do III Encontro Movimento Paraná sem Corrupção para mobilização e capacitação de membros, educadores e parceiros, para as ações de 2013</i>	<i>Fev/13</i>	<i>Mar/13</i>
<i>3) Mobilização dos membros do MP-PR para adesão ao Movimento</i>	<i>Fev/13</i>	<i>Abr/13</i>
<i>4) Desenvolvimento de atividades junto à comunidade escolar e parceiros locais</i>	<i>Mar/13</i>	<i>Nov/13</i>
<i>5) Elaboração e confecção da cartilha “João Cidadão” em conjunto com o Ministério da Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público</i>	<i>Mar/13</i>	<i>Jul/13</i>
<i>6) Divulgação das boas práticas desenvolvidas pela comunidade escolar, membros do MPPR e parceiros no site do Movimento</i>	<i>Mar/13</i>	<i>Dez/13</i>
<i>7) Organização e realização do IV Encontro Movimento Paraná sem Corrupção para divulgação das ações de 2013, evento alusivo ao Dia Internacional de Combate à Corrupção</i>	<i>Nov/13</i>	<i>Dez/13</i>
<i>8) Planejamento das ações para 2013</i>	<i>Dez/13</i>	
<i>Término do Projeto</i>		

6. Interessados

a)	Ministério Público do Estado do Paraná
b)	Secretaria Estadual da Educação
c)	Instituto GRPCOM
d)	Sociedade paranaense
e)	CNPG
f)	Órgãos e entidades parceiras

7.Previsão de Custos (opcional)

Item		Custo Estimado
a)	<i>Realização III Encontro Movimento (organização, diárias,...)</i>	
b)	<i>Realização IV Encontro do Movimento (organização, diárias,...)</i>	
..	<i>(Item de custo ...)</i>	

8.Gerência

Nome	e-Mail	Telefone
<i>Eduardo Augusto Salomão Cambi</i>	<i>eascambi@mp.pr.gov.br</i>	<i>(41) 3250-4250</i>

Responsabilidades do gerente:

- a) inserir no site as notícias relevantes encaminhadas pelos membros do MPPR referentes ao tema;
- b) realizar eventos de divulgação do Movimento em âmbito estadual;
- c) dar suporte e auxílio na realização de eventos de divulgação do Movimento no âmbito local;
- d) acompanhar, mensalmente, as atividades desenvolvidas pelos membros do MPPR;
- e) viabilizar orçamento e materiais para a realização de eventos do Movimento a nível estadual;
- f) divulgar as ações relativas ao projeto através de todos os meios de comunicação possíveis e pertinentes;
- g) coordenar o desenvolvimento das ações do Movimento junto á Comarca de Curitiba.

9. Aprovação do Projeto

Elaborado por	Data	Assinatura
<i>Eduardo Augusto Salomão Cambi</i>		
Revisado por	Data	Assinatura
<i>Gilberto Giacoia</i>		
Avaliação SUBPLAN	Data	Assinatura
<i>SUBPLAN</i>		
Avaliação SUBADM	Data	Assinatura
<i>SUBADM</i>		
Avaliação CAOP (opcional)	Data	Assinatura
<i>CAOP área temática</i>		
Aprovação PGJ	Data	Assinatura
<i>Procurador-Geral de Justiça do MPPR</i>		

 <p>MOVIMENTO PARANÁ SEMCORRUPÇÃO</p>	 <p><i>MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná</i></p>
<p>TERMO DE ADESÃO (Procurador/Promotor de Justiça)</p> <p>MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO</p>	

Aderente: _____

Telefone: _____ Email: _____

Comarca: _____

Promotoria de Justiça: _____

Tendo interesse na participação no **MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO**, lançado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, em atendimento à campanha nacional “**o que você tem a ver com a corrupção?**” (Ato nº 001/2008 CNPG), adere às condições estipuladas neste instrumento, na forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão voluntária do _____ (membro aderente) _____ ao “**Movimento Paraná sem Corrupção**”, que tem o propósito de promover o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

O membro aderente tem por atribuições:

1. agir educativa e preventivamente, com os instrumentos disponíveis, de modo a reforçar o comportamento ético e honesto dos cidadãos, a participação social e o exercício pleno da cidadania;
2. articular com órgãos e instituições, públicas e privadas, visando incrementar o número de parceiros locais engajados com **“Movimento Paraná sem Corrupção”**;
3. auxiliar as entidades parceiras, localizadas no âmbito de sua atuação institucional, na implementação e desenvolvimento do tema **“Movimento Paraná sem Corrupção”**, sempre com ênfase nos objetivos institucionais e nas diretrizes informadas pelo representante daquelas;
3. divulgar, dentro da possibilidade de sua área de atuação, o **“Movimento Paraná sem Corrupção”**;
4. informar, na medida das suas possibilidades, sobre as atividades desenvolvidas em prol do **“Movimento Paraná sem Corrupção”**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão tem prazo indeterminado, podendo ser terminado quando da vontade da parte.

_____, de _____ de 2013.

Procurador/Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

TERMO DE ADESÃO (entidade parceira local)

MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO

TERMO DE ADESÃO AO “MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO” QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA ___ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE _____ E _____ (entidade parceira local) _____.

O Ministério Público do Estado do Paraná, por intermédio da ___ª Promotoria de Justiça da Comarca de _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Promotor de Justiça, Dr. _____ (a). _____, e _____ (entidade parceira local), com sede na (rua, avenida) _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ. sob nº _____, doravante denominada ENTIDADE PARCEIRA LOCAL, neste ato representada pelo seu _____ (representante legal), resolvem celebrar o presente Termo de Adesão ao “**Movimento Paraná Sem Corrupção**”, lançado pelo Ministério Público do Estado de Paraná, sujeitando-se às cláusulas e condições ora pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão do _____ (nome da entidade parceira local) _____ ao “**Movimento Paraná sem Corrupção**”, que tem o propósito de promover o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DA ENTIDADE

PARCEIRA LOCAL

2.1 difundir, observadas as possibilidades de seus recursos humanos, materiais e financeiros, o “**Movimento Paraná sem Corrupção**”, mediante, por exemplo, a confecção de impressos, cartilhas, banners e afins, divulgando, inclusive, o *link* do movimento no site da instituição;

2.2 agir educativa e preventivamente, com os instrumentos disponíveis, de modo a reforçar o comportamento ético e honesto dos cidadãos, a participação social e o exercício pleno da cidadania;

2.3 participar e apoiar, observadas suas possibilidades humanas, materiais e financeiras, campanhas e eventos de conscientização e incentivo à disseminação de uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos;

2.4 informar, pelo e-mail paranasemcorrupcao@mp.pr.gov.br sobre as atividades desenvolvidas, na medida das suas possibilidades, em prol do “**Movimento Paraná sem Corrupção**”.

CLAUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO

A entidade parceira local encaminhará à ___^a Promotoria de Justiça o nome do responsável pela gestão, acompanhamento e controle dos trabalhos por ela realizados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão tem prazo indeterminado, podendo ser terminado quando da vontade das partes.

_____, de _____ de 2013.

Promotor de Justiça

Representante da parte interessada/aderente